

# MAURÍCIO WALDMAN



## O MAPA DE ÁFRICA EM SALA DE AULA: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África



EDITORA KOTEV

ÁFRICA & AFRICANIDADES: Coleção Acadêmica 2

# O MAPA DE ÁFRICA EM SALA DE AULA:

## A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África <sup>1</sup>

MAURÍCIO WALDMAN <sup>2</sup>

**RESUMO:** No Brasil, o temário da afro-educação conjumina-se objetivamente com a questão racial, se especificando tanto no tocante à percepção desqualificante da África, quanto no preconceito que incide, na materialidade social, nos grupos de afrodescendentes. A Lei 10.639 (09-01-2003), ao propor o resgate dos saberes e da participação negra na sociedade brasileira nos sistemas público e particular de ensino, trouxe um claro conteúdo de novidade. É a primeira vez na história do país que o combate ao preconceito no sistema de ensino é postado concretamente. Mas, o racismo é uma ideologia profundamente enraizada no imaginário nacional. Daí a resistência na efetiva aplicação da Lei e a reincidência de formulações preconceituosas dirigidas à África, seus povos e suas culturas. No texto que segue, o nexos central é a discussão de imprecisões, incongruências e noções distorcidas na representação do continente africano na cartografia escolar. Catorze anos após a entrada em vigor da lei, se constata a persistência de visões pejorativas no material didático. Deste modo, se a Lei 10.639 lavrou um tento ao demarcar um tema extremamente importante para a consolidação da cidadania e do senso de nacionalidade - que não pode em hipótese alguma prescindir da contribuição negra - por outro, enfrenta dificuldades que se estendem da omissão pura e simples num extremo, à repetição dos dogmas afro-pessimistas na sua emanção mais emblemática no noutro. *O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África* expressa um ideário que tem ignorado a importância do continente na atual conjuntura mundial. Alterar essa ideiação é fundamental para construir uma nova cartografia de África, e por extensão, desconstruir os preconceitos.

**Palavras-Chave:** Afro-educação, Cartografia Escolar, Cartografia de África, Geografia de África, Racismo.

**SUMMARY:** In Brazil, the agenda of African-education objectively joins the race issue, both with regard to specifying disqualifying perception of Africa as the prejudice that focuses on social materiality in groups of African ancestry. Law 10.639 (09-01-2003), suggesting the rescue of knowledge and black participation in Brazilian society in public

and private systems of education, brought one clear new content. It's the first time in the history of the country that the fight against prejudice in the education system is specifically posted. But racism is an ideology deeply rooted in the national imagination. Hence the resistance in the effective implementation of the Law of recurrence and formulations of prejudice directed at Africa, its peoples and their cultures. In this paper, the nexus is central to discussion of inaccuracies, inconsistencies and distorted notions in the cartographic representation of the African continent in the school. Fourteen years after the entry into force of the law, notes the persistence of pejorative views on educational materials. Thus, if the Law 10.639 gravated a try to mark an important topic for the consolidation of citizenship and sense of nationality - which can not in any way waive the contribution black - on the other, struggling to extend the pure and omission simple one extreme, the repetition of dogmas African-pessimistic in its emanation most emblematic in another. The *Map of Africa Classroom: The Persistence of the Imaginary of Disqualification and Racism in Africa School Cartography* expresses an idea that has ignored the importance of the continent in the current world. Changing this fundamental idea is to build a new map of Africa, and by extension, deconstructing prejudice.

**Keywords: Afro-education, School Mapping, Cartography of Africa, Geography of Africa, Racism.**

**RÉSUMÉ:** Au Brésil, l'ordre du jour de l'afro-brésilienne éducation, objectivement articulée avec la question raciale, si spécifiant à la fois en ce qui concerne disqualifiant perception de l'Afrique que le préjudice qui met l'accent sur l'importance des groupes sociaux d'origine africaine. Loi 10.639 (09-01-2003), ce qui suggère la rescousse de la connaissance et noir participation dans la société brésilienne dans les systèmes publics et privés d'enseignement, a um contenu clairement nouvelle. C'est la première fois dans l'histoire du pays que la lutte contre les préjugés dans le système éducatif est spécifiquement publié. Mais le racisme est une idéologie profondément enracinée dans l'imaginaire national. D'où la résistance à la mise en œuvre effective de la loi de récurrence et de formulations de préjugés dirigés vers l'Afrique, de ses peuples et de leurs cultures. Dans cet article, le lien est au cœur des débats des inexactitudes, des incohérences et des notions déformées dans la représentation cartographique du continent africain dans l'école. Quatorze ans après l'entrée en vigueur de la loi, relève la persistance de vues péjoratives sur les matières d'enseignement. Ainsi, si la loi 10.639 gravé d'essayer de marquer un sujet important pour la consolidation de la citoyenneté et le sentiment de la nationalité - qui ne peut en aucun cas renoncer à la contribution noir - de l'autre, luttant pour étendre le pur et l'omission simplement un extrême, la répétition des dogmes afro-pessimiste dans son émanation la plus emblématique de l'autre. *Le Carte de Classe Afrique : La persistance de l'imaginaire de la disqualification et du racisme en Afrique cartographie scolaire* exprime une idée qui a ignoré l'importance du continent

dans le monde actuel. La modification de cette idée fondamentale est de construire une nouvelle carte de l'Afrique, et par extension, la déconstruction des préjugés.

**Mots-clés: Afro-brésilienne éducation, Carte scolaire, Cartographie de l'Afrique, Géographie de l'Afrique, Racisme.**

## I - NOTA INTRODUTÓRIA

**“Paradigma é uma forma de organizar a realidade”**

**Umberto Eco**

Assumidamente, a proposta central deste texto é polemizar no âmbito da cartografia escolar - e por extensão, da geografia enquanto disciplina - a respeito da persistência de estigmas e incorreções que de modo reiterado, têm impregnado a percepção da África e das populações associadas ao continente.

Assevere-se que esta problemática ultrapassa em muito o patamar de uma apreensão meramente adjetivada da realidade. Indo direto ao ponto: a desqualificação da África é historicamente indissociável do empenho colonialista em colocar o continente sob seu tacão.

Quanto aos afrodescendentes, negativamente codificados durante séculos, é inegável a vinculação da atribuição de marcas sociais excludentes, gerando impedimentos que tem barrado a efetiva participação do grupo na sociedade nacional.

Do que colocamos, se impõe a compreensão de nexos comuns atando ambas as questões entre si, objetivamente calcado no racismo. Cumpre corroborar que o preconceito racial, enquanto acepção imaginária que interage com a materialidade social, emerge de uma inculturação especificamente ocidental.

O fenômeno se evidencia nos albos do mercantilismo, em paralelo com a irrupção das monarquias nacionais e a expansão marítimo-comercial, à qual se vinculou o processo de colonização da América e da escravização em larga escala dos africanos.

Por outro lado, numa perspectiva histórica o racismo não se circunscreve, de modo algum, a este período. Pelo contrário, esta época foi tão só o ponto inicial de uma trajetória longa e persistente, cujo *modus operandi* demonstrou prodigiosa versatilidade e capacidade de se reapresentar continuamente sob novas roupagens.

Tal propensão, certificada por uma multitude de pesquisas oriundas de variegados campos disciplinares, pavimentou a recomposição e ressignificação do racismo nos mais diversos contextos, assegurando-lhe fortes posições em todos os cenários nos quais a sociedade ocidental foi lenta, mas inexoravelmente sufragando um mandato planetário de dominação (Cf. WALDMAN, 2016a, 2016b, 2016c, 2008, 2006 e 2003; FONTETTE, 1976).

Note-se que este fenômeno, que irrompe com força no cenário aberto pela expansão ocidental no período mercantilista, manteve-se em paralelo às mudanças nas relações de produção inauguradas pelo industrialismo, prosseguindo nas exegeses sucessivas do sistema de produção de mercadorias e da globalização, pelo que os preconceitos e as múltiplas formas de opressão persistiram a olhos vistos na senda de agredir recidivamente grupos, povos, etnias e nacionalidades.

A mais ver, trata-se de uma realidade global, porém incidindo de forma nomeadamente perversa na sociedade brasileira. A tenacidade do racismo no país é neste seguimento, uma cruel demonstração da força das matrizes discriminatórias, cuja vivacidade se manifesta com base em diversos epifenômenos, e de igual modo tendo por alvo explícito os afrodescendentes.

Nesta demarcação, atente-se para o papel desempenhado pelo livro didático, categoria na qual o atlas geográfico escolar é um prestigiado avatar. Assim sendo, o material escolar, ao endossar premissas racistas, se torna um insidioso parceiro e protagonista da opressão de raças, que no caso deste livro, terá como foco central a representação geográfica do continente africano.

## **II - RACISMO, AFRO-EDUCAÇÃO E A LEI Nº. 10.639**

A partir deste pano de fundo, é necessário destacar que o país completou em Janeiro deste ano catorze anos de vigência oficial da Lei nº. 10.639, em vigor desde 09 de Janeiro de 2003.

Esse dispositivo legal - o primeiro decreto do então presidente Luís Inácio Lula da Silva -, altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que normatizou as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir nos currículos oficiais do ensino fundamental e médio, no sistema público e particular de ensino, a obrigatoriedade da temática negro-africana em sala de aula <sup>3</sup>.

Retenha-se que tal proposição esteve concatenada com políticas de ação afirmativa no plano nacional, encadeando-se em paralelo com um redirecionamento das relações internacionais do Brasil, explícitas no estreitamento dos laços políticos, diplomáticos e econômicos com as nações africanas.

Neste último caso, o que temos é uma orientação que retoma as próprias origens da nação brasileira. Verdade muitas vezes relegada a um segundo plano, o país foi construído em simbiose com o continente africano, que além de nortear a gênese do Brasil, forneceu contribuições indelévels para a formação étnica, nacional e cultural brasileira (WALDMAN, 2014; PENHA, 2010: 16; SARAIVA, 2012).

Mais ainda, é indispensável anotar que graças à nova legislação, o anonimato e o descaso que década após década tipificaram negativamente negros e africanos no currículo escolar passaram a ser revistos num olhar crítico e ao mesmo tempo propositivo.

Por sinal, ao abrir novos caminhos na abordagem destes temas, a nova legislação buscou corrigir grave injustiça. Qual seja: a negligência e o descaso para com a plena inserção dos afrodescendentes na realidade nacional.

Neste particular, note-se que resistindo à pressão embrutecedora da escravidão, as gentes da África resguardaram um notável legado de contribuições, indissociável da formação do povo brasileiro. A inconfundível presença do negro constitui, pois denominador comum em todas as tarefas de construção da nacionalidade, com ela mantendo conexão inextricável.

Mais ainda, exteriorizado em inumeráveis interfaces da realidade nacional, o contributo negro e africano manifesta-se numa sintaxe social provida de autenticidade e de grande

valor, impondo-se através de toda sorte de feitos e virtudes (CARNEIRO, 2011: 84; LOPES, 2004 e MOURÃO, 1974).

Neste parecer, não há quem discorde que a desconstrução de estereótipos seculares junto às novas gerações contribui poderosamente para uma releitura positiva da África e dos grupos afrodescendentes. Por isso mesmo, a educação transparece como imbuída de ascendência central, compreensão que *mutatis mutandis*, constitui justificativa *a priori* da Lei nº. 10.639 (WALDMAN, 2003).

Todavia, a despeito de avanços, certo também é que na interlocução com uma sociedade cuja edificação foi toda ela pautada pelo racismo, a Lei 10.639 permanece objeto de controvérsias. Nesta acepção, a hostilidade aberta nutrida por vários círculos contra a legislação, nada mais expõe do que um sentimento de perda de privilégios, da inversão de um *status* sociológico tido como inviolável.

Nesta averbação, seria lícito resgatar a admoestação clara e direta do geógrafo Milton Santos. Para ele, deve-se frisar que no Brasil:

“A marca predominante é a ambivalência com que a sociedade branca dominante reage quando o tema é a existência, no país, de um problema negro. Essa equivocação é também duplicidade e pode ser resumida no pensamento de autores como Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Para eles, entre nós, feio não é ter preconceito de cor, mas manifestá-lo” [...] “a chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado - lá embaixo - para os negros. E assim tranquilamente se comporta” (SANTOS, 2011: 170-171).

Nesta perspectiva, tornam-se inteligíveis casos de resistência manifesta em acatar as diretrizes da Legislação. Uma dessas vertentes se corporifica nas assimetrias quanto à capacitação do magistério, visto que nesta direção foram encetadas poucas iniciativas ou então, implementadas bem aquém do esperado.

A título de exemplificação, basta recordar que em 2009, tão só 1.953 dos 5.565 municípios brasileiros (35,1% do total), declararam existir capacitação de professores na temática de raça ou etnia. Note-se ainda que embora este percentual possa indicar alguma deferência pela Lei nº. 10.639 por parte dos gestores municipais, apenas 245 prefeituras (4,4%), listaram esta atividade entre as cinco medidas priorizadas pelas instâncias de educação, claro sinal da fraca receptividade do temário na agenda institucional (Cf. BORGES, 2013; PAIXÃO, 2010: 188-190).

O alcance destas medidas termina igualmente prejudicado pelo reconhecidamente baixo patamar de proficiência da educação formal, frustrando as expectativas despertadas pela nova legislação.

Para situarmos esta asserção em números, basta consultar dados da rede internacional de avaliação escolar comparada PISA (*Programme for International Student Assessment*, isto é: Programa Internacional de Avaliação de Alunos), responsável por levantamentos e análises do desempenho escolar global, que ocorrem com a chancela da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em conformidade com a base de dados do PISA, na população com 15 anos ou mais, 50% possui dificuldade na leitura e compreensão de textos ou pura e simplesmente não sabe ler. Complementando, a população escolarizada demonstra sérios problemas em redação e nas operações básicas de matemática, fato que apesar de notório, não parece animar as autoridades no sentido de reverter tal vexatória situação (Cf. INEP, 2011).

Nesta desonrosa pauta de falhas educacionais, saliente-se que nesta mesma faixa de idade a frequência média na escola contabiliza míseros 4,3 anos. Para piorar, a carga horária deixa muito a desejar. O tempo médio de permanência de um estudante brasileiro no espaço escolar é de 19,1 horas por semana, contra 25 horas no México e 30,3 horas na República da Coreia do Sul (Cf. CNI-WORLD BANK, 2008: 179, 180 e 259-323).

O mau desempenho do país na educação básica em companhia das crassas deficiências do ensino universitário, para além de colocarem em cheque a produtividade, a inovação tecnológica, a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional, também tem repercutido de modo nefasto na afirmação e fortalecimento da identidade nacional.

Não fosse suficiente, tais barreiras e gargalos pedagógicos se acirram com o concurso de um quadro estrutural de desigualdades econômicas e dessimetrias sociais que, sobretudo, incidem de modo recidivo sobre a população afrodescendente.

Contrariando muitas opiniões que negam uma propensão discriminatória do *status quo* ou que buscam impugná-la com base no argumento de que se trata somente de invectivas ficcionais, diversos levantamentos atestam a discriminação, materializada em disparidades duras, contumazes e violentas.

Ainda que o tema da concentração racial da riqueza não seja novo na escritura acadêmica, e tampouco nos relatórios dos institutos de pesquisa, os números insistem em reafirmar a persistência de desigualdades que afrontam os afro-brasileiros.

Basta recordar que na entrada dos anos 2000, os negros eram 64% dos pobres e 69% dos indigentes, ao passo que o Brasil branco era 2,5 vezes mais rico do que o Brasil negro. Neste mesmo interregno, a população branca compunha 75,07% dos 10% mais ricos, ao passo 72,9% dos mais pobres eram negros (WALDMAN, 2017a; LOBO, 2002: 25).

Certo é que o país presenciou ao longo do último século alguma alteração neste quadro. Todavia, estudos demonstram que a desigualdade persiste. Neste aspecto, em 2009, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 51,24% dos brasileiros eram afrodescendentes. Todavia, neste mesmo ano os brancos compunham 75,07% do estrato dos 10% mais ricos, ao passo 72,9% dos mais pobres eram negros (Cf. BARBOSA, 2012: 107-115).

Outrossim, confirmando reflexão de Milton SANTOS quanto a uma *cidadania mutilada* (1997), a desproporção na renda se repete nos dados de 2012, quando a população negra tinha em média rendimentos 36,11% inferiores à dos brancos (WALDMAN, 2017a).

Óbices desta natureza manifestadamente induzem graves repercussões para a saúde e a qualidade de vida dos negros brasileiros. Confira-se: em 2009, dentre os 97,8 milhões de afro-brasileiros, 43,4% eram assaltados por algum grau de insegurança alimentar, sendo que para 18,6% a situação era mais grave ainda, materializando privação de alimentos, porcentual este mais de seis vezes ao dos brancos na mesma situação, estimado em 3% (*apud* VIEIRA, 2010).

Tais disparidades também transparecem no ensino superior. Observe-se que na última década, apenas 37,4% da população universitária tem origem africana. Os indicadores de pobreza extrema, de vulnerabilidade social e de violência institucional são ainda mais desvantajosos para grupos como jovens da periferia, quilombolas e mulheres negras (Cf. WALDMAN, 2017a).

Na perspectiva das relações inter-raciais, a segregação se perpetua com calços no reinado secular do racismo na história brasileira, com a ideologia do branqueamento ocupando posição de proa.

Negando qualquer integração real do negro na sociedade nacional, a diluição fenotípica dos afrodescendentes e a extirpação da matriz africana seriam práticas modelares visando fagocitar - isto é: dismantelar e absorver paulatinamente - a presença negra no espaço nacional.

Logo, o preconceito racial no Brasil persevera impregnado de *conotação estrutural*, determinando que a marca mais notória do fenômeno esteja fundada na naturalização da

discriminação, postura esta matricial no processo de agrilhoamento da cidadania afrodescendente (Cf. WALDMAN, 2017a).

O prontuário da exclusão se agrava quando se percebe a continuidade de lacunas no seio da própria educação de nível superior, a começar pela ausência, na grade curricular da maioria das universidades públicas e particulares do país, de disciplinas com foco no continente africano.

Presumivelmente, caberia ao ensino superior tomar a dianteira nas ações concretas para a formação de professores, habilitando-os a transferir conhecimentos com este mote para a clientela escolar.

Nesta via de entendimento, de vez que a academia não assume a capacitação dos profissionais da educação e se omite em alterar currículos que privilegiam primados eurocêntricos, como então suprir carências de desinformação e desfazer os preconceitos?

*Last, but not least*, existe outra variável complicadora, a nosso ver muito mais mordaz e preocupante. É a que se explicita na repetição de conceituações pejorativas no próprio material de ensino, que mimeticamente, reproduz um modelo de discriminação existente na sociedade em geral.

Assim, a detratção do negro e do africano, sustentada em “verdades” hierarquizantes apoiadas em surradas categorizações fenotípicas, é nítida em estereotípias <sup>4</sup> semânticas e numa fornida profusão de suportes não-verbais: textos, ilustrações, mapas, fotografias e imagens em geral.

Pois então, a sala de aula defronta-se com impasses que justificadamente tem reclamado a atenção dos afro-educadores, pedagogos, professores, gestores escolares e os demais profissionais da educação (WALDMAN, 2012b; ANJOS, 2009, 2007 e 1989; COSTA, 2007 e OLIVA, 2003).

Nesta ótica, se por um lado postulamos como desejável cartografar os progressos obtidos a Lei nº. 10.639, devemos de outra parte contrapô-los às motivações que a cerceiam, preocupação que no bojo deste livro, volta-se para a questão da representação da África na cartografia escolar, aos dilemas por ela colocados e como contrapartida, às ações que permitiriam a superação destes dilemas.

### III - CARTOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO DA ÁFRICA

Preliminarmente, em face da complexidade oferecida pelos estudos cartográficos, seria necessário atentar para as particularidades da cartografia enquanto saber sistematizado que pesam na análise desenvolvida por este material.

Assim sendo, uma primeira pontuação diz respeito à própria centralidade da cartografia junto ao conhecimento geográfico. Resgatando ponderação do geógrafo norte-americano Denis COSGROVE, assinala-se que *paisagem* e *mapa* constituem, sem quaisquer reservas, duas entronizadas palavras-chave do conhecimento geográfico (Cf. 2008: 1).

Numa segunda ponderação matricial para o escopo deste texto, ambas as terminologias sugerem parceria com substratos socioculturais, inferência que as vincula com a dimensão das imagens mentais instauradas por processos culturais, e *pari passu*, do desempenho destas enquanto formatadoras da apreensão e da relação mantida com o espaço (*passim* COSGROVE, 2008).

Em terceiro lugar, atenha-se que os condicionantes imaginários constituem aspecto axial da cartografia, o que de resto, igualmente explica a fascinação despertada pelos mapas. Via de regra, as pessoas são seduzidas pelas imagens cartográficas não propriamente em função das informações que estas peças inserem ou por sua excelência técnica ou gráfica, mas antes, por suas qualificações imagéticas.

Devemos reter que o mapa é uma abstração da realidade, que para se substantivar, faz uso de códigos, normas, símbolos, ícones e cores para representar o espaço. Assim seu impacto se explicaria mais pelo modo como os dados espaciais estão cartograficamente representados do que pelas informações que buscam transmitir (OLIVEIRA, 1978: 23).

Logo, deveras configurar afazer técnico, a cartografia não se furta a uma filiação estética. Qual seja: pertinente ao mundo das imagens e da percepção (COSGROVE, 2008: 1). Nesta linha de argumentação, parafraseando Etienne SAMAIN, especialista em antropologia visual, recorde-se que a gênese do mapa na sua assunção enquanto imagem propicia que este, *em sendo portador de pensamentos, sempre ofereça algo para pensar* (Cf. 2012a: 22-23).

Logo, ao encartar consensos decantados pelo imaginário social, os mapas tornam-se um arquivo vivo, expressão de uma memória coletiva conotada por um alto poder de ideação e de suscitar reações mentais. Daí que no marco das construções culturais, as peças cartográficas possuem a prerrogativa de incitar e de reforçar a percepção do espaço num

determinado período histórico ou no interior de uma moldura civilizatória (Cf. WALDMAN, 2017b e 1997).

Do que foi exposto decorre um veredicto irretorquível, apontando para a impropriedade em julgar a cartografia enquanto um domínio exclusivamente técnico. A este respeito, reflita-se sobre o teor do parágrafo que segue:

“Os mapas representam a realidade, *mas não são a realidade*, porque, para manter sua funcionalidade, precisam ser distorcidos, o que exige do cartógrafo uma escolha e reflexão dos fundamentos sociais e políticos de seu conhecimento [...]. A representação cartográfica do mundo não é objetiva nem neutra, *mas cria visões do mundo*” (SEEMANN, 2003: 7, *grifos nossos*).

Tudo isso colabora para tornar a elaboração de qualquer projeto cartográfico uma tarefa extremamente complexa e sintetizadora, pois através dele, “o autor transportará uma realidade viva, dinâmica e rica para um plano estático, imóvel e silencioso” (Cf. GARBIN, SANTIL *et* BRAVO, 2012: 625).

Assim sendo, a intencionalidade das representações cartográficas constitui argumento cabal a contestar eventual neutralidade na confecção dos mapas. A esta assertiva, não cabe nenhuma exceção. Fruto de escolhas que reportam padrões interiorizados pelo *map maker*, a elaboração dos mapas está empapada de seletividade e de hierarquização das informações que transmite.

Ao mesmo tempo, ao expressarem uma dada aceção imaginária do espaço, os mapas prenunciam intrusões, pulsões e ideias de todos os tipos, amalgamando uma sinergia de anseios afeitos às contradições que povoam o dinamismo social.

Disto decorre a importância e proeminência das articulações conceituais que os mapas sustentam com o conhecimento cartográfico, e mais fortemente ainda, com as imagens mentais, com as quais mantém relação siamesa (*passim* WALDMAN, 1997; OLIVEIRA, 1978: 15).

Inserindo codificações articuladas a contextos culturais, históricos e sociais específicos, as representações cartográficas refletem diferentes injunções sobre como o espaço é notado e vivenciado, trazendo a baila ideias e modelos perceptivos carregados de afetações sociais, políticas, culturais e porque não, ideológicas (Cf. GARBIN, SANTIL *et* BRAVO, 2012; SEEMANN, 2003; EDNEY, 1993; OLIVEIRA, 1978: 20; CHORLEY *et* HAGETT, 1975: 50-51; BOARD, 1975: 145-148).

No mais, no tocante às estruturas de mando, em razão da ampla repercussão obtida nas expectativas de grupos, povos e civilizações, seria imprescindível registrar que os artefatos cartográficos sempre receberam aval incondicional do poder estabelecido.

Na Europa moderna, contexto em que as imagens cartográficas usuais no nosso cotidiano conquistaram universalidade, os mapas foram grandemente prestigiados, investidos da condição de estandartes do cerimonial político. Efetivamente, os mapas se tornaram onipresentes nas salas dos edifícios e palácios que sediavam o comando da sociedade.

A partir do século XV, conscientes do poder de sedução das imagens cartográficas, os homens de poder passaram a contratar os mais habilidosos dos mestres cartógrafos, transformados em partícipes de peso na engrenagem de convencimento político.

Reis, imperadores e mandatários em geral contavam com o efeito espetacular despertado por mapas laboriosamente confeccionados, ornamentando bibliotecas, passos, corredores, galerias e salões de audiências, impressionando embaixadas, convidados e súditos das dinastias.

Não seria exagero considerar que os mapas se tornaram atores da própria arquitetura do poder: “muitos dos mais belos e tecnologicamente avançados mapas jamais criados, foram pensados para serem dispostos sobre paredes, e alguns deles caprichosamente pintados sobre o reboco ou esculpidos no mármore para serem engastados na alvenaria” (BARBER *et* HARPER, 2010: 9).

Registre-se igualmente investimentos de vulto, levando-se em conta as condições técnicas, materiais e editoriais de outrora, na publicação de materiais cartográficos na forma de atlas, um empreendimento cuja sistematização era vital para contemplar as tendências supremacistas e expansionistas da civilização ocidental.

Prova disso é o magnífico atlas elaborado pelo cartógrafo flamengo Abraham Oertel - mais conhecido pela forma latinizada de Abraham Ortelius -, intitulado *Theatrum Orbis Terrarum* (“Teatro do Mundo”), obra lançada em 1570, classificada como o primeiro atlas geográfico moderno.

Acompanhado de textos de sustentação e notas específicas às regiões representadas na coleção, este atlas foi regularmente revisto e ampliado pelo autor e por uma equipe de especialistas e de cartógrafos colaboradores, considerado com razão uma notável súmula do conhecimento cartográfico do Século XVI.

No que comprova o fascínio despertado pela representação da Terra, o atlas de Ortelius - encadernado com esmero a proteger setenta mapas impecavelmente policromados -, se tornou objeto de diversas reedições e traduzida para sete línguas (holandês, latim, francês, alemão, italiano, espanhol e inglês).

Procuradíssimo, *Theatrum Orbis Terrarum*, paralelamente à versão multicolor (ORTELIUS, 1584), e atendendo demandas específicas das informações deste atlas, foi de igual modo publicado em versões sintéticas em preto-e-branco (ORTELIUS, 1595) e até mesmo, em caprichadas edições de bolso (ORTELIUS, 1588) <sup>5</sup>.

De um ponto de vista especificamente cartográfico, esta obra, a despeito de apresentar deformações espantosas das áreas de continentes como a Oceania e a América e muitas imprecisões quanto à África, compilava o que havia de mais avançado para os saberes da época, que gradativamente caminharam no sentido de apurar e certificar as informações cartográficas do mundo.

Mas no que importa no referente à discussão entabulada por este texto, o atlas de Abraham Ortelius consagrou de modo definitivo o gosto e a demanda por coleções de mapas, que num primeiro momento circulavam junto a um público restrito formado por mandatários do Estado, pelos chefes militares e entre negociantes.

No mundo moderno, as transformações promovidas pelo processo de mundialização da sociedade ocidental, par a par com a necessidade de gabaritar multidões massivas de trabalhadores, concorreram para que os mapas, dantes um apanágio dos círculos mais íntimos do poder estabelecido, fossem difundidos num largo espectro de segmentos sociais.

Nesta ordem de considerações, seria meritório recordar que um dos vetores privilegiados de difusão da cartografia foram os mapas escolares, sendo o atlas de sala de aula a personificação mais acabada, do processo de expansão da educação formal.

Efetivamente, elemento emblemático dos modernos sistemas de ensino, o atlas didático se tornou tão indistinguível das salas de aula quanto as carteiras, a lousa e a mesa do professor, acompanhados de mapas e globos dispostos nestes recintos.

Coerentemente, este processo foi secundado pela universalização do atlas de sala de aula, sendo o lançamento no ano de 1845 do *Mitchell's Scholl Atlas*, obra de cartografia escolar elaborada pelo geógrafo estadunidense Samuel Augustus Mitchell (livro que também foi a primeira coleção de mapas editada em massa), um marco representativo do crescente mercado de materiais escolares.

Remontando, portanto, aos meados do Século XIX, utilização de mapas didáticos inaugura uma tendência que se popularizou nos sistemas de ensino de todo o mundo. No Século XX, com os avanços da indústria editorial, os álbuns de cartas geográficas <sup>6</sup> tornaram-se um recurso didático disponível a círculos cada vez amplos de estudantes, tanto como item usual na bagagem escolar dos alunos, quanto pela presença nas bibliotecas públicas e dos centros de ensino.

Ademais, *vis a vis* à difusão dos mapas na sala de aula, retenha-se que como ferramenta pedagógica, o mandato precípua da cartografia escolar, ao modelar o percepção do espaço habitado, passou a deter função estratégica para o aprendizado espacial, em vista de em especial, estabelecer interfaces entre cartografia, educação e geografia (Cf. ALMEIDA, 2007: 9).

Destas aferições se conclui a importância em se aquilatar o papel desempenhado pelos mapas no ciclo do processo educativo assim como seu papel em afiançar visões de mundo, legitimadas, no caso, com a sanção da representação institucional do espaço. Isto porque o mapa escolar, tendo por finalidade básica a assimilação de um saber cartográfico institucional por parte dos alunos, materializa o passo inicial na direção da incorporação e posterior união de um conhecimento geográfico sistematizado por parte do chamado mundo adulto.

Nesta composição, a cartografia escolar detém uma missão estratégica: propagandear e difundir o imaginário hegemônico do espaço, cuja intencionalidade, por força da repetição, deixa de ser notada pelo senso comum, conquistando deste modo foros de naturalidade incontestável.

Dispondo tais pressupostos enquanto marco tutorial, no que tange à África os arrazoados que mencionamos pavimentam a identificação de um obstinado regime de estereótipos, que não só tem regido o desenho imaginário do continente como tal-qualmente, alimentaram sua constante ressemantização. Por conseguinte, esquadrihar os sentidos e os significados que atendem a este modelo de desqualificação obrigatoriamente transparecem enquanto tarefa prioritária para uma análise crítica da imagem cartográfica da África.

Neste recorte, atente-se que noções forjadas no frígido de relatos fantásticos e descrições fabulosas, inculcaram na mentalidade dos povos da Europa sentimentos marcadamente ambíguos, perpassados pela inquietação, medo e estranheza. Estas acepções imaginárias, adereçadas e soldadas ao espaço africano, fizeram com que o continente fosse encoberto por um véu de preconceitos, estatuto que encontra prossecução até nossos dias (FREITAS, 2013).

Neste viés, pautando uma locução empapada de *geographical flavour*, admite-se que a distância e o relativo isolamento da África para com o mundo europeu contribuíram para uma codificação repleta de conotações pejorativas, aplicadas desde a antiguidade clássica às terras da África.

Atenha-se que em especial às paragens da África Negra <sup>7</sup>, estas perfaziam um domínio nebuloso, sobre o qual as informações eram, comparativamente às terras da África Setentrional, manifestadamente escassas, fragmentadas e distorcidas <sup>8</sup>. Território oculto enigmaticamente por detrás do lustro estonteante de um tórrido deserto - o temido Saara - o continente prenunciava variegado prontuário de receios, perigos e ameaças (*apud* WALDMAN *et alli*, 2007: 21).

Consecutivamente, apreciando o quadro elaborado pelo imaginário social ocidental atinente à África, seria difícil deixar de concluir que o resultado não foi nada animador:

“Durante muito tempo, o interior do continente só foi conhecido através do relato dos indígenas, que povoaram as regiões distantes de gigantes e pigmeus, de homens-macacos, ogros canibais e mulheres-pássaros. Também durante muito tempo figuraram nos mapas da África nomes de povos como os sem língua e os sem nariz, os opistodáctilos (de dedos revirados) e os pigmeus, disputando alimento aos grous. *África Portentosa*, a África mãe de monstros” (PAULME-SCHAEFFNER 1977: 7, grifado no original).

Nesta lógica, mesmo antes do processo de expansão marítima e comercial, a imagem cartográfica da África já se ressentia do peso de conotações negativas, basicamente de fundo religioso, diretiva que em geral, respaldava o imaginário espacial cristão do medievo (*passim* WALDMAN, 2017b).

A título de exemplo, o famoso Mapa dos Salmos, que passou a circular no ano de 1250, pode ser considerado uma carta premonitória de códigos espaciais de exclusão aplicados à África, no caso, discriminando o continente recorrendo à genealogia dos relatos bíblicos, flexionando este marco no seio de uma codificação repleta de valores e simbolismos religiosos altamente idealizados e eurocentrados (Figura 1).

Nesta carta, as terras africanas são precisadas como espaço de vida dos descendentes de Cam, personagem amaldiçoado e “mais moreno” dos filhos de Noé <sup>9</sup>, pelo que a África formatava uma imagem nada simpática aos olhos da Cristandade ocidental. Seria um “continente negro e monstruoso”, mergulhado no obscurantismo e distante da palavra de Deus (NORONHA, 2000).



FIGURA 1 - O Mapa dos Salmos, datado de 1250, incorporava o divino como elemento consagrador do espaço terrestre. Nesta carta, Cristo e dois anjos alourados, posicionados na parte superior do mapa, abençoam a Terra. Jerusalém está postada bem no centro da representação circular dos continentes, com a Europa e a Ásia encimando a imagem e a África, plotada na periferia inferior. A referência axiológica para a definição dos continentes é tomada da Bíblia, com os filhos de Noé ocupando os continentes: Jafé (na Europa), Sem (Ásia) e Cam (África). Chama a atenção a imagem de um Cristo arianizado, qual seja, alto, alvo, louro e com fenotipia europeia. Note-se que embora inexistentem elementos a comprovar as feições de Cristo, parece evidente que este, sendo judeu (isto é: um semita), quase certamente não era loiro (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 11-07-2017).

Por outro lado, advirta-se que imputar determinações espaciais em seu *stricto sensu* como sendo a gênese do estranhamento do continente, dos seus povos e culturas, respaldadas ou não por critérios decorrentes da distância e da dificuldade de contatos, resvalaria num “geografismo” demasiado elementar. Até porque, entre os antigos gregos e romanos vigoravam concepções que rebaixavam não só a África, mas todas as terras não-europeias ao limbo da barbárie e da incivilidade.

No plano da lógica do concreto, mesmo que rompantes ficcionais tenham claro quinhão na gestação de imagens fantasmagóricas sobre as terras africanas, decididamente, foi a incorporação da África na economia global, articulada pelo nascente capitalismo europeu, que ditou o cabedal de preconceitos que acodem, ainda hoje, nos retratos construídos à revelia do continente, que sem hesitação, carimbam a África, ao arremio de ser origem das primeiras práticas civilizatórias, com o estigma ausência de civilização <sup>10</sup>.

Nesta ordem de colocações, as demandas de trabalho escravo por parte do sistema de *plantation* na órbita do Atlântico seiscentista, delinearam uma “missão civilizadora” para a Europa, que de pronto, tratou de hostilizar a imagem do mundo tropical, decretado como incompatível com a civilização, e em paralelo, ensejando a entrada em cena de ideologias racistas, que usurparam os africanos da condição de Humanidade (HRBEK, 2010: 23).

Neste cadenciamento, a África por inteiro foi, por antecipação, julgada alheia, refratária e não-condizente aos desígnios da empreitada “civilizadora” ocidental, e por esta razão, encarcerada na periferia do mundo concebido pelo mercantilismo, rebaixada a funções subalternas, coadjuvantes e servis (Cf. FREITAS, 2013; ANJOS, 2009: 26 e 1989: 14).

Estas alusões são nítidas na produção geográfica do período. A celebrizada e minuciosa *Cosmographia* (MÜNSTER, 1554), que precedeu em uma década e meia o atlas *Theatrum Orbis Terrarum*, foi escrita pelo matemático e geógrafo Sebastian Münster (1488-1552), natural da Renânia.

Seu livro, famoso por constituir a primeira descrição do ecúmeno <sup>11</sup> em idioma alemão e que em termos editoriais, foi uma das publicações mais bem-sucedidas e populares de todo o século XVI, é mostra irrepreensível do que estamos comentando <sup>12</sup>.

Declaradamente, este trabalho anuncia em comentários, mapas, notas e imagens, uma coleção de percepçõamentos negativados sobre a África, claramente tomados de empréstimo de percepções muito antigas, anteriores a Sebastian Münster. No entanto, justamente devido à *Cosmographia*, tais juízos deformados foram repisados *ad nauseam* por vários séculos adiante.

Observe-se que em 1540, quando a obra foi lançada, naus portuguesas e espanholas acumulavam décadas de navegações na orla marítima da África Ocidental. Os portugueses tinham ultrapassado o famoso Cabo Bojador, uma proeminência da costa saariana, mais de um século antes, no ano de 1434, feito que para além de implicações náuticas, consolidou na consciência europeia como marcador histórico-geográfico da atuação dos navios negreiros na orla Atlântica da África <sup>13</sup>.

As ilhas Canárias, principal arquipélago da África D'Oeste, habitadas quando da chegada dos europeus por um povo mencionado nas crônicas como Guanchos <sup>14</sup>, foram ao longo do Século XV submetidas à coroa de Castela, convertidas em escala de proa para as rotas rumo à África e às Índias e posteriormente, da América.

Demandando por 93 longos anos para serem conquistadas (1402-1495), este arquipélago tinha se tornado um conhecido baluarte naval e militar do poder espanhol, sendo objeto de inúmeros relatos e descrições nos documentos e mapas da época.

Na direção das terras ao Sul do Bojador, diversas expedições europeias, como as encabeçadas pelo genovês Antoniotto Usodimare e pelo veneziano Alvise Cadamosto <sup>15</sup> em 1455, tinham tocado quase nove décadas antes de *Cosmographia* o litoral da Senegâmbia <sup>16</sup>, inclusive encetando incursões no interior do continente, devidamente registradas nos relatos ao rei de Portugal (Cf. RAMUSIO, 1837).

Cabe também o registro que nesta época, diversas feitorias pontilhavam a costa atlântica da África, instaladas inclusive em recantos axiais do Golfo da Guiné, como a Fortaleza de São Jorge da Mina, fundada pelo capitão-mor português Diogo de Azambuja em 1481.

Deste modo, embora *razzias* e assentamentos europeus acumulassem bem mais de sete décadas de empreendimentos no continente antes do lançamento de *Cosmographia*, os registros a respeito da África Negra são muito sintéticos, se resumindo a noções vagas, imprecisas ou então, a relatos simplesmente fantasiosos <sup>17</sup>.

Neste sentido, é bastante significativo que embora *Cosmographia* consista num polpudo trabalho somando quase 1.200 páginas, que a África Negra esteja fragmentariamente contemplada com cerca de poucas cinquenta páginas, e mesmo assim, editorialmente locadas como *último* capítulo da obra.

Na obra, os destaques se baseiam nas descrições de antigos cronistas gregos e romanos, dentre os quais Plínio, O Velho (23-79 d.C.), mormente se circunscrevendo às terras do Mediterrâneo africano, áreas de há muito conhecidas pelos europeus desde a antiguidade clássica. Quanto à África Negra, a obra pouco informa ou esclarece.

Mas, o que surpreende de verdade é o *conteúdo* reservado ao continente, preche de inverdades e de copiosa estigmatização. No caso das imagens que estampam os africanos, estes são retratados a partir de cópias de desenhos do Século III confeccionados pelo autor clássico romano Gaius Julius Solinus.

Este popularizou no universo greco-romano a imagem de seres semi-humanos, bárbaros e monstruosos, providos de membros desproporcionais, com duas cabeças ou nenhuma, rostos deslocados para o tronco, dotados de um único olho, uma única perna, com anatomia antropomórfica e assim por diante (Figura 2).



**FIGURA 2** - Humanóides aberrantes e outros seres disformes desenhados pelo romano Gaius Solinus, que ilustram os comentários sobre a África em *Cosmographia* (MÜNSTER, 1554: 1151). É interessante observar que tais criaturas aberrantes possuem longa trajetória editorial. Além de circularem no Império Romano, na Idade Média e nas obras de Sebastian Münster, são também notadas nos mapas da América do Sul do Século XVII e nos tempos modernos, na propaganda de correntes antissemitas do fascismo italiano, no caso, representando os judeus.

No que bem demonstra o caráter absolutamente inercial dos arquétipos da exclusão, estes seres bizarros repentinamente reaparecem em *Cosmographia* dispensando qualquer releitura ou novas versões dos desenhos originais. Ou seja, atestando uma nova fronteira

para a barbárie, os aterradores humanóides ficcionais de Solinus agora reaparecem na África numa narrativa do Século XVI.

A partir deste pano de fundo, o que vem se seguiu na produção cartográfica europeia foi a continuidade da estigmatização, que replica este estado de espírito nas novas cartas. Nesta contextualização, o mapa da África desenhado em 1644 pelo eminente cartógrafo batavo Guilherme Blaeu <sup>18</sup> retrata indiscutivelmente imagem emblemática do continente (Figura 3).

A perícia de Blaeu na cartografia- o primeiro a minutar em detalhes o litoral africano -, em nada devendo a um pendor artístico, transparece num mapa finamente trabalhado, que não obstante, vetoriza rasgos dessimetricamente ideacionados endereçados à imagem da África.

À vista disso, embora no mapa de 1644 a linha da orla marítima e a forma do continente estejam relativamente bem detalhados, resultado evidente de dois séculos de navegações europeias, estes coexistem com feições nebulosas consagradas às vastidões interiores da África, regidas por toponímia inexata e/ou fantasiosa.

Continente adentro, ora pontificam topônimos de Estados tradicionais com inserção real na geografia política (Abissínia, Congo, Benin e Monomotapa), todavia abarcando áreas escancaradamente ampliadas ou com fronteiras incorretas, ora reinos extintos há tempos (como o dos Garamantes, no antigo Fezzan), mas de cuja desaparecimento nenhum europeu estava ciente.

Para arrematar, muitos reinos e territórios são fidedignos, porém plotados em sítios distantes ou deslocados da sua localização real. Outros ainda, embora efetivos e de longa história, caso do Império Songhai e do Kanem-Bornu, simplesmente não eram citados e muito menos brindados com identificação cartográfica (Cf. WALDMAN, 2010b e 2009a).

No mapa de Blaeu, uma pista emblemática sobre a relação espacial engendrada pelos europeus com a África transparece nos medalhões que encimam a peça. Na franja superior desta carta estão perfilados nove sítios: Ceuta, Tanger, Argel, Túnis, Alexandria, o Cairo, Moçambique, as Canárias e o Forte da Mina.

Fato nada fortuito, nesta fieira de sítios, exceto Moçambique e a feitoria da Mina, sete são cidades e ilhas norte-africanas, realce que tanto revela contatos antigos da Europa com a costa africana do Mediterrâneo, quanto a preocupação em policiar as incursões do Islam, que teimosamente mantinha ataques aos portos do Sul da Europa, dando guarida a ações de piratas em alto-mar, levada a cabo por grupos corsários da Berbéria.



FIGURA 3 - Mapa de África de Guilherme Blaeu, datado de 1644 (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 19-07-2017).

Também coerentemente, na época de Guilherme Blaeu, quatro das sete localidades norte-africanas correspondiam a cidadelas da Cristandade incrustadas na costa do Magreb<sup>19</sup>, defendidas por potências europeias praticamente a qualquer custo.

Dentre os sítios realçados, dois estavam sob o mando dos adeptos do profeta Maomé: as cidades do Cairo<sup>20</sup> e de Alexandria, ambas no Egito, destacadas por serem depositárias de considerável interesse econômico, político e estratégico.

Situadas no plexo solar do Velho Mundo, Cairo e Alexandria usufruíam de distinção em qualquer mapa do período. O Cairo, centro urbano localizado no encaixe do rio Nilo com a região deltaica (o chamado Baixo Egito ou Delta), foi fundado pelos árabes no ano de 640, tão logo estes se asseguraram do domínio do Egito.

Quanto à Alexandria, principal doca do Mediterrâneo Oriental, esta tinha sido tomada pelos sultões otomanos em 1541, sendo que desde então, o poderio turco logrou mantê-la sob seu controle, subtraído apenas no século XIX com a dominação britânica do Egito.

Estes dois centros, formando na realidade um binômio composto pela capital do Egito (Cairo) e seu principal porto (Alexandria), sempre foram cobiçados pelos poderes ocidentais devido à fenomenal importância do Egito no teatro levantino, africano e islâmico em geral. Afinal, a nação do Nilo sempre configurou uma acabada *core area* <sup>21</sup>, sendo seu controle indispensável para irradiar hegemonia junto a uma vasta amplidão geográfica <sup>22</sup>.

Chama a atenção que apenas dois dos sítios destacados no mapa de Blaeu - Moçambique e o Forte da Mina - situam-se ao Sul do Saara, nas plagas da África Negra. Entretanto, sendo estes atracadouros feitorias do comércio escravista, por si só tal detalhamento é revelador do que estava reservado aos habitantes desta parte do continente.

Um aspecto paradoxal é que apesar da vida urbana na África Negra acumular milênios de história (muito mais do que, por exemplo, a Europa), no mapa não consta nenhuma urbe autóctone. Os encartes mostram unicamente portos cuja funcionalidade é drenar homens e riquezas do interior para encaminhá-los sem demora para as metrópoles e suas colônias na América.

Aparentemente um deleite decorativo, o mapa de Blaeu dedica certa atenção para exemplares da mega-fauna africana. Embora não estejam plotados nos seus genuínos *habitat*, reconhecemos elefantes, camelos, avestruzes, leões, macacos e crocodilos. Nos mares, vemos criaturas exóticas e seres fabulosos: peixes voadores, baleias e serpentes marinhas.

Mas, a saber, tais indicações são arbitrárias em nada. Está aqui presente a noção de uma África imersa numa *natureza selvagem*, ideiação sacramentada enquanto característica emblemática do continente <sup>23</sup>, e na mesma derivação, do domínio inclemente de uma *zona tórrida*, encarada com receio pelos europeus em razão de analogias que associavam o calor ao fogo dos infernos.

A mais ver, esta fatoraçoão acolhe roteiro cujo imaginário filia-se a linhas de interpretação que decretam uma *propensão à barbárie* tida como inerente ao continente e às suas populações.

Porém, o que há de verdadeiramente pitoresco é a ausência de registro de vida humana no vasto *hinterland*. Para o mapa, é como não existissem humanos na África. O único

membro representado da espécie humana - um cameleiro - transita pelos atuais sertões da Mauritânia e da Argélia. Trata-se quase certamente de um mercador berbere, alusão direta aos contatos de longa data mantidos por esta região com o Magreb <sup>24</sup>.

Em termos da organização da imagem cartográfica, deve-se asseverar que no mapa de Blaeu os povos africanos da *Costa* (Atlântico) e *Contracosta* (Índico) são exibidos em duas faixas dispostas a Leste e a Oeste da representação.

Entrementes, se isso ocorre é apenas para endossar a exterioridade da África. Conferindo melhor: o continente é restritamente reconhecido por um olhar externo, excluindo autorrepresentação enquanto escopo identitário (WALDMAN, 2009a).

É igualmente notável como as ilustrações da população humana, do Norte para Sul, reforçam estereótipos geográficos que denotam o meridional (culturalmente interpretado como *inferior*), como referência para a barbárie.

Destarte, quanto mais abeiramos a *finisterra* meridional, maior é o despojamento dos adereços da cultura humana e da sociedade civilizada. *Pari passu*, os nativos são mais despidos e mais escuros. Isso apesar dos têxteis serem um invento africano e da melanina não estar concatenada, na África, em critérios trivialmente latitudinais.

Na medida em que a visão avança ao Sul, os grupos representados são mais e mais incivilizados, sendo que no último quadro a Leste, dois nativos se prestam a devorar serpentes, uma alegoria recorrente sobre a compulsiva selvageria dos negros.

Para mais, este alinhamento de imagens é uma dentre muitas confirmações do quanto os textos <sup>25</sup> sobre o continente refletem injunções firmadas em categorias que traduzem uma realidade exterior negativamente percebida, que para se decantar recorre a lugares-comuns e estereótipos, induzindo hierarquizações assimétricas, segregadoras da África e dos seus povos.

Obviamente, porquanto encarne ambiguidades e contradições, os significados imaginários deste modelo estigmatizador tende a assumir metamorfoses. Cristalizando modulações singulares de uma ideia excludente, suas formas de representação são re combinadas, reatualizadas e revistas. Contudo, repetidamente incorrendo em distorções, simplificações e generalizações (*apud* OLIVA, 2003: 431-432 e HORTA, 1995: 189-209).

Exatamente por esta razão, seria prudente registrar que vários conceitos patentes no mapa de Blaeu perderam sua força explicativa e/ou deixaram de existir. Mas, que nunca se perca de vista a obsessão dos mapas ocidentais em prol de uma cosmovisão eurocentrada

e da meta permanente em subjugar a África. Tampouco, a perdurabilidade das inflexões espaciais integrantes deste prontuário de desqualificação.

Certo é que a visão sobre a África foi se alterando, gradativamente substantivando novos atributos. Afinal, na fruição da história, nada permanece estático. Todavia, cabe advertir que embora os elementos constituintes deste imaginário tenham sido substituídos e/ou reideacionados ao longo do tempo histórico, um *paradigma de negatividade*, sob cuja custódia foi construída e recomposta a imagem da África, *já* *jamais foi questionado*.

Deste modo, se manteve intocada a meta prioritária de perpetuar o “devido lugar” que os círculos hegemônicos decretaram como adequados ao continente, suas populações, seus descendentes e sua cultura.

Uma hierarquia que para ser zerada exige a análise dos mapas como instrumentos de consagração da exclusão, assim como dos motes que respaldam sentidos e interpretações diametralmente opostas a esta.

#### IV - ÁFRICA NO ATLAS ESCOLAR: PONTUAÇÕES PRELIMINARES

Uma vez esclarecida a linha mestra que comandou a montagem da imagem da África pela cartografia europeia, seria justo encaminhar reparos quanto à sua explicitação nos mapas brasileiros, em particular aos dedicados às lides didáticas.

Conforme comentamos, é inescapável frisar que o racismo enquanto fenômeno social persiste sob o manto de uma batelada de obstruções ideológicas, saldo seguramente oriundo do longo reinado da escravidão na história brasileira.

Mas não só. Historicamente existem peculiaridades soldadas a crispações socioculturais, que circunscrevem, mesmo no plano da história da escravidão nas Américas, um acórdão absolutamente singular. No parecer cristalino do historiador Mario MAESTRI FILHO, este recorda que o Brasil *“foi o país da América mais acabadamente racista e o último a abolir a escravidão no continente”* (1984: 13, *grifos nossos*).

Um retrato sucinto deste *imbróglio*, com desditosas consequências para os negros e os africanos nas narrativas didáticas, nos é obsequiado pelos considerandos que seguem:

“Para ser mais claro: excluindo um seletto grupo de intelectuais e pesquisadores, uma parcela dos afrodescendentes e pessoas iluminadas pelas noções do relativismo cultural, nós, brasileiros, tratamos a África de forma preconceituosa. *Reproduzimos em nossas ideias as notícias que circulam pela mídia, que revelam um Continente marcado pelas misérias, guerras étnicas, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica*” (OLIVA, 2003, *grifos nossos*).

Tendo como eixo ontológico percepções tais como as descritas, seria difícil imaginar que os materiais didáticos permanecessem imunes aos processos cognitivos afeiçoados à subalternização da África, com o agravante de que estes se tornam assim responsáveis por não alterarem leituras e narrativas que consolidam um imaginário desqualificante e racista, direcionado aos negros e aos africanos:

“Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, *os livros didáticos incorporam a tradição racista e preconceituosa de estudos sobre o Continente e a discriminação à qual são submetidos os afrodescendentes aqui dentro*” (Vide OLIVA, 2003, *grifos nossos*).

Adicionalmente, seria preciso alertar para sequelas decorrentes da interiorização dos primados racistas, que inserindo uma lógica de naturalização do preconceito, brindam-nos com a invisibilidade <sup>26</sup>.

Desta maneira, a estigmatização do continente e dos afrodescendentes é revestida de despojamento, cotejada com direito de voz e voto no material didático e ungida com os ouropéis da omissão:

“A Geografia do continente africano no Brasil tem sido uma referência de inferiorização, *sobretudo no processo de ensino*. Primeiramente, são os livros didáticos, que ignoram o povo africano e o brasileiro com matriz na África, como agentes ativos da formação territorial e histórica do país. Aí está, mais uma das questões estruturais que nos possibilitam entender a desinformação da população brasileira sobre África” (Cf. ANJOS, 2009:8, *grifos nossos*).

Felizmente, essa diretriz não reina sem contestação. Com efeito, trabalhos com visão crítica <sup>27</sup> tem se acumulado ano a ano, contribuindo para com a rediscussão da política educacional no Brasil, tanto no referente aos conteúdos, quanto no aspecto programático.

No âmago destes estudos, a desmistificação da África e da sua genealogia geográfica, histórica e cultural despontam como peças-chave para se rever a imagem do continente e sequencialmente, do povo brasileiro como um todo. Fato que novamente nos conduz a repensar o mapa de África em sala de aula.

É com este alento que tomaremos como referência para a análise da representação cartográfica da África no ambiente escolar as cartas que constam na publicação GEOATLAS, possivelmente um dos mais indicados, conhecidos e consultados compêndios de mapas escolares do país (SIMIELLI, 2013).

Trata-se de escolha que não tem nada de casual. Numa afirmação despida de qualquer apologia, sob diversos ângulos este atlas é considerado modelar. A obra, que por sua amplitude contou com sortido leque de colaboradores da universidade pública, particularmente de geógrafos <sup>28</sup>, teve por titular a geógrafa Maria Elena Ramos Simielli, geógrafa e especialista com longa atuação na cartografia escolar.

Enquanto ferramenta educativa, o ótimo acabamento do material, versátil projeto gráfico, excelente resolução de imagens e cuidadosa printabilidade, lhe granjearam reconhecida aceitação. Regularmente, GEOATLAS foi indexado às listas de material escolar das escolas da rede pública e particular de ensino em todas as unidades da federação.

Entretanto, em razão da forte carga de noções enviesadas interpostas ao continente - às quais se somam anteparos de natureza editorial, contraposições de ordem econômica e circunstâncias peculiares à confecção de um atlas - não surpreende que a publicação incorra em omissões, falhas e juízos de valor.

Pode-se presumir que tais imprecisões poderiam ser sanadas mediante acompanhamento especializado. Porém, raramente (ou melhor, *nunca*), o exame das informações atinentes à África conta, no meio editorial, com este tipo de suporte. Premeditadamente ou não, dado que o espaço africano é visto como desimportante, sub-repticiamente se introjeta um tratamento profissionalmente desigual, que confirma a pouca relevância de que o continente desfruta na mentalidade hegemônica do *status quo*.

Para todos os efeitos, o desdobramento inevitável é a descaracterização do continente, mediatizado no plano conceitual por enquadramentos que mutilam e desfiguram sua fisionomia, encadeada no plano técnico com negligências que malgrado consecutivas revisões editoriais, teimam em se repetir.

Exemplificando, na 34ª edição de GEOATLAS, colocada a disposição em 2013 (*edição atualizada e ampliada*, de acordo com o frontspício da compilação)<sup>29</sup>, assim como na 33ª edição, que circulou em 2012 (*edição atualizada*, *idem*) e na 14ª edição, datada de 1994 (*totalmente atualizada*, *idem*), o Lago Mai-Ndombe, famosa bacia lacustre da República Democrática do Congo (RDC), insiste-se no uso do antigo topônimo colonialista belga: *Lago Leopoldo II*.

Confira-se: *faz 45 anos* que o Lago teve seu nome original recuperado no bojo da política de africanização da toponímia da RDC (1972). A despeito das possíveis veleidades do nacionalismo africano, se alerte que Leopoldo II, rei da Bélgica, potência mandante no Congo, foi responsável direto pela brutal opressão, exploração e morte de milhões de congoleses, ações que, aliás, lhe valeram a pouco honorífica insígnia de *Açougueiro do Congo*.

Assim, sendo responsável por uma calamidade hoje cadastrada como um dos genocídios inaugurais da história contemporânea é evidente que Leopoldo II não reúne qualquer condição para ser homenageado numa peça cartográfica relativa à África, muito menos quando se sabe que o topônimo *foi alterado há exatos quarenta e cinco anos*.

Esmiuçando mais apuradamente o conteúdo deste atlas escolar, nossas reflexões serão a seguir referendadas por seis dos oito mapas sobre a África publicados em GEOATLAS. Destes, dois são políticos (2013: 65 e 67) e os demais quatro são temáticos (2013: 68 e 69, duas cartas por página).

Quanto aos dois mapas físicos de África que constam em GEOATLAS, estes apetreceriam a um reexame alusivo exclusivamente à representação da geografia física de África, temática que escapa ao foco deste texto e, portanto, podem ser decryptados em outro momento.

Sublinhe-se que os mapas eleitos para análise revelam na exposição cartográfica do continente - em grau variado e com cariz próprio - um receituário que repete o paradigma da negatividade. Por conseguinte, a apreciação crítica das imagens de GEOATLAS integra um corolário de posicionamentos que em uníssono, tem se pronunciado em favor de repensar o material cartográfico dedicado ao continente para a sala de aula.

Arrematando, ateste-se que abordar este debate nos termos de uma renovação integral está longe de evocar um rebordo descabido. Amiúde, os atlas persistem num processo de esvaziamento da imagem do continente dos elementos que lhe assegurariam cidadania geográfica.

Para tanto, entram em cena metodologias cuja consecução dialoga com posturas assoberbadas de exterioridade radical, modelos analíticos que não admitem azos de isenção nem para o espaço geográfico no sentido mais amplo, e tampouco, às frações do real eleitas para ingressar no horizonte cartográfico.

Neste senso, uma vez postos em ação, estes modelos terminam por legitimam o recalque de quaisquer aspectos que preservem a identidade do espaço, da história e das culturas representadas, necessariamente induzindo o expurgo e/ou oclusão do *ethos*<sup>30</sup> dos entes cartografados, instrumentalizando-se no cerne destas investidas a fagocitose inapelável do que se enseja representar e discutir, resultado inapelável de modelos axiológicos situados na periferia dos fatos que pretendem investigar (Vide WALDMAN, 2017e, 2017b, 2017c, 2008, 2003, 2000 e 1997; ANJOS, 2009, 2007 e 1989; LEITE, 1992).

O grau e o modo como tais diretivas se corporificam na seção dedicada à África em GEOATLAS, constituirá então a pedra de toque da tecedura desta avaliação. Respeitando a ordem editorial de exposição dos mapas na coletânea, coligiremos atualizações, reparos e correções de interesse para habilitar, posteriormente, uma transparência nos pareceres e ajuizados retificadores que os acompanharão.

Tendo esta meta como fio da meada, realçaríamos inicialmente registros concernentes à representação gráfica do Planeta. Tal consideração é essencial porque a primeira imagem que conhecemos a respeito da África é que se descortina através do mapa-múndi, visualizada nas etapas infantis da escolarização.

Nessa aproximação, detecta-se prontamente um regime de estereotípias por intermédio do qual a construção da imagem do mundo valoriza a centralidade e a superioridade da Europa frente a África assim como ao conjunto dos continentes, discernimento que se consolidou no transcurso da cartografia europeia.

Outrora, os mapas gregos, desejosos de valorizar topologicamente a Hélade, já haviam outorgado à Europa a parte superior das cartas planetárias, posicionada de modo a encabeçar a *oikouménē*, tal como os antigos gregos definiam o mundo conhecido da antiguidade clássica (Cf. WALDMAN, 2017b e 1999).

Buscando sanção em credenciais na geografia astronômica, adotou-se a estrela Polar como guia para a direção Norte, praxe que pouco a pouco dominou o ideário geográfico europeu, e que na esteira destas opções, também intencionalmente reforçava a tutela imagética da Europa no planisfério.

Assim, a Europa terminou consagrada nos mapas-múndi como *pivot* do espaço terrestre, titular da cobiçada posição “central” e “superior” do ecúmeno, imagetivamente cortejada pelas demais terras emersas, locadas uma a uma à sua volta como que lhe prestando uma justa e merecida homenagem. Como seria o caso de comentar, construções cartográficas como esta não se furtam de consubstanciar formulações imagéticas que nitidamente, sustentam um consórcio com claras estratégias de manipulação ideológica.

Desdobrando-se numa prototípiia cartográfica que se tornaria autêntico modelo tutorial para os mapas ocidentais, esta padronagem estava umbilicalmente atada a um arcabouço simbólico apoiado em explícitas exações supremacistas, a começar pela obsessão em tutelar a posição Norte.

No respeitante a esta última consideração, sublinhe-se que não há como desmentir que sendo a Terra uma esfera e a orientação dos continentes uma convenção, o centro do Planeta pode estar em qualquer ponto. Neste senso, os pontos cardeais, incluindo-se obviamente neste conceito as direções Norte e Sul, assim como Oeste e Leste, são referências absolutamente intercambiáveis.

Portanto, as escolhas postas em prática pela cartografia grega não foram condicionadas por primados técnicos, mas antes por intermediações culturais, históricas e políticos, justamente as que respaldavam uma manifesta propensão ao hegemonismo (WALDMAN, 2017b, 2016c, 1999 e 1997; ANJOS, 2007; WALDMAN *et alli*, 2007: 29-30; OLIVEIRA, 1978: 36).

Não fosse suficiente o talhe ideologicamente enviesado da *oikoumene* greco-centrada, entenda-se também que longe de constituir um capricho exclusivo da cartografia helênica,

este tipo de arranjo, organizando seletivamente a disposição dos continentes em favor da europeidade, foi, pelo contrário, substantivado num número avassalador de famosas e proeminentes peças cartográficas.

Veja-se o célebre Planisfério de Ptolomeu, datado aproximadamente do ano 150 da Era Cristã. Assimilando concepção aristotélica de universo, a Terra é uma esfera colocada em seu centro. Mas, antecipando a regência da totalidade das terras emersas, o espaço greco-romano está disposto na porção superior da *oikoumene*, um modelo que se repete em todos os planisférios da antiguidade clássica.

Mesmo com exceções, tal acepção é aceita no transcorrer da história da cartografia europeia <sup>31</sup>. Como no já comentado Mapa dos Salmos, que marca incisiva inflexão da cosmogonia cristã na percepção do espaço habitado, a imagem do redentor ocupa a posição superior a esta carta medieval, abençoando o cosmos, com isso preconizando a valorização locacional da Europa.

Rubrique-se que emblematicamente, embora a Europa e a Ásia coabitem no setentrião deste *mappae mundi* do medievo, a Europa está postada do *lado direito* do Salvador, lateralidade que na retórica bíblica, possui reputada deferência simbólica e religiosa. Por sua vez, a Ásia - um domínio sarraceno hostil - fica alojada no *rincão esquerdo* da carta. Quanto à África, o continente ocupa o Sul, *abaixo* de todas as terras emersas, um sítio prenhe de perturbadoras implicações negativas.

Recorde-se que no modelo cosmológico cristão, *inferior* está equalizado ao *inferno*, induzindo sentido simbólico e locacional negativo para a África, adjetivação reforçada pelas altas temperaturas que vigoram no continente e pelas invectivas da mitologia camita, que interpreta os africanos como descendentes do personagem bíblico Cam, considerado maldito e blasfemador.

Em paralelo a estes arroubos cartográficos, a hierarquia espacial sancionada pelo ocidente será mais adiante encorpada por outras flexões geográficas que de igual modo, estavam dotadas de forte acento hegemônico, dentre as quais a que reservou à Europa a atraente a posição central nos mapa-múndi.

Plotada no ápice e no centro dos planisférios, essa valorização cartográfica da Europa se impõe com a expansão mercantilista e por sua pertinácia, terminou conveniada com os lauréis da inquestionabilidade (Cf. WALDMAN, 2017b: 15-20; BARBER *et* HARPER, 2010: 78; WALDMAN *et alli*, 2007: 23-25 e NORONHA, 2000).

Entretanto, um arrolamento crítico do mapa-múndi escolar estaria incompleto sem a verificação dos aspectos associados às projeções. Cartograficamente, a transposição da imagem de uma esfera tridimensional, no caso, a Terra <sup>32</sup>, para um plano bidimensional - o planisfério ou mapa-múndi -, inevitavelmente incorre em distorções, que podem ser atenuadas ou exaltadas consoante as escolhas do *map maker*.

Sintetizando: tecnicamente é impossível transferir com fidedignidade os dados de uma esfera tridimensional para um plano bidimensional. Sem nenhuma exceção, toda projeção fornece apenas uma representação aproximada da superfície planetária. Conclusivamente, gravadas pela incompletude, são as motivações específicas ao uso de determinada projeção que instauram o *leitmotiv* para sua veiculação (SEEMANN, 2003: 15; OLIVEIRA, 1978).

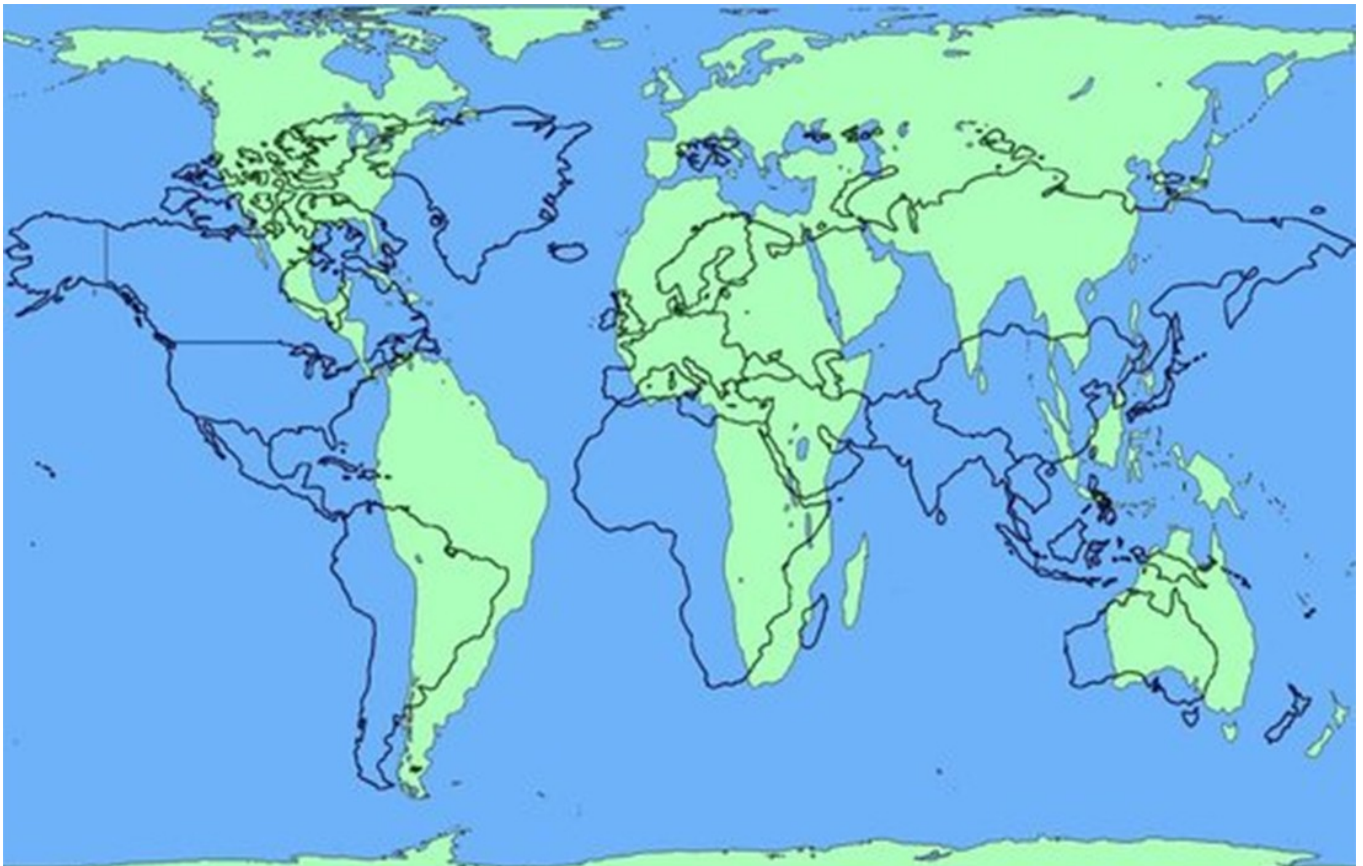
Unindo estas observações à constatação de que as alternativas para representar a Terra listam dezenas de tipos de projeções, faria sentido interrogar sobre a propriedade dos mapas que trafegam no processo de escolarização.

No mais, visto que o mapa configura um relevante instrumento auxiliar e estimulador das experiências de transmissão de conteúdos territoriais (*apud* ANJOS, 2007), se impõe a avaliação das opções que se aproximariam do foco deste ensaio. Isto é: serem simpáticas a uma interpretação mais realista da África.

Numa exemplificação que nos parece bastante esclarecedora, faria pleno sentido uma comparação entre os mapas-múndi de Mercator <sup>33</sup> e de Gall-Peters <sup>34</sup>. Retratando duas das projeções que mais tem agitado o mundo da cartografia, a ilustração que contrasta estes dois modelos, sobrepondo o planisfério de Gall-Peters à carta de Mercator (Figura 4), a disparidade resultante das metodologias na representação da Terra transparece sem deixar qualquer dúvida.

Ora, uma visualização sumária já é suficiente para revelar as dimensões desproporcionais do continente europeu no mapa de Mercator na comparação com a África. As terras africanas, três vezes mais extensas do que as da Europa e perfazendo na ponta do lápis a quarta parte da superfície terrestre, renunciam por imposição imagética à sua magnitude geográfica.

Inversamente, a área da Europa retrai no planisfério de Peters ao mesmo tempo em que a África reconquista as proporções que lhe fariam justiça. Países como Rússia, Canadá e os Estados Unidos disputam primazia territorial com a África em Mercator. Mas literalmente perdem terreno em Gall-Peters.



**FIGURA 4 - Representações cartográficas do Planisfério Terrestre em contraste, com a Projeção de Mercator ao fundo (em azul), contraposta à projeção de Gall Peters (em verde). Notar a disparidade imagética entre as duas projeções (Fonte: < <http://www.clker.com/clipart-2143.html> >. Acesso: 15-09-2017).**

Outro magno detalhe é reservado à Groenlândia. Esta ilha americana, embora possuindo área quatorze vezes menor do que o continente africano aparenta no mapa de Mercator ser pelo mínimo equivalente à África em extensão (CÓZAR, 2010).

A falta de fidelidade da projeção de Mercator na representação das dimensões das terras emersas - especialmente o Hemisfério Norte, cuja área é ampliada desmesuradamente - concedeu a este mapa-múndi, na voz dos seus críticos mais acerbos, todos os sortilégios da ideologização, impugnação que na realidade, seria merecedora de certa cautela.

Verdadeiramente, Mercator não intuía e sequer estava em condições de prever os impactos políticos da sua projeção nos tempos que se seguiram à sua obra. O objetivo do planisfério criado por ele era simplesmente impedir que os navegantes se perdessem no alto-mar, função que cumpriu a contento durante séculos (*passim* SEEMANN, 2003: 13).

Por outro lado, se esta foi a *raison d'être* da projeção de Mercator, as razões pelas quais esta auferiu proeminência e universalidade no meio editorial foram bem outras. Junto ao

universo das publicações, a celebridade da proposta atendeu a ordens de consideração em nada filiadas a princípios cartográficos. Confira-se:

“Embora [a projeção de Mercator] seja uma projeção pobre para um mapa-múndi, a sua malha de coordenadas retangular atraiu inúmeras editoras geograficamente analfabetas, que acharam sua forma geométrica bastante conveniente para atlas, mapas murais e ilustrações em livros, artigos e jornais, tornando-se a projeção-padrão no mapa mental de muitas pessoas” (SEEMANN, 2003: 13).

Concomitantemente à disseminação da carta de Mercator em contextos estranhos às artes náuticas - acompanhado da valorização da Europa como *espaço pivot* neste mapa - contribuiu, contudo, para identificá-la enquanto imagem propugnadora da inferiorização do III Mundo, tendo por rebote epifenomênico a desqualificação cartográfica dos povos extraeuropeus, aresta que cedo ou tarde inspiraria objeções e inconformismo.

Tais brechas explicam o sucesso de Arno Peters em 1973 na sua contradita ao mapa-múndi de Mercator. No embalo de uma das raras polêmicas públicas da cartografia, a projeção de Gall-Peters foi prontamente aceita pelos movimentos sociais, igrejas e por entidades como a UNESCO <sup>35</sup> e a UNICEF <sup>36</sup>, que na ocasião viviam momentos marcados por uma consciência social mais crítica e aberta ao III Mundo.

Enquanto imagem questionadora, a projeção de Gall-Peters - independentemente de imprecisões técnicas e das querelas quanto à autoria da carta <sup>37</sup> - ao dispor as terras emersas em proporções mais próximas do real, prontificou-se como a representação cartográfica mais adequada ao resgate da autoestima dos povos periféricos, favorecendo mudanças no entendimento que os grupos de excluídos faziam do mundo e do possível mérito das suas reivindicações.

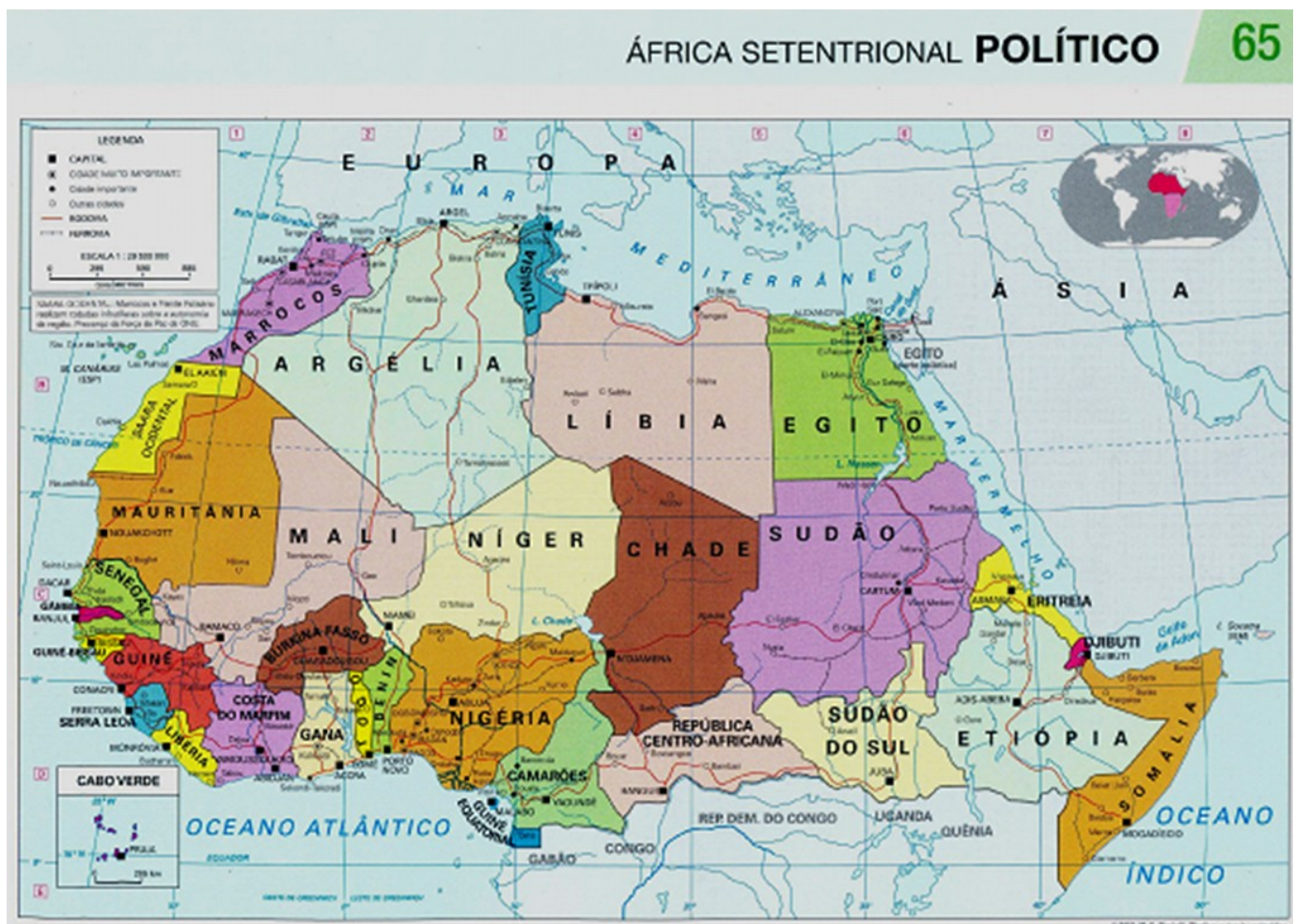
Pensando-se o não ajustamento de GEOATLAS a essas derivações críticas, seria válido frisar que a exposição contínua de representações eurocentradas do planisfério com toda certeza é uma dificuldade a mais a ser somada na senda de que outras imagens de mundo sejam veiculadas e assimiladas.

Embora muitas propostas cartográficas inovadoras e politicamente engajadas tenham de igual maneira abdicado da pretensão em reposicionar os continentes, e por tabela, preservam a titularidade europeia no arranjo visual dos planisférios (isto é, consentindo que a Europa siga como “senhora do mapa-múndi”), *nada disso obsta que a polêmica seja citada, exposta e discutida num material didático.*

Quanto às projeções, mesmo se sabendo que as decisões editoriais apadrinham projeções menos tocadas por engajamentos ou pelo idealismo militante, dispondo-se, pois a repetir marcos cartográficos hegemônicos, isto igualmente não permite silenciar a respeito dos significados que se imiscuem à formatação das imagens cartográficas.

Os Planisférios de Mercator e Gall-Peters inserem conflitos que permeiam visões de mundo opostas entre si, com sérias implicações e ressonâncias para o tratamento dado à África em sala de aula. Portanto, conceder direito ao debate é o mínimo que um material escolar deve dispor-se a evidenciar.

Dirigindo-nos agora aos dois mapas políticos de GEOATLAS (Figuras 5a e 5b), que na publicação sucedem as cartas da geografia física de cada uma destas propostas de configuração regional da coletânea, ambos, ao alternarem imprecisões, equívocos e lacunas, pleiteiam digressões prévias sobre a divisão política do continente.



**Figura 5a - Mapa África Setentrional Político na proposta de GEOATLAS (SIMIELLI, 2013: 65)**





FIGURA 6 - Mapa da Divisão Política da África em Dezembro de 2016 (Mapa de Maurício Waldman).

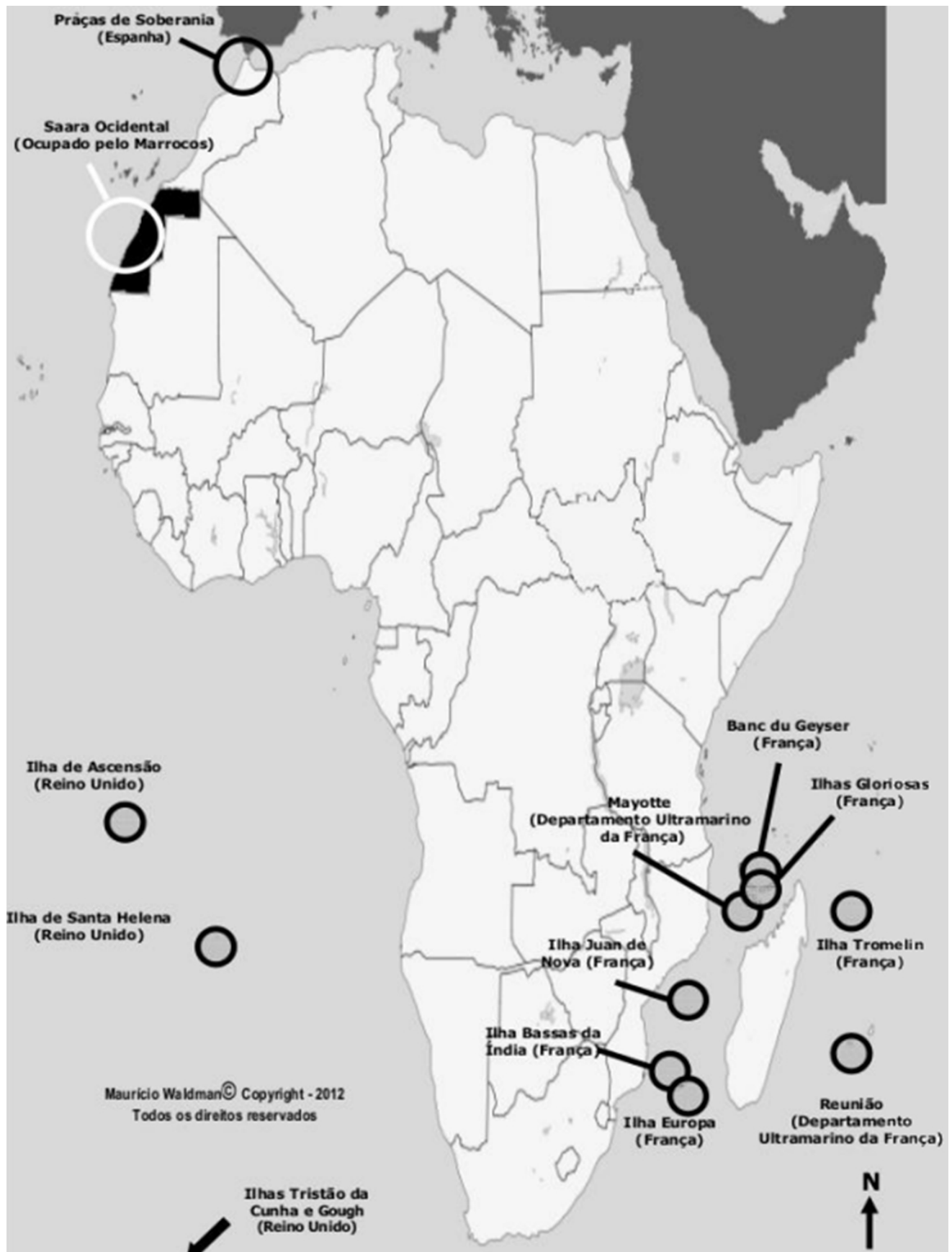


FIGURA 7 - O Saara Ocidental e as possessões remanescentes da Europa em África (Mapa de Maurício Waldman).

duas nações africanas, cabendo a uma delas, o Marrocos, a virtual pecha de potência colonialista.

Mas isto não é tudo. Embora os marroquinos controlem 80% do território, mantendo em suas mãos a parte do leão das riquezas locais, certo também é que não há um controle absoluto do território pelo governo do Marrocos. Na quinta parte restante do país, que permanece livre da ocupação estrangeira, o controle é exercido pela Frente Polisário (acrônimo de *Frente Popular de Libertação do Saguia-al-Hamra e do Rio de Oro*), que resiste à ocupação.

No transcorrer das hostilidades, o país terminou cortado pelo *Berm* (acostamento ou barreira em língua inglesa), uma malha de muros intercalados com de mais de dois mil quilômetros de extensão, erguida ao longo dos anos de conflito pelo governo do Marrocos para conter a insurgência dos autóctones, os *Saaraui* (Figura 8).

Juridicamente este panorama se problematiza em razão da Frente Polisário, organização cuja plataforma política a posiciona como expressão do independentismo do povo Saaraui, se postar em defesa dos direitos nacionais da população local no concerto mundial com base num Estado-nação próprio, a República Árabe Saaraui Democrática (conhecida pelo acrônimo RASD), proclamada em 1975.

Por sinal, a RASD é reconhecida como Estado independente desde o ano de 1984 pela maioria dos governos africanos, que endossaram o reconhecimento do direito da população local à autodeterminação nacional, assim como a admissão do ex-Saara Ocidental como um país independente no seio da Organização da Unidade Africana (OUA), máxima representação política continental <sup>38</sup>.

No que é demonstrativo do caráter polarizador desta pendência para a chancelaria marroquina, o ingresso da RASD na OUA foi origem de uma das raras disrupções ocorridas na história da organização. No mesmo momento em que ocorria a admissão do ex-Saara Ocidental na OUA, o Marrocos retirou-se da entidade para nunca mais retornar.

A diplomacia marroquina reiterou a decisão quando a União Africana (UA), entidade transcontinental africana que tal como a OUA, endossa o critério das fronteiras coloniais como fundamento para a divisão política do continente, manteve o reconhecimento da RASD como única representante legítima do território e membro pleno da organização.

Aparte crispações diplomáticas, o que há de concreto é a ocupação de quase totalidade da RASD pelas forças marroquinas, transformando o país numa continuidade concreta do Reino do Marrocos. Dito de outro modo, o antigo Saara Ocidental é um Estado *de jure*,

mas que não usufrui existência *de facto*, situação que desenha um contencioso até hoje sem solução a vista (BESENYÖ, 2009; WALDMAN *et alli*, 2007: 103, 112, 244-245).

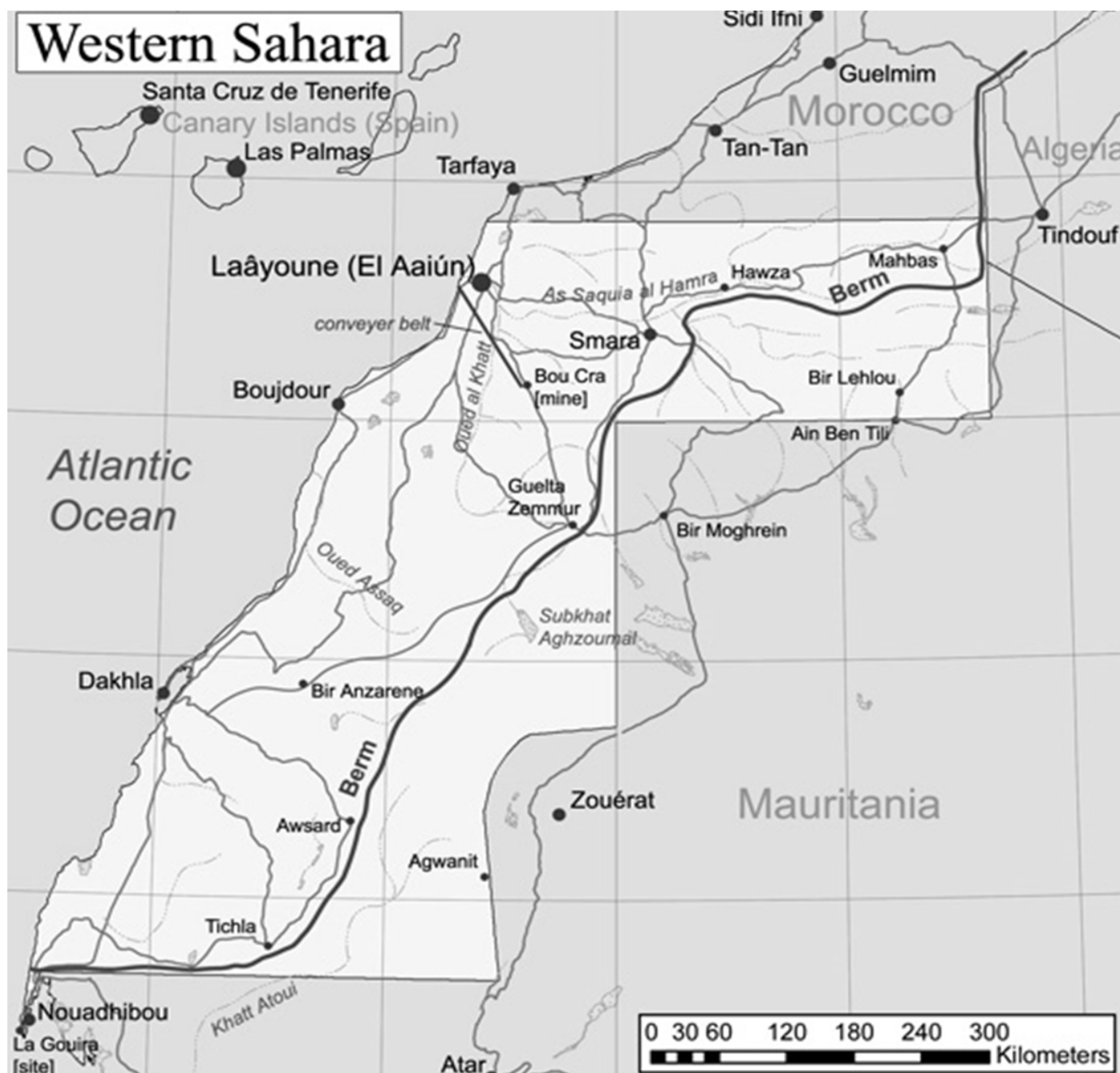


FIGURA 8 - O Saara Ocidental hoje: No mapa, a linha mais grossa cortando o território do país representa o *Berm*, com as terras a Oeste controladas pelo Marrocos e a Leste, pela Frente Polisário (Fonte: < <http://www.nonhores.com/ref-country-esh.php> >. Acesso: 01-09-2017).

Aliás, comentar a cartografia política de África também obriga a contestar difuso senso comum pelo qual a presença colonial no continente teria sido erradicada *in totum*, dela não restando qualquer vestígio.

Nada mais incorreto. Pontualmente subsistem senhorios alienígenas no que brandamente são catalogados como “possessões residuais” do colonialismo europeu. Basicamente é um legado composto por ilhas e arquipélagos costeiros e oceânicos conquistados séculos atrás pela expansão ocidental <sup>39</sup>.

Mas também repleto de pequenos atóis, alcantilados, ilhéus, escolhos, bancos arenosos, arquipélagos, píncaros rochosos e proeminências costeiras, frações “nanicas” de espaço nos quais as bandeiras das velhas metrópoles europeias insistem em tremular <sup>40</sup>.

No lote das dependências remanescentes europeias pode-se citar o Território Ultramarino Britânico (*British Overseas Territory*: BOT) do Atlântico, formado pelas ilhas de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha e Gough, diminutas e distantes, mas enormemente estratégicas por estarem localizadas a cavaleiro da rota marítima central do Oceano Atlântico (Figura 9).

Quanto à França, este país mantém sob seu controle dois Departamentos Ultramarinos Franceses (*Départements d'Outre-Mer*: DOM) e diversas frações de território que como no caso do BOT, desfrutam de considerável relevância geopolítica (Figura 10).

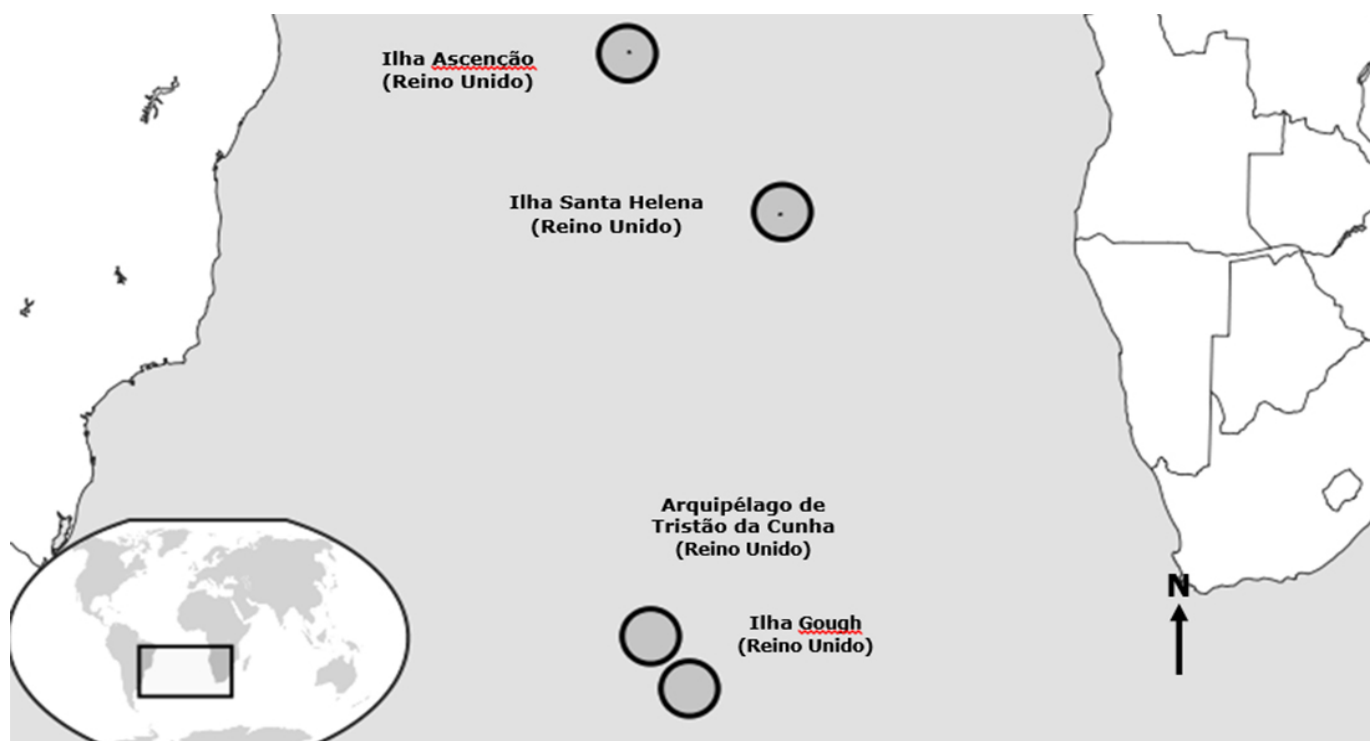


FIGURA 9 - Mapa das ilhas do *British Overseas Territory* (BOT) do Atlântico Sul (Fonte: < [Saint Helena Ascension and Tristan da Cunha in its region.svg|thumb|180px|.Legenda](#) >. Acesso: 11-09-2017).

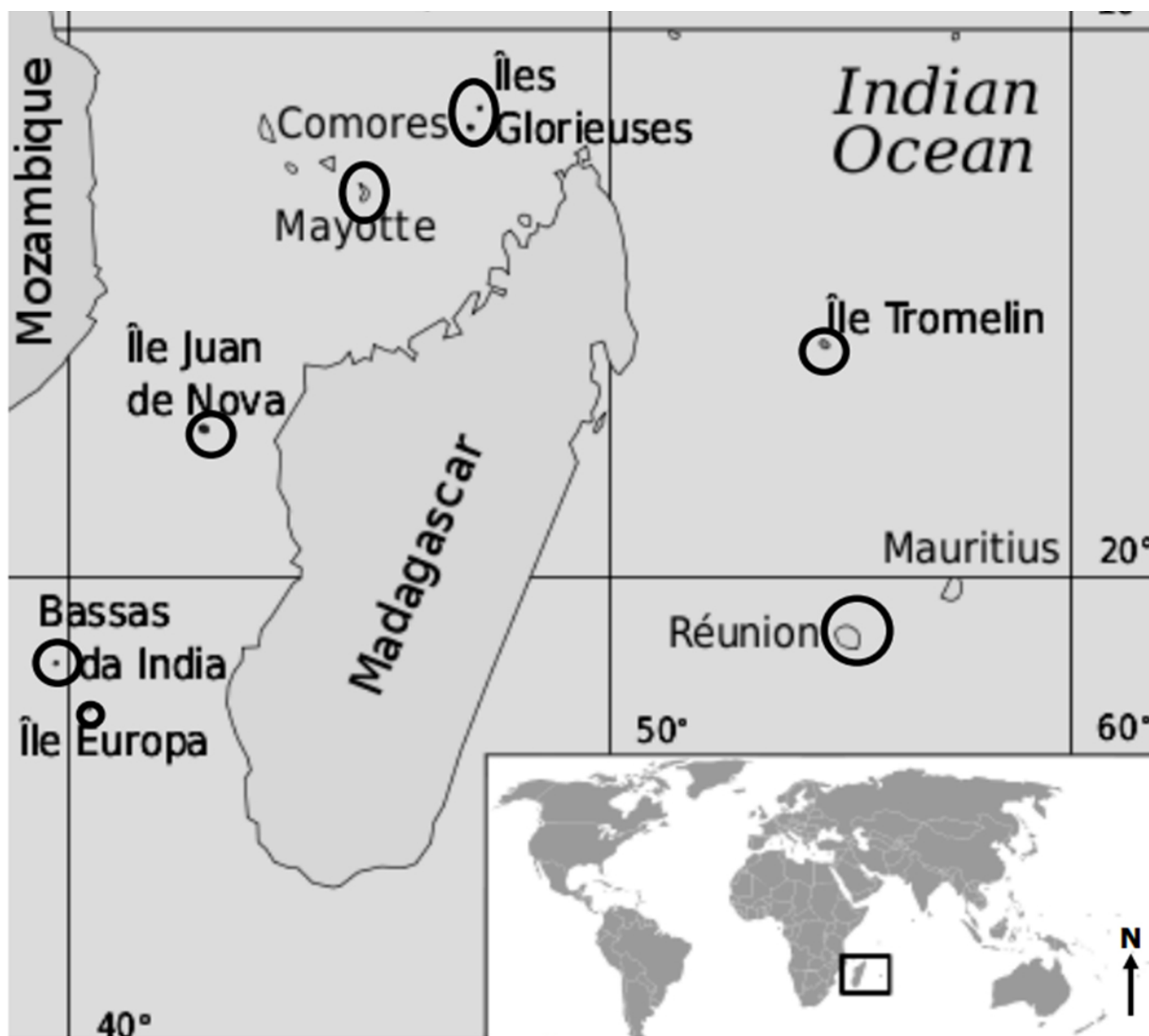


FIGURA 10 - Mapa do Índico Sul-Occidental Francês

(Fonte: The Encyclopedia of the Earth: < <http://www.eoearth.org/> >. Acesso: 13-05-2017)

Compõe este espólio do colonialismo francês as ilhas de Mayotte e de Reunião (ambas estatuídas na condição de DOM) e também o Território Francês das Ilhas Esparsas do Índico (*Îles Éparses de l'Océan Indien*), composto por possessões situadas no Canal de Moçambique, como o atol de Bassas da Índia, a ilha Juan de Nova, o Arquipélago das Gloriosas e o Banco Geyser, este lote que igualmente inclui o solitário ilhéu de Tromelin, localizado a Nordeste de Madagascar.

Complementando, temos as Praças de Soberania (*Plazas de Soberania*), enclaves sob dominação espanhola no litoral Norte do Marrocos, remanescentes da secular intrusão castelhana no litoral do Magreb, arrebatados ao Islam e mantidos sob guarda espanhola ao custo de esforços consideráveis (Figura 11).



FIGURA 11 - Mapa das Praças de Soberania Espanholas no litoral marroquino com encartes relativos às possessões (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 14-03-2017).

Seria lícito acentuar que descrever tais dependências enquanto triviais “reliquias do colonialismo” equivaleria a sepultar sua relevância no reino das sombras. Faria jus quanto ao desempenho espacial real destes prosaicos “vestígios”, notificar que estas nesgas de terras emersas localizam-se, todas sem exceção, em meio a cobiçadas e sensíveis rotas de navegação, tendo sob sua batuta a chancela de vitais passos oceânicos.

Reunindo predicados notavelmente estratégicos, a análise do que a primeira vista transpareceria simplesmente como “minudências territoriais” recomendaria, além de prudência, um detalhamento apurado do seu encaixe na arena mundial e particularmente, na africana.

No que tange o objeto da discussão proposta por este livro, uma ordem de apontamentos relaciona-se aos dois mapas políticos do continente incorporados ao GEOATLAS, em especial devido que estas cartas reclamam intenção em expor macro-conjuntos de países

conotados por um vetor regional. Pelo mínimo, é o que está sugerido nos títulos dos dois mapas: “África *Setentrional* Político” e “África *Meridional* Político” (Cf. Figuras 5a e 5b).

Seria cabível especificar, terminologias como *setentrional* e *meridional* no mais das vezes subscrevem modalidades de identidade que não se restringem a um patamar territorial. Na realidade, ambas as expressões se prestariam, mais do que frisar aspectos meramente espaciais, em delinear espaços que compartilham elementos comuns: de jaez geográfico, cultural, religioso, histórico, econômico e cabalmente, a distinção de um verniz político <sup>41</sup>.

Par a par com estas variáveis, não seria demasiado recordar que a inserção dos países em processos de regionalização polarizados pelo multilateralismo - um dinamismo intrínseco à globalização - tem universalizado o uso de uma toponímia ajustada às direções cardeais na identificação dos blocos regionais.

Não é outra a constatação que manifestadamente podemos observar relativamente ao Mapa Regional de África endossado pela 26ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da OUA. Ocorrida entre 23 de Fevereiro e 1º de Março de 1976 na cidade de Adis Abeba (Capital da Etiópia e sede da entidade), a cimeira homologou resolução definindo a regionalização do continente (WALDMAN, 2017c e 2014).

Distinguindo-se por uma progenitura autóctone, a proposta foi concebida no seio da Comissão Económica para a África da ONU (*United Nations Economic Commission for Africa: UNECA ou ECA*), tornando-se o mapa de referência para todas as instituições que trabalham com o continente (WALDMAN, 2017c e 2014; UNSC, 2012; FERNANDES, 2009: 90 e OUA: 1976).

De início as regiões propostas para o continente era quatro: Setentrional, Ocidental, Central e Oriental-Austral. Mais adiante, com a derrocada dos regimes de minoria branca no Sul do continente, essa última região foi desmembrada em duas jurisdições: África Oriental, compreendendo, sobretudo as nações do Índico e dos Grandes Lagos Africanos (Uganda, Ruanda e Burundi) e África Austral, reunindo a África do Sul e os países vizinhos.

Com isso, o *Mapa Regional de África* ou então, o *Mapa das Cinco Regiões*, conquistou sua forma final, especificando cinco macro-conjuntos: África Central, Oriental, Setentrional, Ocidental e Austral (Figura 12). Essa carta regional é uma peça cartográfica icônica da ordenação contemporânea do espaço continental africano, indiscutivelmente essencial para o conhecimento do continente (WALDMAN, 2017c e 2014; ADEDEJI, 2010: 490).

Nomeadamente, ao clarificar diferentes realidades regionais, esta carta logrou equacionar amplo rol de variáveis e atestar processos de espacialização cuja detecção, se perderiam

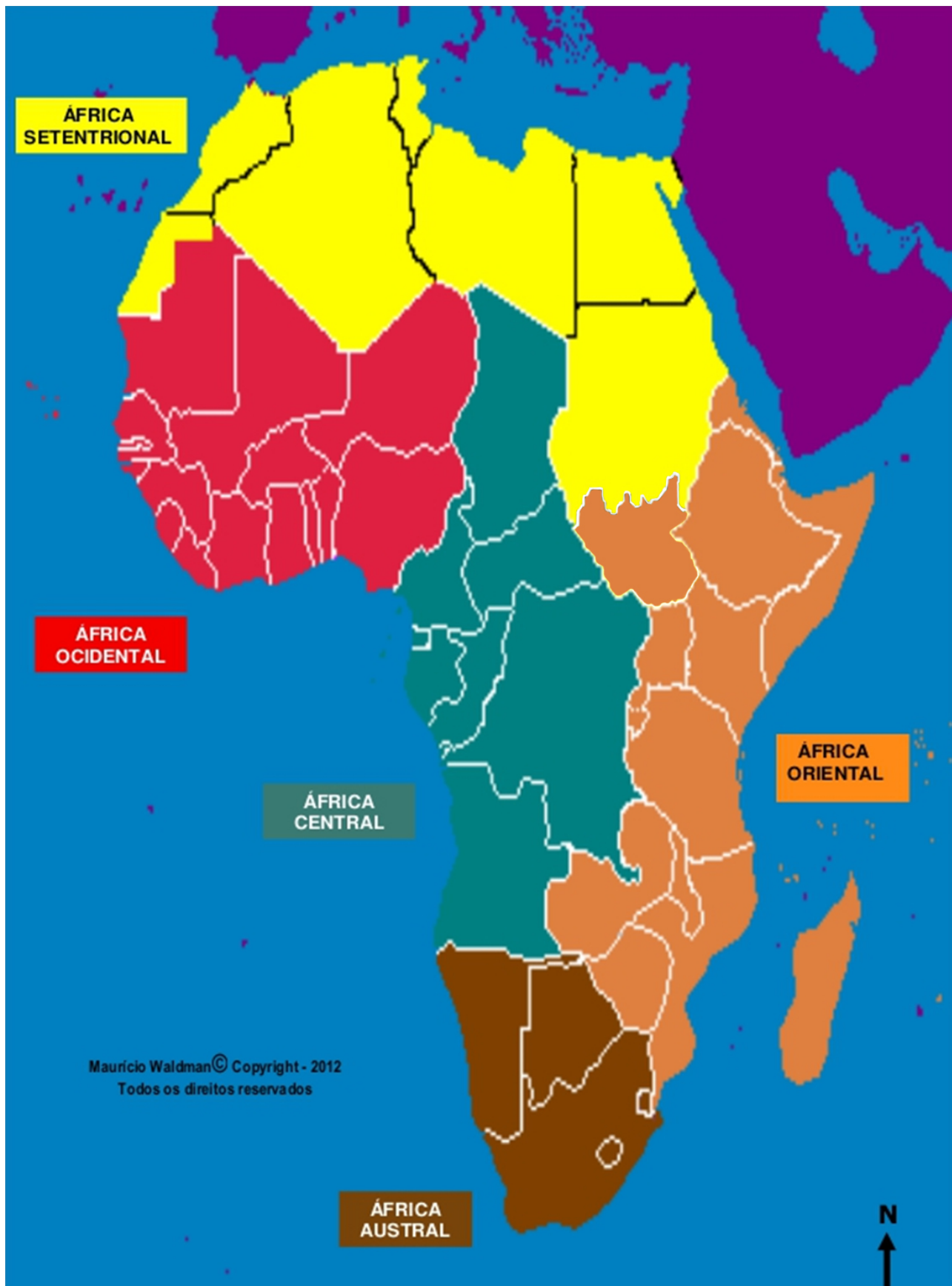


FIGURA 12 - Mapa da Divisão Regional da África: Os cinco macro-conjuntos regionais reconhecidos pela Organização da Unidade Africana e pela União Africana (Mapa de Maurício Waldman).

na escala da moldura geográfica continental, uma vastidão formada por mais de 30 milhões de km<sup>2</sup>, única e ao mesmo tempo diversa quanto ao tecido histórico, econômico e cultural.

Seria pertinente anotar que nesta radiografia das dinâmicas e demandas internas ao continente, o Mapa das Cinco Regiões não perde de vista a inserção da África no tocante a relacionamentos geográficos mais amplos, tanto no que toca aos elos econômicos globais, pois a estes o regionalismo se vincula seminalmente, quanto no cosmo afrodescendente, que mantém a África em seu horizonte de expectativas.

Nesta linha de exposição é importante advertir quão enganoso é o juízo que sentenciava inexistirem iniciativas cartográficas genética e genuinamente africanas. Ilações com este mote são, a rigor, unicamente uma dentre muitas que ataviavam o continente com o véu da carência de especulações conceituais e da baixa capacidade intelectual dos africanos.

No sentido contrário a estes estigmas, constata-se que em Maio de 1961, momento no qual o continente assistia a eclosão de uma verdadeira enxurrada de independências, o Conselho Econômico e Social da ONU, através da Resolução 816, deu início à Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas para a África (*The United Nations Regional Cartographic Conference for África*).

A instituição deste fórum, logrando um leque de conquistas no debate e normatização da geoinformação em todo o continente (Vide UN, 1961 e OUA, 1980: 27), referendou uma sucessão de esforços dos quais o Mapa Regional de África constituiu passo importante na estruturação de um pensamento cartográfico africano.

Na somatória destes considerandos, o que se tem no Mapa das Cinco Regiões é um saber geográfico conotado por um estatuto autóctone, embasado em reflexões centradas no dinamismo espacial do continente tal como os africanos vivenciam e observam. Disto decorre a consolidação desta proposição, que se firmou como viga mestra na condução do multilateralismo em toda a África.

De fato, tanto a União Africana (UA), quanto a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (*New Partnership for Africa's Development: NEPAD*), reconhecem esta carta regional como plataforma para definir os espaços de atuação das Comunidades Econômicas Regionais (*Regional Economic Communities: RECs*), pilares da atual organização econômica regional da África (Figura 13).

Paralelamente, ampla gama de instituições coadjuvantes aos RECs - entidades financeiras interestatais, órgãos facilitadores do comércio intracomunitário e diversos programas de

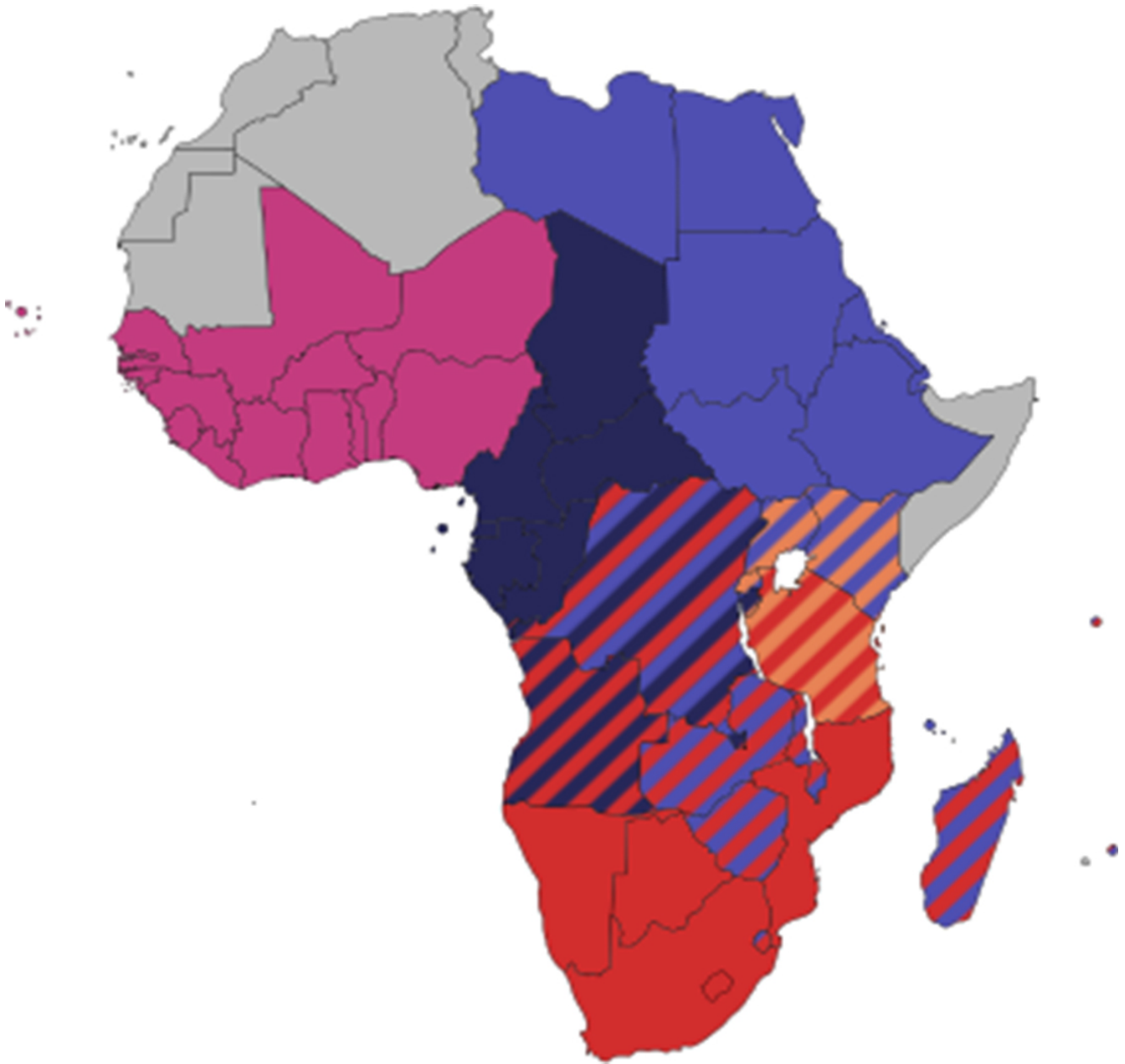


FIGURA 13 - Principais Blocos Regionais Econômicos da África: Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO, em púrpura); a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC, em azulão); Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional (SADC, em vermelho); a Comunidade da África Oriental (EAC, em laranja) e o Mercado Comum da África Oriental e Meridional (COMESA, em roxo). (Fonte: < <https://thielemans.wordpress.com/2014/12/01/the-african-search-for-peace-and-security/> >. Acesso: 11-09-2017).

cooperação - também adotaram este mapa modelar como axioma geográfico central para as relações interafricanas (Cf. WALDMAN, 2017c e 2014).

Funcionando como marco de circunscrição territorial, espaço político e administrativo, referência de gestão espacial e eixo para ações de ordem geoeconômica no continente, o Mapa das Cinco Regiões é verdadeiramente indispensável para pensar e refletir sobre o espaço africano.

O caráter axiomático deste mapa fica demonstrado pela adesão e aprovação unânime das esferas intergovernamentais africanas, para as quais seu desenho concorre para discernir dinâmicas que tem capitaneado processos de espacialização inéditos na história da África.

Recorde-se que na vertente do continentalismo africano, referir-se somente à “África” configura locução reducionista, incapaz de dar conta daquilo que o continente oferece. A compreensão da realidade africana aponta para pensarmos os *países* presentes no seu mapa político e em igual medida, os *agrupamentos* aos quais se integram, expressão de interesses diferenciados e dos múltiplos caminhos e visões relacionadas com a cooperação regional (Cf. WALDMAN, 2017c e 2014; MOURÃO, 2010a, 2010b e 2002: 253-254).

Deste rol de arrazoados decorre o interesse especial demonstrado pelo mapa regional do continente, sendo que complementando, o Mapa das Cinco Regiões é possivelmente uma das raras produções cartográficas do mundo atual aceitas em nível de um continente inteiro. Prova disso é que o fim da OUA não fragilizou sua aceitação. Mantendo intacto seu prestígio e validade, a carta foi prontamente revalidada pela organização sucessora, a UA.

E mais: sensível ao vigor redobrado do ideal pan-africanista, o mapa foi enriquecido em 2003 com uma sexta região, a formada pela diáspora africana originada pelo tráfico escravista e pelos núcleos da Africanidade <sup>42</sup> semeados pelas migrações contemporâneas (M'BOKOLO, 2012: 708). *Ipsa facto*, tudo conspira para tornar esse mapa sócio prioritário da discussão que estamos entabulando.

Ultimando este introito, reservaremos alguns parágrafos para os mapas temáticos da coletânea. Neste quesito, um elemento central na ponderação reporta às particularidades que tipificam um mapa temático.

Como a própria etimologia antecipa, este tipo de carta geográfica discorre sobre um *tema*, explicitamente declarado no *título* e exposto mediante a estruturação de uma *legenda* <sup>43</sup>, eventualmente agregada de *textos explicativos* e/ou *auxiliares* que regularmente se fazem acompanhar na elaboração destes mapas.

Perceptivamente, o mapa temático atesta crenças avalizadas pelo *map maker*, reveladoras de um modo de encarar os dados incluídos na representação. Portanto, antevemos um afazer que retrata uma dada realidade. *Mas não necessariamente o mundo enquanto objetividade* (MARTINELLI, 2011: 12 e 44 e 2007; ABBAGNANO, 2010: 773-775 e 891-894).

Sendo essa a base conceitual dos mapas temáticos, é natural imaginar que fabulações de todos os tipos e gostos encontrem uma acolhida nas representações cartográficas. Desta feita, sopesando-se os códigos estereotipados prevalentes sobre a África, seria difícil imaginar que os enunciados de mapas temáticos relacionados ao continente deixassem de traduzir visões não apenas desfavoráveis, mas também parciais e inverídicas.

Estampando uma vez mais pungentes polêmicas que rondam a feitura do mapa escolar, não são outros os postulados direta ou indiretamente anunciados nos títulos, e mais diretamente nos textos explicativos, nos mapas temáticos de África que constam na coleção de GEOATLAS. Basta consultar e conferir o que neste particular, foi incorporado à publicação (Figuras 14, 15, 16 e 17).

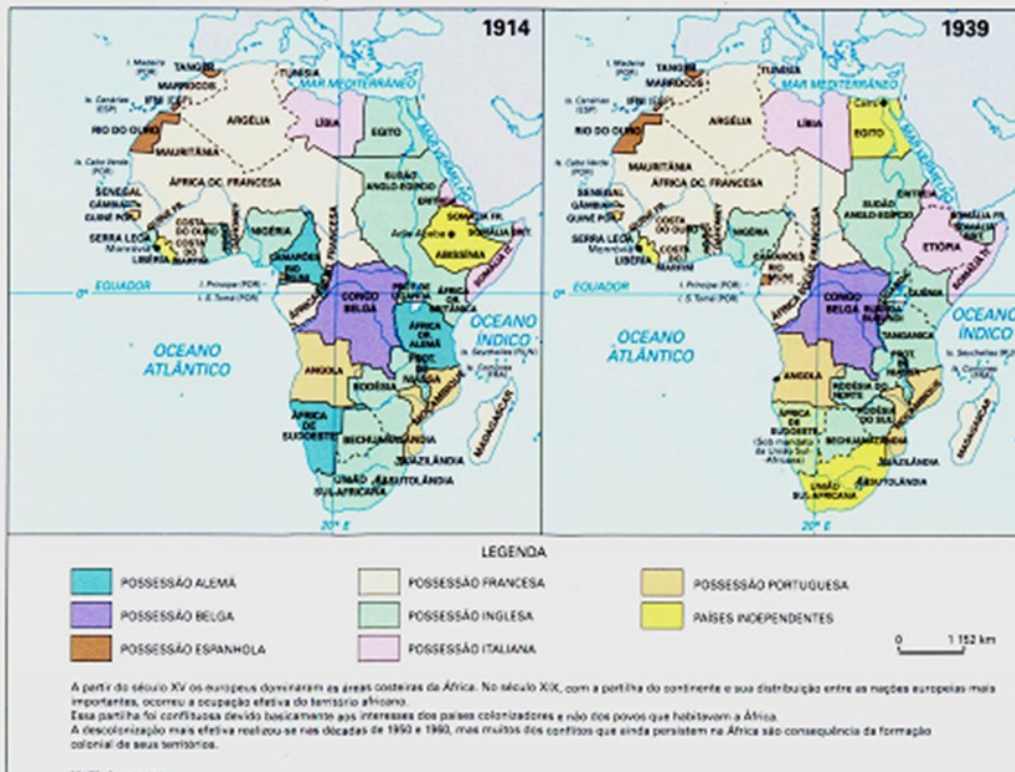
Expressando um temário com rebatimentos inevitáveis junto à realidade brasileira, os preâmbulos alinhavados nessa seção, reclamam detalhamento e análise mais acurada, preferencialmente acompanhada de contraposições e de assertivas preocupadas com percepções diferenciadas do continente.

Diretriz que é o passo seguinte deste texto.

68

## ÁFRICA TEMÁTICOS

## FRONTEIRAS COLONIAIS



## INDEPENDÊNCIA DOS PAÍSES

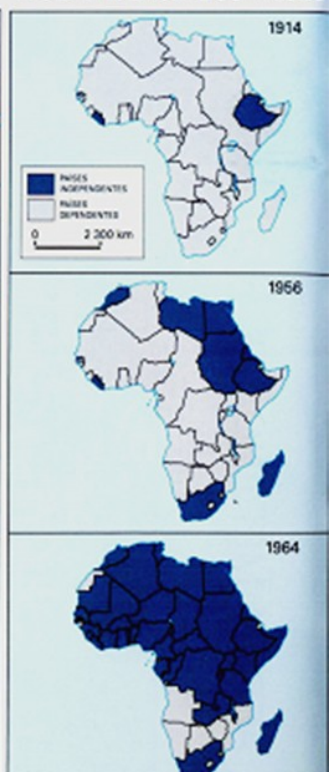


Figura 14 - Mapa Temático: Fronteiras Coloniais - Independência dos Países (SIMIELLI, 2013: 68)

## A AIDS NO MUNDO E A EPIDEMIA NA ÁFRICA

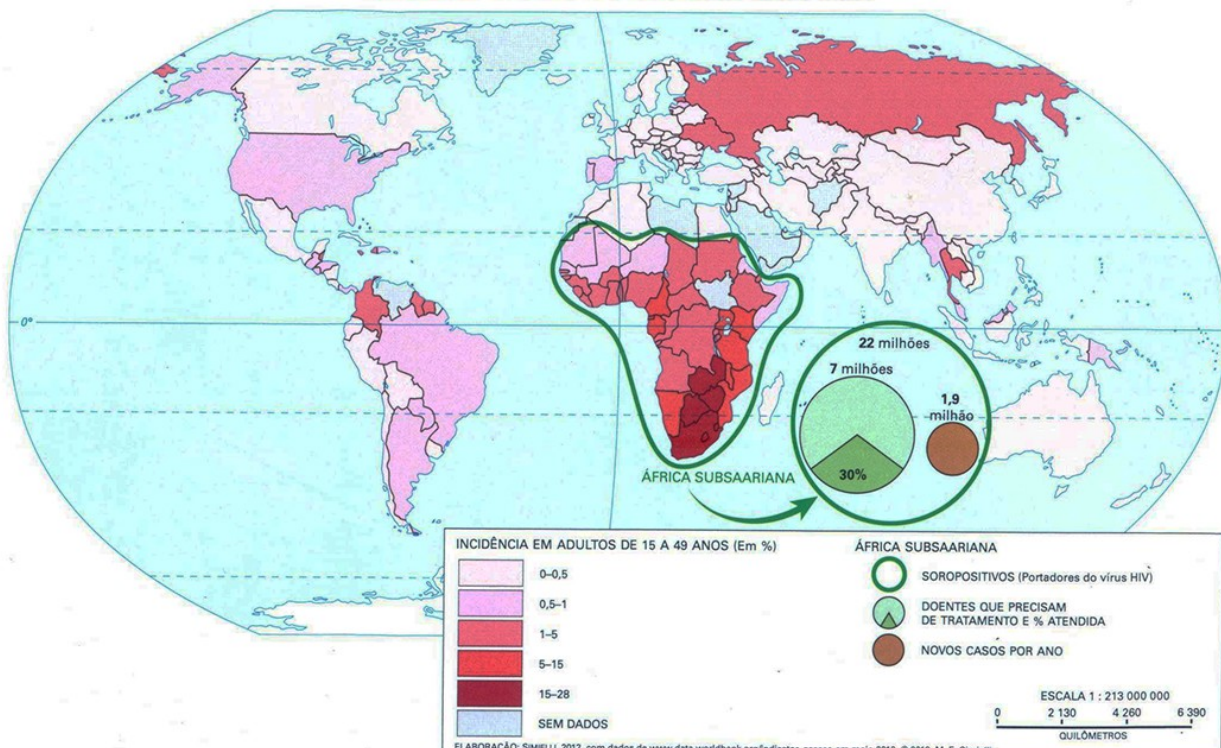


Figura 15 - Mapa Temático: A AIDS no Mundo e a Epidemia na África (SIMIELLI, 2013: 68)

## RIQUEZA NATURAL E MISÉRIA HUMANA

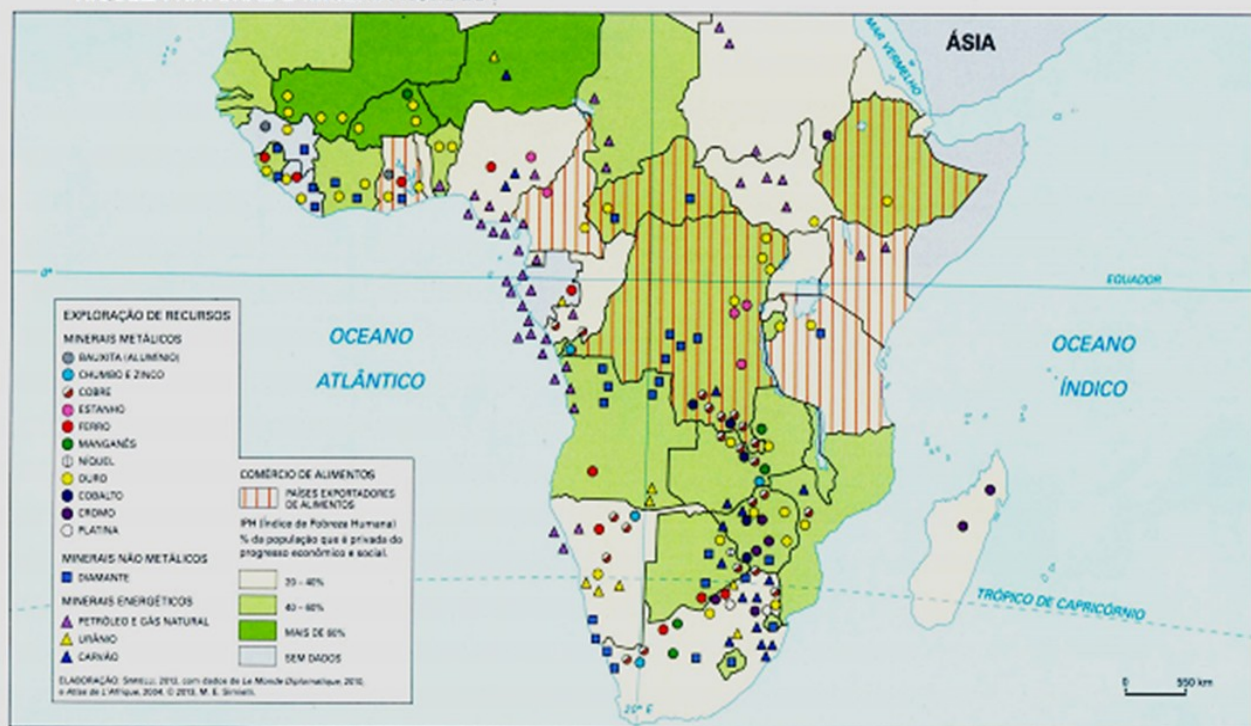
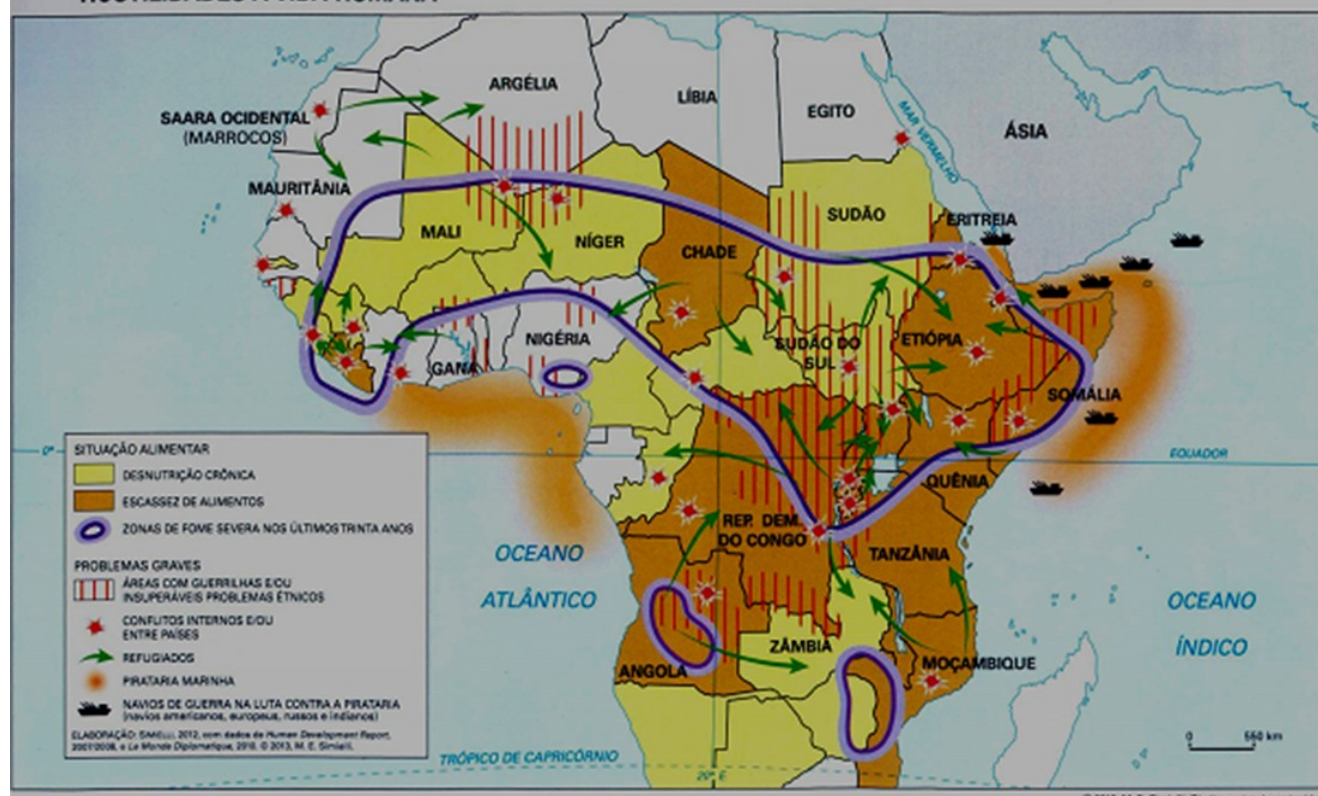


Figura 16 - Mapa Temático: Riqueza Natural e Miséria Humana (SIMIELLI, 2013: 69)

GEOPOLÍTICA — PERMANÊNCIAS OU MUDANÇAS  
HOSTILIDADES À VIDA HUMANA

17 - Mapa Temático: Geopolítica - Permanências ou Mudanças - Hostilidades à Vida Humana (SIMIELLI, 2013: 69)

## V - CARTOGRAFIA DE ÁFRICA: APARTES E SUGESTÕES

O fato do mapa didático não estar, no geral, atento à questão da sistematização da cartografia de África, não significa que a problemática não tenha sido abordada no âmbito da geografia brasileira.

Mas, conste-se que trabalhos pioneiros adotando este enfoque, conotados por um labor veterano e contando inclusive com certa senioridade (Cf. ANJOS, 2009, 2007 e 1989), não tem sido consultados na sua justa e exata medida. Dentre outros reclamos e advertências, aguardam por leitura atenta e cuidadosa dos interessados.

Entretanto, publicizando esta questão nos termos do que uma literatura *avant lettre* tem colocado, GEOATLAS enquanto uma publicação cartográfica e neste senso, analisada numa ótica que busca reposicionar o continente africano, sua importância, legado e desafios, expõe diversas lacunas, passivos e embaraços.

Para os que conhecem noções básicas da geografia africana, a primeira estranheza despertada por GEOATLAS residiria na divisão regional apresentada pela coletânea nos dois mapas políticos (Figuras 5a e 5b). Em conformidade com o que está anunciado pela própria publicação, a edição referenda um agrupamento de países ao Norte do continente (África Setentrional) e outro ao Sul (África Meridional).

De modo tangível, a surpresa se prenderia ao feitio irrepreensivelmente inusitado das duas cartas. No fundamental pelo simples fato de não constar em nenhuma literatura científica sobre África qualquer processo de regionalização que avalize tais contornos. De modo categórico, qualquer consulta a uma mapoteca nos revelaria mapas da África Setentrional e Meridional com feições em nada parecidas com as expostas por GEOATLAS.

Não obstante os limites regionais oscilarem consoante autores e bibliografias, o geônimo *África Setentrional* habitualmente agrupa as nações ao Norte do Saara banhadas pelo Mediterrâneo. Consensualmente, África Setentrional reuniria cinco nações: Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e o Marrocos, que de uma forma ou de outra, mantiveram trocas culturais e conexões históricas durante séculos. Tal nuança asseguraria, então, uma personalidade geográfica basicamente compartilhada por estes cinco países <sup>44</sup>.

Quanto à *África Meridional*, grosso modo esboça um espaço regional com epicentro na África do Sul e o entorno imediato dos países vizinhos. Num jargão clássico da geografia, África Meridional atende pela República da África do Sul (*Republic of South Africa*: RSA ou simplesmente South África, África do Sul), somada ao conjunto BLS (Botswana, Lesotho e

Suazilândia), Namíbia e o Zimbabwé. Pelo mínimo esta definição corresponderia a uma síntese dotada de coesão e organicidade.

Além disso, assinala-se que a delimitação de África Meridional convive com uma versão maximizada, sinonimizando África Meridional à SADC (*Southern African Development Community*), organismo multilateral que engloba 15 países, vários das quais normalmente entendidos como parte das Áfricas Oriental e Central (Vide WALDMAN, 2017c e 2014).

Nestes termos, participam da SADC as seguintes nações: Zâmbia, Suazilândia, Zimbabwé, Malawi, Lesotho, RSA, Moçambique, Namíbia, Botswana, Angola, Madagascar, Tanzânia, RDC e duas nações insulares adjacentes do Índico, as Seychelles e Maurício. Mas, seja como for, mesmo esta última leitura contrasta expressamente com o mapa de GEOATLAS, que para arrematar, simplesmente ignora este poderoso bloco regional de países.

De resto, dispensando estes apartes e eventuais formalismos que poderiam constituir camisa de força conceitual, seria permissível sublinhar que a temática do regionalismo é extremamente dinâmica. Em vista disso, há que se aquilatar certa flexibilidade quanto às possibilidades descortinadas pelos especialistas.

Neste parecer, podemos recorrer às ponderações do geógrafo Milton Santos, que no conjunto da sua obra considera *o espaço geográfico enquanto um espaço social*. Logo, a tendência é o advento de transformações em conformidade com processos históricos e sociais. Para resumir: as definições do espaço não são imutáveis, fixas e muito menos eternas. Mudam as sociedades, mudam os espaços (SANTOS, 1998, 1988, 1978a e 1978b).

Inteligivelmente, estes indicativos implicam numa revisão constante dos modelos em uso quanto à aferição do espaço, que não estão necessariamente fadados a serem reiterados e tampouco consagrados. Com força ainda maior, reclamam as atenções no sentido de que as peças cartográficas adotem claro compromisso em carrear informações enraizadas na concretude socioespacial, dispensando devaneios, fabulações e teoremas divorciados do real.

Nessa acepção, seria até mesmo aceitável que GEOATLAS abonasse conjuntos de países tendo o Equador como referência. Geodesicamente, sendo o continente praticamente dividido em metades com base na latitude 0° (o Equador terrestre), a coleção poderia tirar proveito desta distinção da geografia física africana.

Entrementes, certifique-se que editar dois mapas de países ao *Sul* e ao *Norte do Equador* é uma conceituação que não se confunde com as noções de África *Setentrional* e

*Meridional*. E divergindo do título dos mapas - África *Político* - a Linha do Equador não respalda nem jamais respaldou qualquer tipo de pertencimento com este perfil.

Pontue-se também que cartografar duas “regiões” africanas simplesmente a partir de uma linha imaginária seria reeditar a tratativa cartográfica desigual costumeiramente imposta à África, marcada pela imposição de um olhar externo, que soberanamente define ao seu gosto e conveniência o que julga ser mais apropriado ao continente (ANJOS, 2009, 2007 e 1989; LEITE, 1992).

Detalhando melhor esta falta de equidade, enquanto um continente a África é brindada em GEOATLAS, a partir do mencionado “modelo de regionalização”, com duas “regiões” absolutamente fictícias, e pior, numa estranha e suspeitosa avareza de tipologias. Para refletir: na coletânea a Europa alinha cinco mapas regionais; a Ásia, quatro regiões; a América, outras três.

Concluindo: em todos esses casos a divisão regional dos continentes - diferentemente do tratamento dado à África - honra tipologias amparadas nalguma modalidade de consenso metodológico. Então, porque apenas a África se tornou objeto de uma recombinação cartográfica a um gosto, parece-nos, solenemente editorial, mais ainda quando impresso em duas páginas que se seguem? (Cf. Figuras 5a e 5b).

Questionáveis a toda letra, admoeste-se que os mapas carimbados como “regionais” publicados na coletânea são virtualmente desconhecidos pela cartografia institucional em todos os foros econômicos e em todas as organizações internacionais, lidem ou não com a África.

Todavia, insolitamente este dado elementar que não impediu sucessivas republicações da “divisão regional dual”, se é que assim esta poderia denominada, ano após ano, em continuadas reedições do material. Até onde alcançou a pesquisa para elaboração desta obra, a 14ª edição de GEOATLAS, datada de 1994, *exibia exatamente os mesmos mapas*.

Seria, pois oportuno aventar a necessidade de substituí-los pela carta da divisão regional sancionada pela instância máxima representativa das nações africanas, a União Africana, complementada de mapas específicos para cada uma das regiões institucionalmente sacramentadas por esta organização (Vide Figura 12).

Deve-se levar em consideração que ao completar em 2017 *quarenta e um anos de veiculação oficial*, essa leitura do espaço continental - que repetimos, resulta de uma imersão na realidade africana - possui legitimidade ímpar, impondo que ocupe posição de

merecido destaque, e tanto mais quando o veículo de transmissão de informações é um material escolar.

Num plano pontual existem óbices adicionais, tais como os territórios passíveis de serem listados como espaços não soberanos do continente, cujas problemáticas e arrazoados geográficos diferem enormemente de um caso para outro.

Iniciemos pelo mais vasto território sobre o qual recaem reclamos de autodeterminação nacional, o Saara Ocidental. Foi observado, o país é reconhecido como Estado *de jure* por ampla maioria dos governos africanos. Inclusive, com base nessa concordância, participa desde 1984 com o *status* de *primus inter pares* na mais egrégia instância política do continente, a União Africana.

Porém, essa moldura legal se confronta com o *fait accompli* da ocupação marroquina, reiteradamente condenada por heterogêneo espectro de entidades e chancelarias de todo o mundo. Visando dirimir quaisquer dúvidas, esclareça-se que a ilegalidade da anexação marroquina não constitui reles arroubo de oratória: ao menos formalmente, nenhum Estado-Membro da ONU ratifica a anexação da RASD <sup>45</sup>.

Observada por este ângulo, a representação cartográfica do país em GEOATLAS suscitaria divergências. Basicamente, a objeção está fundamentada na ambiguidade do próprio tratamento imagético ofertado ao contencioso. Basta uma vista d'olhos para perceber que tal como consta no mapa, nada denuncia a contingência do Saara Ocidental como nação ocupada (Vide Figura 5a).

Folheando a coletânea, nosso olhar é tentado a concluir que neste trecho do litoral a noroeste do continente, apenas consta mais um dentre muitos países que formam a África. Destarte, tal indiferenciação gráfica mascara, na prática, uma situação atípica, gravada por uma autêntica tragédia humana.

A título de exemplificação, além das perturbações políticas e econômicas, o exército do Marrocos foi fiador do exílio de 75% dos Saarauí, hoje refugiados nos sertões inóspitos do Tindouf, no Saara argelino. Não é à toa então que muitos analistas em direitos humanos e em relações internacionais identifiquem em paralelo à política de expulsão da população civil, práticas objetivamente genocidas (Cf. BESENYÖ, 2009).

Apesar de GEOATLAS ignorar impactos de toda ordem impostos pela invasão marroquina, seria possível ao menos justificar que a publicação destaca numa modesta resenha a existência de “rodadas infrutíferas sobre a *autonomia da região*”, no caso, conclaves entre os ocupantes e os independentistas locais (SIMIELLI, 2013: 65, *grifos nossos*).

Contudo, além de irrelevante, insuficiente e tardio (*após 38 anos do início da ocupação*, apenas a edição do ano de 2013 de GEOATLAS faz finalmente menção ao conflito), o curto memorial dedicado à contenda não condiz com as oscilações do panorama político-diplomático.

Factualmente, cabe o destaque de que *não há nenhum registro, de qualquer gênero ou natureza, de conversações diretas entre o governo marroquino e o povo Saarauí*. No lugar de supostas “rodadas”, o que existiu foi uma mediação da ONU através do veterano diplomata norte-americano James Baker, que empossado em 1997 do mandato de pacificador pelo então Secretário-Geral da entidade, o ganense Kofi Annan, apresentou planos visando uma solução negociada.

Todavia, todas as propostas fracassaram pela obstinada recusa marroquina em ceder no exercício de árbitro político por excelência do Saara Ocidental. Peremptoriamente, para o governo do Marrocos o território é somente uma *região* que lhe pertenceria em razão de direitos históricos, culturais e geográficos (por isso mesmo considerada “irredenta”). Em coerência com esta interpretação, o Saara Ocidental não teria sido invadido e sequer ocupado, mas sim, justificadamente resgatado do “domínio colonialista espanhol”.

Com base na lógica desta narrativa, para o Marrocos a emancipação nacional do território é fora de cogitação. Para a diplomacia marroquina, a concessão máxima seria conceder algum tipo de *autonomia* aos Saarauí. *Mas não a independência*.

Complicando esta pendência, desde meados da década passada os bons ofícios da ONU foram visivelmente congelados. Concretamente, não existiu qualquer avanço efetivo a partir das negociações das Nações Unidas <sup>46</sup>. O Saara Ocidental permanece dividido, com duas administrações que se opõem separadas pela malha de fortificações do *Berm*.

Portanto, seria acertado sufragar adendo retificador a respeito do *status quo de fait* do território. Para tal, poderíamos recorrer a duas praxes usuais na cartografia. A primeira seria inserir uma informação escrita: *território sob ocupação*. A segunda, recorrer ao uso de tarjas para graficamente indicar a existência de litígio político e territorial.

Outra possibilidade ainda seria adotar o procedimento cartográfico adotado por órgãos internacionais como a Divisão de Estatística das Nações Unidas, que imparcialmente expõe no seu mapa-base do continente africano as áreas controladas tanto pelos nacionalistas locais e quanto pelo Marrocos, delineadas pelo *Berm* e inalteradas desde o cessar fogo concertado pela ONU em 1991 (Cf. UNSC).

Constituindo alternativas em aberto para uma retificação de GEOATLAS, as fórmulas comentadas são complementares entre si e apropriadas a ofertar visibilidade sobre um litígio que tem sido descrito como *a última guerra colonial da África*. Uma disputa que para mais, se perpetua graças ao silêncio da mídia, interveniências dos interesses corporativos, cumplicidade das grandes potências e porque não, devido às omissões dos atlas didáticos (LONGORIA *et* BARDEM, 2012; BESENYÖ, 2010 e 2009; WALDMAN *et alli*, 2007).

Quanto aos espaços que permanecem sob jurisdição europeia direta, estes empenhariam uma ordem diferente de compreensão no questionamento da forma como GEOATLAS os representa. Expondo talantes históricos, geográficos e políticos distintos, serão analisados em separado a guisa de revelar analogias que calçam a persistência de calcos territoriais não-soberanos em África.

Conforme poderá ser constatado, enquanto elos de um jogo de poder global, cada uma destas pendências intui arestas nas quais múltiplas inferências e contraposições políticas e territoriais explicitam-se sob o signo das relações contraditórias que comandam o vai e vem da política internacional e das relações interestatais, implicando em crispações na balança do poder global que estão distantes de serem zeradas (HIRSCH, 2010: 197-240).

Discutindo primeiramente as possessões francesas de Mayotte e Reunião, caberia apreciar a situação neocolonial vivida por estes dois territórios. Pondere-se que constituindo departamentos ultramarinos da França - representados em GEOATLAS no mapa da África Meridional Político (Cf. Figura 5b) - juridicamente ambos seriam, em princípio, extensões de ultramar do território nacional francês.

Porém, situados na imensidão das águas do Índico, ao largo das terras africanas e a centenas de quilômetros da metrópole, em si mesmas tais peculiaridades inspirariam indagações a respeito da legitimidade do pendão francês manter-se altaneiramente nestas longínquas ilhas da África Oriental.

Visando aclarar esse ponto, considere-se em primeiríssimo lugar que Mayotte e Reunião compartilham injunções geográficas, culturais, demográficas, econômicas, históricas e políticas com as nações circunvizinhas do Índico e com mais ênfase ainda, com os países da costa oriental africana. Neste sentido, o estatuto que ata juridicamente as duas ilhas à França convive com uma história de séculos de relacionamentos contínuos e seminais com o continente africano.

Para a ilha de Mayotte - uma das quatro que compõem o Arquipélago das Comoros - tal averbação é lapidar. No bojo da expansão colonialista europeia no Século XIX, Mayotte

despontava geopoliticamente como posto-chave para o controle do trânsito marítimo na embocadura setentrional do Canal de Moçambique, condição estratégica decorrente das aspirações globais do imperialismo europeu, induzindo interesse da França pelo território, cujas tropas desembarcam e ocupam esta ilha em 1841.

Após mais de 130 anos de presença francesa, os ventos da descolonização acodem à ilha. Mas, os fatos da geografia, além de inelutáveis, conspiraram contra a independência da ilha. Fundamentalmente, o peso geoestratégico de Mayotte respaldou relutância francesa em abrir mão do ilhéu, justificando em paralelo, manobras políticas explícitas postas em andamento para amparar a continuidade do domínio francês.

Neste meio tempo, a consolidação Rota do Cabo, via marítima imprescindível para a logística global dos hidrocarbonetos, teve seu papel maximizado pela Guerra dos Seis Dias (1967). Neste conflito, o Estado de Israel, vencedor do conflito, ocupou a margem Leste do Canal de Suez, que então, teve que encerrar suas atividades.

Com isso, a Rota do Cabo - ou seja, o caminho marítimo via ultrapassagem do Cabo da Boa Esperança - se tornou a única estrada líquida conectando os campos de hidrocarbonetos do Oriente Médio aos mercados europeu e norte-americano, corroborando o desiderato gaulês em salvaguardar seu *département* insular das águas tépidas do Índico (Vide LEWIS, 2011a e 2011b; PAIVA, 2011).

Pavimentando a estratégia para ungir Mayotte com uma juridicidade francesa, um dado que não permite calar foi o claro envolvimento do poder colonizador em prol de uma pauta continuísta, pressupondo uma amputação territorial das Comoros. Apesar de uma consulta nacional em 1974 nas Comoros ter patenteado uma opção pela independência, a França organizou a votação ilha a ilha.

Numa verdadeira versão do entronizado princípio de dividir para reinar, a França fez uso da condição de poder mandatário para pressionar e influenciar a decisão dos nativos, estratégia que lhe agraciou no referendo organizado em 1974 com o apoio de dois terços do eleitorado, assegurando a manutenção de Mayotte sob sua guarda.

Mas, entendida como uma manobra neocolonialista - como de fato assim o foi -, a ação francesa gerou forte controvérsias, sendo recorrentemente condenada pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral da ONU, assim como pela OUA e posteriormente, pela UA. Porém, todos os protestos e o repúdio de órgãos internacionais não parecem impressionar a França, que seguiu senhora da ilha.

No cenário político local, o governo das Comoros perseverou em não abrir mão do que julga como legítimo patrimônio territorial do país. Significativamente, a bandeira nacional do país, inclui uma meia lua com quatro estrelas, referente ao conjunto das ilhas do arquipélago, e não três, no interior da cúspide presente no pendão nacional (Figura 18). Clara indicação de que o litígio com a França, ensombrado pela memória viva da antiga circunscrição territorial, continuará a pautar a usurpação de um espaço ancestral (LE VINE, 2004: 7).

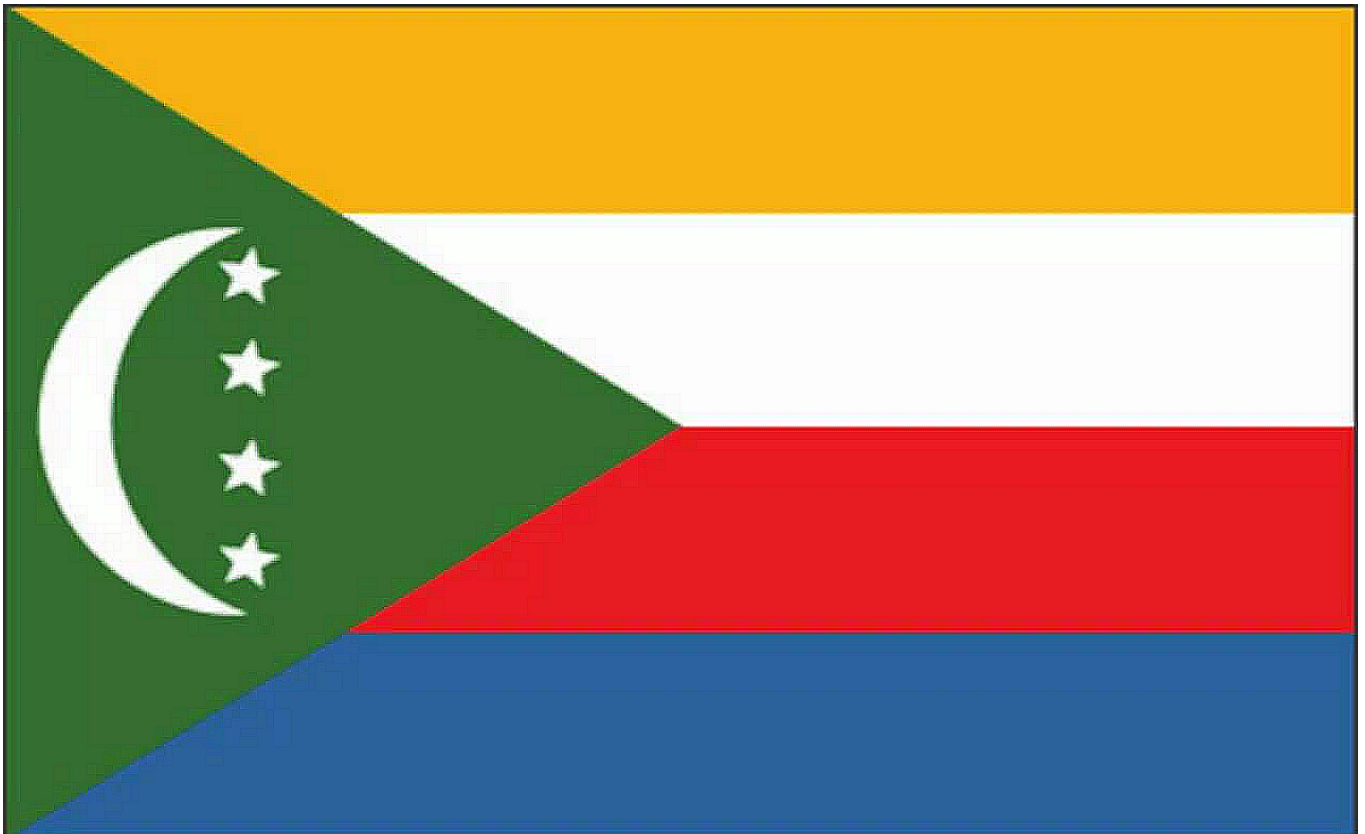


FIGURA 18 - A bandeira nacional das Comoros consiste num crescente branco com quatro estrelas brancas de cinco pontas inseridas em um triângulo verde. As quatro faixas representam as ilhas da nação: amarelo para Moheli, branco para Mayotte, vermelho para Anjouan e azul para a Grande Comoro. A lua crescente e as estrelas reportam ao Islã, religião majoritária nesta nação

(Fonte: < <http://www.vectorportal.com/Flags/Africa/COMOROS-FREE-VECTOR-FLAG/9398.aspx> >. Acesso: 12-09-2017).

Quanto à Reunião, o quadro geral do país, embora usufruindo de idêntica titularidade como *département française*, se diferencia em muito de Mayotte. Uma disparidade notória é que no ano de 1642, ocasião na qual a França tomou posse de Reunião, a ilha era completamente desabitada <sup>47</sup>.

Esse espaço - até então indômito - foi territorializado com base no clássico sistema do *plantation* açucareiro. Repetindo normas mercantilistas, os franceses arregimentaram

escravos na África para trabalhar sob ordens de uma classe latifundiária europeia, matriz que gerou padronagem sociocultural análoga às colônias de exploração implantadas pelos europeus nas Américas Central e do Sul.

Esses rasgos históricos justificam que em Reunião as marcas culturais da França, mesmo que bem mais nítidas do que em Mayotte, convivam com muitas especificidades. Por exemplo, no curso de sua história a ilha recepcionou uma multiplicidade de etnias. Às matrizes básicas - africana e europeia - se somaram levas de indianos, chineses e árabes, que interagindo e se miscigenando intensamente entre si, originaram uma sociedade local mestiça.

Nota peculiar é o *créole réunionnais*. Concomitantemente com o francês, idioma oficial, esta língua vernácula é difundida em todas as camadas sociais. Reunião é ostensivamente pluriétnica, multicultural e plurirreligiosa. E *a propôs*: a ilha alimentou no século passado laivos independentistas, proposta que se perdeu pela ausência de projetos politicamente claros apontando nesta direção (TWADDLE *et alli*, 2010: 291).

No que importa ao temário trabalhado por esta análise, cumpre advertir que Mayotte, Reunião e o conjunto das Ilhas Esparsas reúnem notável qualificação geoestratégica e econômica. Reconhecidamente a posse destes ilhéus pela república francesa, lhe permite desempenhar papel-chave em todo o Índico Ocidental, inclusive do ponto de vista militar.

Neste recorte, considere-se no espaço marítimo do Índico o poderoso baluarte naval de Pointe des Galets. Localizado em Reunião, logisticamente essa instalação interage com guarnições ultramarinas posicionadas em Mayotte e Djibuti, que abrigam tropas da Legião Estrangeira Francesa.

A estes destacamentos, se acresce a praça aeronaval de *Camp de la Paix*, inaugurada em 2007 em Abu-Dabi, nos Emirados Árabes Unidos, exatamente na entrada do nevrálgico Estreito de Ormuz e frente a frente com o Irã, que faz décadas mantém atritos com o Ocidente.

Essa formidável trama de bases militares integra o que se convencionou nominar como *Quadrilatère Français*. Com forças militares estacionadas em quatro pontos do Oceano Índico - Djibouti, Pointe des Galets, Reunião e Mayotte -, o objetivo francês é a fiscalização da Rota do Cabo, assegurando o escoamento do petróleo oriundo do Golfo Pérsico e como ganho secundário, manter poder de pressão sobre as nações deste teatro geográfico.

De mais a mais, as possessões francesas respaldam direitos de exploração econômica dos mares dos arredores das suas dependências, compreendendo generoso acervo haliêutico e recursos não vivos do assoalho submarino.

Esta perspectiva se reforçou desde os anos 1980. Junto com a prospecção de petróleo em alto-mar, avançam propostas de extração dos nódulos polimetálicos, placas de minérios, metais em suspensão, lamas e das crostas metalíferas que foram os fundos oceânicos. Colocando este ponto em números: Mayotte, Reunião e o agrupamento das Ilhas Esparsas angariam à França acesso privilegiado a um milhão de km<sup>2</sup> de riquezas naturais nas águas oceânicas do Índico.

Conclusivamente, os territórios “vestigiais” da França magnetizam um enredo geopolítico ao qual se conjuminam derivações econômicas e paramentos logísticos, ponto de vista praticamente invisível ao olhar leigo e à opinião pública em geral.

No tocante ao patrimônio insular sob domínio britânico no Atlântico, sua contextualização acata imperativos diferentes das dependências francesas. Uma modulação matricial reside na natureza das ilhas do *British Overseas Territory* (BOT). Com efeito, situadas nos altos-mares do Atlântico, nenhuma delas usufrui de intimidade orgânica com a África.

Aliás, geofisicamente essas ilhotas não se vinculam a qualquer continente. Em termos geológicos correspondem a picos vulcânicos da cadeia submarina da Dorsal Atlântica, que após milhões de anos de irrupções vulcânicas ininterruptas, emergiram do assoalho marinho energizadas pela ação da tectônica de placas.

Em contrário aos DOM franceses, um molde que contribui para explicar a personalidade das ilhas do BOT é seu extremo isolamento geográfico. Sem exceção, são todas distantes de qualquer ponto da face da Terra. A despovoada Gough está na antessala das gélidas extensões da Antártida. Santa Helena, a principal ilha do conjunto, dista 1.900 km da costa angolana, intervalo comparável ao itinerário Lisboa-Bruxelas.

Outra possessão inglesa, a ilha de Tristão da Cunha, é somenos o mais remoto e isolado rincão ocupado por humanos no Planeta. A localidade mais próxima, Jamestown - que sedia a administração britânica do BOT - localiza-se em Santa Helena, 2.420 quilômetros de distância ao Norte. A cidade do Cabo, primeira grande urbe na direção da África, dista 2.800 km a Leste.

Outro ponto em comum é que todas as ilhas estavam rigorosamente desabitadas quando abordadas pelos europeus. Logo, a história, a economia e as sociedades locais vinculam-se totalmente a ajustes e concertos com o poder colonial.

A principal possessão da Grã-Bretanha, a ilha de Santa Helena, possui escopo histórico e geográfico mais complexo. Outrora, a escravidão teve certa relevância. Porém, no século XIX, com o declínio do tráfico negreiro, fluxo significativo de escravos libertos abandonou a ilha, seja espontaneamente ou devido à política oficial de esvaziar o território de não-brancos.

Os laços com o Reino Unido são sólidos e perseverantes, mas não implicando num senso de pertencimento notado entre os insulares, que se autodenominam *Saints*. Como seria de se esperar, esta definição identitária inclui particularismos inerentes à condição insular de Santa Helena.

Deste modo, mesmo que os Saints se expressem em inglês (numa variedade local, que visitantes anglo-saxões têm certa dificuldade em compreender), louvem a Rainha, honrem a *Union Jack*, compareçam em larga proporção à Igreja Anglicana e no que seria essencial, não demonstrem veleidades independentistas, nada disto obsta que sejam visíveis muitas evidências africanas na população e na cultura local (Figuras 19a e 19b).

Contudo, esta realidade flui desde séculos sob a direção de mandatários britânicos, que mostram decidida determinação em manter estas ilhas sob o controle de Londres. Neste sentido, no plano da discussão que estamos entabulando, enfatize-se que a obstinação inglesa em tutelar esses remotos ilhotes do Atlântico Sul é frequentemente norteadas por noções que embora sedutoras, são parciais e enganosas.

Por exemplo, muitas análises interpretam a continuísmo inglês como consequência da solidão radical das ilhas, situação da qual Londres teria tirado partido para preservá-las sob sua guarda. *That is to say*: a geografia teria sido cúmplice na exorcização da onda independentista africana, garantindo sobrevida para o pendão britânico tremular sob os ventos do Atlântico.

Outra argumentação - combinada ou não com a anterior - envereda pelo terreno da economia. Os britânicos se aferraram aos arquipélagos pelas benesses a serem auferidas a partir de direitos sobre os recursos dos mares.

Certamente, hoje estão à disposição da Inglaterra <sup>48</sup> imensas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) delimitadas num raio de duzentas milhas náuticas de soberania marítima do entorno das ilhas. Apenas os solitários e remotos ilhéus de Gough e Tristão da Cunha presenteiam seus tutores com 749.612 km<sup>2</sup> de direitos sobre o oceano. Em parceria com Santa Helena e Ascensão, o que se tem é um total de 1.641.000 de km<sup>2</sup> de águas do Atlântico Sul que formam uma promissora nova fronteira para a economia inglesa.



FIGURAS 19a e 19b - Ecos da África em Santa Helena: na ilha, em que pese a miscigenação entre diversas etnias, os afro-descendentes são majoritários (50% da população total), superando os *Saints* de ascendência chinesa e europeia. A relação da população desta ilha com a África se evidencia em qualquer registro fotográfico dos Saints, como nas comemorações populares do Natal de Santa Helena (acima) e do carnaval (abaixo). (Fonte: < <http://sainthelenaisland.info/visitors.htm> >. Acesso: 01-09-2017).

Todavia, creditar ao espaço em si mesmo as peripécias vividas pelos arquipélagos do BOT ou restringir sorte dos mesmos aos apelos da economia num mundo no qual os recursos escasseiam cada vez mais (objetivamente uma conjuntura hodierna, que não constava no

horizonte dos ocidentais nos séculos anteriores), desconsidera um fator primordial, assentado no jogo de poder mundial nas suas reverberações com o espaço.

Mais do que por qualquer outra causa, o interesse do Reino Unido por esse apartado universo insular encontra justificativa nos seus notáveis créditos geoestratégicos, em especial como ponto de apoio naval a controlar a navegação em alto-mar. Esta é a chave que lacra e no passado também determinou a aspiração britânica em manter o domínio destas ilhas remotas e aparentemente destituídas de valor.

Historicamente, as ilhas do Atlântico meridional formaram a pedra angular do domínio inglês da Bacia do Atlântico, integrando a meta de fincar o pavilhão britânico por todos os cantos do globo, tendência essa inexorável a partir do século XVIII. Esta diretriz transparece em todas as letras, por exemplo, na meridiana dedução do geógrafo alemão Otto MAULL: “Nenhum império construiu uma rede de bases em amplas zonas oceânicas melhor do que o britânico” (1959: 37).

No palco das águas meridionais do Atlântico, a constituição da supremacia marítima britânica firmou-se em duas premissas fundamentais: garantir a retaguarda para a conquista colonial dos cobiçados territórios do Golfo da Guiné e suprimir o tráfego comercial entre Brasil e África, movimentação cujos interlocutores por excelência foi o grupo dos autodenominados *retornados* ou *brasileiros*.

Etnônimo dos ex-escravos brasileiros que se estabeleceram na costa do Golfo da Guiné, os retornados fundaram no Togo, Gana, Nigéria e Daomé opulentas dinastias comerciais. Dotadas de visibilidade política, social e econômica ímpar, rapidamente se tornaram uma poderosa elite local, cujos interesses nem sempre eram acordes com as potências hegemônicas operantes na região (Cf. WALDMAN, 2014; PENHA, 2011: 47-65; CUNHA, 2012: 131-186; COSTA E SILVA, 1994; MOURÃO, 1994).

Exemplificando, no que suscitava receios para os britânicos, os brasileiros defendiam uma agenda geoeconômica privilegiando contatos comerciais no Atlântico na direção Leste-Oeste, rota que sob as mais diversas condições históricas, este grupo conhecia como a palma da mão.

Nada obstante, sopesava sobre esta intenção um dado absolutamente objetivo: possuir sentido exatamente oposto aos planos do imperialismo inglês, cujos intentos estavam direcionados para a criação de eixo Norte-Sul na estrada líquida do Atlântico, verdadeira coluna vertebral dos planos britânicos de dominação da África e dos ares globais.

A comprovar tal inclinação tem-se o estabelecimento das colônias britânicas de Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro, Togo e Nigéria, todas situadas no Golfo da Guiné, nas quais a Grã-Bretanha instalou formidável esquema bélico e militar, pautando no plano político uma aliança com as chefias locais, com isso também alijando os retornados da vida política e econômica das suas possessões da costa guineana.

Neste cenário, uma verdade se impõe dispensando apensos e comentários: as pretensões do Reino Unido apenas foram alçadas à realidade concreta com o decisivo respaldo dos pequenos, e tremendamente estratégicos, ilhéus do Atlântico Sul, pilares do domínio inglês do Atlântico (Cf. WALDMAN, 2014 e 2012g; PENHA, 2010: 45, 63-64, 129-130 e 134; MELLO, 1999: 188).

Deste modo, hoje, tal como no passado, o mérito deste colar de pináculos oceânicos tem por lastro sua fenomenal propriedade de constituir mirantes em alto-mar. Qualquer que seja a direção dos ventos no campo das relações internacionais, a posição axial dessas ilhas é um dado imutável.

Daí que na esteira da retomada da Rota do Cabo - fator maximizado nas duas últimas décadas pela expansão da indústria petrolífera do Golfo da Guiné - esse apanhado de ilhas seja novamente requisitado para assumir papel de proa, nexos que como será abordado mais adiante exige metodologias didáticas mais precisas por parte da cartografia escolar.

Por fim há o complexo espólio formado pelas *Plazas de Soberania* (*Places of Sovereignty* no jargão diplomático internacional, *Praças de Soberania* em português e abreviadamente, *Plazas* ou *Praças*), tal como institucionalmente são definidas cinco nanicas possessões da Espanha localizadas no litoral do Marrocos (Vide Figura 11).

Embora estas detenham, à semelhança dos domínios gauleses e britânicos, consideráveis dotes marítimos e estratégicos, estes enclaves remetem, contudo, a processos históricos e geográficos movidos por *élan* próprio, com marcante individualidade na comparação com outros espaços dependentes na África.

Acerca disso, um rasgo peculiar aos velhos bastiões espanhóis é o fato de atestarem um arranjo territorial amalhado logo nas investidas iniciais da expansão mercantilista. Basta lembrar que a tomada de Ceuta, arrancada dos mouros muçulmanos pelos portugueses em 1415, constituiu o marco inaugural das chamadas grandes navegações.

Desde então, a cidade de Ceuta seguiu sob firme rédea dos europeus. Importaria registrar que embora primeiramente tenha sido possessão de Portugal, o eclipse deste país como potencia marítima levou à perda de Ceuta para os espanhóis. Em 1640, ao final da União

Ibérica, a cidadela permaneceu sob estandarte hispânico, situação oficializada em 1668 pelo Tratado de Lisboa.

Assim, aparte o histórico português de Ceuta, as *Plazas* constituem meros resquícios de acervo territorial muitíssimo maior, construído a partir das primeiras vagas da expansão espanhola, energizadas tanto pelo dinamismo do nascente capitalismo mercantil quanto pelo imaginário da Reconquista e do combate aos mouros, berberes e árabes muçulmanos.

Portanto, em termos de uma inscrição territorial, as Plazas de Soberania constituem estabelecimentos que em tempos idos, integravam portentosa articulação imperial de fortins, feitorias e possessões castelhanas fincadas no litoral africano.

Neste prisma, as *Plazas* nada mais são do que um parco legado de um formidável pecúlio territorial. Hoje, os remanescentes de uma antiga glória não passam de um heterogêneo mosaico de rincões enfileirados sem solução de continuidade pelas beiradas da orla marítima do Marrocos, cabeças de ponte plotadas em promontórios, arquipélagos, ilhéus e alcantilados, todos invariavelmente mimoseados com presença militar.

Além das cidades de Ceuta (Figura 20), situada logo na entrada do Estreito de Gibraltar e do porto de Melilla (Figura 21), mais a Leste, o elenco de possessões espanholas incluem o Arquipélago das Chafarinas, os *Penõnes* de Alhucemas, Vélez de la Gomera e o ilhote de Perejil, um colar dependências que compartilham a singularidade geográfica de estarem incrustadas na orla litorânea setentrional do Marrocos (Figura 11).

Quanto a Perejil, no que evidencia o valor locacional do acervo das Plazas de Soberania, se trata de sítio que num olhar geográfico é somenos um trato de terreno microscópico com 15 hectares de área. Isolado, estéril e despojado de qualquer população fixa, não passa de um matacão rochoso.

Todavia, está posicionado bem defronte do corredor transoceânico do Estreito de Gibraltar, fato que lhe granjeia forte apego por parte da Espanha, que seguidamente reivindica autoridade sobre este bloco de granito aparentemente inútil (Figuras 22a e 22b).

Do ponto de vista do direito internacional, o *status* desta pequena ilha é controverso. Para os espanhóis, o penedo estaria sob jurisdição de Ceuta (Figura 23), que desde 1668 é um domínio espanhol. Portanto, sua soberania sobre Perejil seria inquestionável. Porém, para o Marrocos o ilhote foi indevidamente incluído nos limites de Ceuta, não constituindo, no escopo desta interpretação, parte do patrimônio territorial das Praças de Soberania.



FIGURA 20 - A foto registra o sítio geográfico da cidade de Ceuta, que se aloja na planura do istmo da península de Almina, encarapitada no litoral marroquino. O sopé montanhoso que se segue imediatamente à mancha urbana já configura território marroquino, que dista apenas quatro quilômetros do centro da cidade. No primeiro plano da fotografia está o Monte Hacho, uma das mitológicas Colunas de Hércules, estando a outra, o Rochedo de Gibraltar, situada na possessão britânica de mesmo nome

(Fonte: [http://www.ramontarrio.com/index\\_archivos/imagenes/ceuta-01.JPG](http://www.ramontarrio.com/index_archivos/imagenes/ceuta-01.JPG) >. Acesso: 09-08-2017).



FIGURA 21 - Mapa do cartógrafo espanhol Tomás Lopez, datado de 1793, registrando a cidade de Melilla e as fortificações que defendiam a cidade. Nos dias de hoje, uma cerca passa pouco além das muralhas, demarcando os limites da cidade autônoma de Melilla, uma das Praças de Soberania da Espanha no litoral do Marrocos (Fonte: < [http://historic-cities.huji.ac.il/spain/melilla/maps/lopez\\_1793\\_melilla.html](http://historic-cities.huji.ac.il/spain/melilla/maps/lopez_1793_melilla.html) >. Acesso: 11-08-2017).



**FIGURAS 22a e 22b - Duas vistas da polêmica ilha de Perejil, fotografias batidas a partir do continente (acima) e do Mediterrâneo (abaixo). Perejil dista 8 km da cidade de Ceuta, 13,5 km do território continental espanhol e apenas 250 metros da costa do Marrocos 1644 (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 29-08-2017).**

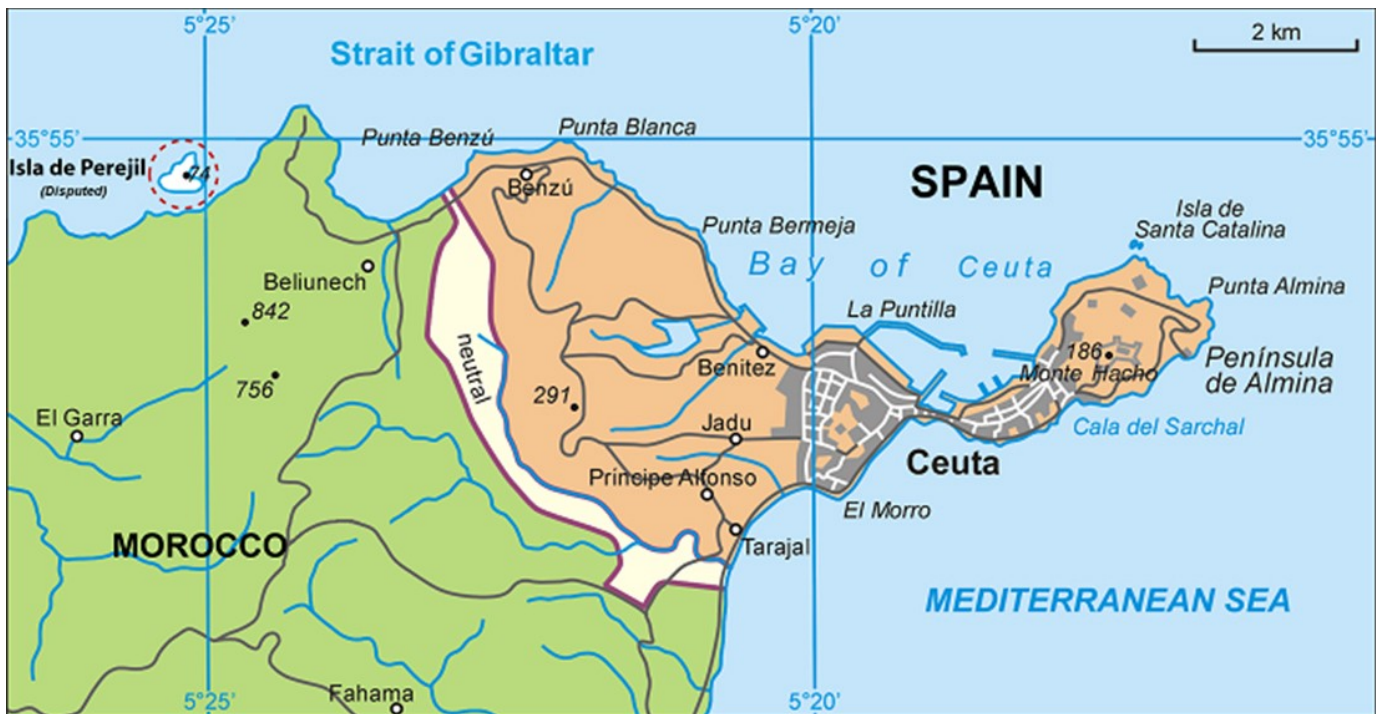


FIGURA 23 - Neste mapa do território da cidadela de Ceuta, Perejil pode ser notada bem a Oeste, após a Punta Benzú. Para a Espanha a ilha integra a Plaza de Soberania de Ceuta na condição de território neutro e desmilitarizado, mas sob sua jurisdição (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 12-09-2017).

Para a chancelaria marroquina, a soberania espanhola sobre esta pequeníssima ilha teria deixado de existir em 1956, com o dobre de finados do antigo Protetorado Espanhol do Marrocos (ou Marrocos Espanhol), entidade política posterior às *Plazas*, cuja titularidade dominial espanhola é bem anterior, datando do Século XVI.

Diferentemente, a Protetorado do Marrocos Espanhol foi estruturado a partir de nacos e frações de territórios subtraídos à força do Marrocos pela Espanha durante o Século XIX, no fragor da corrida imperialista que sufragou a Partilha da África no Século XIX (Cf. Figura 24), um domínio surgido a partir de premissas, objetivos e contextos históricos e políticos fundamentalmente diferentes dos que regeram as Praças de Soberania.

De qualquer modo, numa perspectiva estritamente geográfica, enquanto espaço sob o qual pesam sanções colonialistas, em si mesmo, o agrupamento formado pelas *Plazas* materializa o mais ínfimo dos litígios territoriais da África, quiçá do Planeta.

Esclarecendo melhor: caso estivessem presentes na listagem dos 249 países e territórios da *United Nations Statistics Division* (UNSD), as dependências espanholas superariam em superfície tão apenas um lote de 11 entidades territoriais em todo o Planeta. A superfície

total das Praças de Soberania agremia inexpressivos 32 km<sup>2</sup> de área, 98% dos quais são condizentes às cidadelas de Ceuta (19,5 km<sup>2</sup> de superfície) e de Melilla (12,3 km<sup>2</sup>).



FIGURA 24 - A partilha do Marrocos: em vermelho, a área internacionalizada de Tanger, administrada por um consórcio de nações; em laranja, áreas sob domínio espanhol; em verde, os domínios franceses ((Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 19-07-2017).

No referente às demais ilhotas e *penões* sob bandeira espanhola, a extensão liliputiana destes sítios chega a comprometer seu registro cartográfico na maioria dos mapas (Ver a respeito, WALDMAN, 2012c).

No ilustrativo exemplo do *Penõn* de Alhucemas - o menor dos fortins espanhóis - a bandeira da Espanha flutua sobre um pináculo rochoso ilhado pelas águas praianas do Mediterrâneo, circunscrito a um perímetro de 220 x 84 metros, com extensão de exíguos 0,015 km<sup>2</sup> (1,5 hectares). Diante desta possessão microscópica, a minúscula Perejil chega a ser dez vezes maior, pois cobre exatos 0,15 km<sup>2</sup> (15 hectares).

No que singulariza o *modus vivendi* das *Plazas*, estes enclaves - diferindo dos demais assentamentos europeus - não têm como se furtar das afetações da continentalidade. Geograficamente, Ceuta e Melilla são sutis prolongamentos da franja costeira magrebina. Mesmo quando os enclaves estão agraciados da condição de insularidade, isso ocorre ao fugaz arrepio da orla marítima dos arredores, demasiado próxima para ser ignorada.

Para maior clareza, acentue-se que o *Penõn* de Alhucemas está debruçado uns 300 metros da beira da praia. Perejil, a não mais que 250 metros. O istmo que prende Vélez de La Gomera ao continente, considerado a menor fronteira do mundo (85 metros), não passa de um modesto cordão arenoso, soerguido das águas por uma tormenta que em 1934, carreando detritos para o local, transformou o que dantes era um ilhéu num promontório.

Todavia, apesar de minúsculas, desde o primeiro momento da conquista castelhana essas taliscas de território têm fielmente cumprido dois intentos vitais: atuar como primeira linha de defesa contra o inimigo muçulmano e funcionar como sentinelas do Estreito de Gibraltar.

Relativamente ao sítio de Gibraltar, devido ao entrelaçamento umbilical mantido com o debate sobre as *Plazas*, seriam lícitos alguns apontamentos preliminares relativos a este local, postado justamente na entrada norte do estreito de mesmo nome.

Constituindo um afunilado braço de mar a separar a Europa e a África, o estreito possui no ponto mais contraído entre os dois continentes, tão só 14,4 quilômetros. Elo natural entre duas massas oceânicas, o Mediterrâneo e o Atlântico, este vazadouro natural é um gargalo oceânico cuja importância é documentada desde remota antiguidade.

O sítio de Gibraltar compreende um cabo da península ibérica encimado por prodigiosa massa rochosa, margeando a Baía de Algeciras, bem ao Sul da península ibérica (Figura 25). Tradicionalmente, no imaginário espacial helênico, este acidente natural seria uma das duas estacas maciças erguidas pelo herói Hércules, as Colunas de Hércules, sendo a outra, o Monte Hacho, que se ergue em Ceuta, na borda africana do estreito.

Embora na cartografia este local sempre seja indicado como Gibraltar, o destaque visual da proeminência rochosa vulgarizou coloquialmente entre os espanhóis a denominação *El Rochedo* e entre os ingleses, *The Rock*.



FIGURA 25 - A cidadela de Gibraltar e as imediações geográficas do importante passo marítimo transoceânico (Fonte: Pinterest: < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 01-07-2017).

Enquanto um topônimo, o nome deste acidente natural provém do árabe *Jabal* ou *Djebel al-Tariq* (جبل طارق) significando ao pé da letra “Montanha do Tarik”, nome do general que na liderança do exército muçulmano desembarcou neste ponto da Europa, o primeiro no qual foi fincado o estandarte do Profeta Maomé, preâmbulo da conquista do reino dos visigodos e da dominação moura da península ibérica.

Estas peculiaridades poderiam restringir-se a uma curiosidade restrita à geografia física, a um prosaico memorialismo ou aos estudos da mitologia helênica. No entanto, esta brecha tectônica assumiu a partir do Século XV uma posição-chave para a circulação marítima mundial e na ordem geopolítica global, tornando o Estreito de Gibraltar ponto cobiçado pelas potências marítimas.

É assim que no ano de 1704, na esteira da Guerra de Sucessão Espanhola, uma esquadra do Reino Unido tomou Gibraltar de assalto, resistindo à dura contraofensiva espanhola entrincheirando-se nos paredões inexpugnáveis do rochedo.

Mais tarde, por força do Tratado de Utrecht (1713), a Espanha comprometeu-se em abrir mão em caráter perpétuo desta nesga de território (6,8 km<sup>2</sup>), em favor da coroa britânica, de pronto transformada numa poderosa base naval, instalação chave para a *Royal Navy* e para o Império Britânico.

Embora a cessão do território de Gibraltar, à letra da concertação hispano-britânica, tenha sido negociada como irreversível, a perda *del Rochedo* jamais foi aceita pela Espanha. Pelo contrário, gerou um inconformismo apaixonado, nutrido por pulsões simultaneamente emotivas, nacionalistas e geopolíticas.

Todavia, o que se coloca em termos de uma *realpolitik* são declinações rematadamente estratégicas. Basta consultar um mapa para entender que qualquer insígnia estrangeira hasteada em Gibraltar coloca em cheque a compulsão espanhola em impor-se como senhora absoluta da passagem transoceânica, um incontestável troféu geopolítico.

Como se pode inferir existe forte conexão entre a insistência espanhola pela devolução de Gibraltar e a intransigência em continuar senhora das diminutas *Plazas de Soberania*. Reconhecidamente, estamos diante de duas questões, nas quais uma necessariamente conduz à outra e vice-versa (BROADBENT, 2010).

Esta faceta também elucida como nenhuma outra a obsessão espanhola em assegurar-se de uma fiada de lascas de território magrebino que a primeira visada, seriam desprovidas de qualquer interesse. Contudo, tal-qualmente à colônia de Gibraltar, estes territórios são estrategicamente significativos, primordiais e cobiçados (Vide WALDMAN, 2012c).

Prova disso é o incidente de Perejil do ano de 2002. A disputa pelo ilhote, cuja posse já havia sido objeto de rusgas e protestos por parte do Marrocos, alimentou a princípio uma batalha verbal entre espanhóis e marroquinos. Contudo, a animosidade rapidamente adquiriu contornos de preocupante crise internacional.

Após vários comunicados agressivos, o governo de Rabat ocupou Perejil em meio a um verdadeiro delírio nacionalista. Mas, para a Espanha tamanho atrevimento não poderia passar impune. O bordão *Perejil es nuestro!*, prontamente contagiou a opinião pública do país. Madrid reagiu com um cinematográfico desembarque de comandos, secundado por sofisticado esquema aeronaval e tropas da truculenta *Legión Extranjera Española*.

Os EUA, temendo a irrupção de uma guerra aberta entre os dois países (ambos aliados de Washington), negociaram a restauração do *status quo ante bellum*. Perejil retornou à sua condição habitual: desolado, pedregoso e estéril. Mas que no olhar de Madrid teve sua *hispanidad* orgulhosamente preservada.

Uma vez finalizados os comentários a propósito de cada grupo de espaços não-soberanos, caberia, pois protocolar as analogias que no plano das possessões francesas, inglesas e espanholas, ensejam tratativas cartográficas afeitas às modulações geográficas e políticas que mesmerizam o dinamismo político continental africano.

Assim, em primeiro lugar é permitido repertoriar que a perpetuação de dependências europeias se justifica por critérios sorvidos numa *weltpolitik* que axiomáticamente, não observa o continente africano como ator capacitado a animar um roteiro redigido em função de suas próprias expectativas e muito menos, em seu benefício.

É preciso advertir que o desmantelamento dos impérios coloniais e a evacuação das antigas colônias não esteve condicionada a uma implausível “boa vontade” das grandes potências. O fim da dominação direta somente aconteceu sob o signo de pressões estruturais sem precedentes, às quais o colonialismo não conseguiu fazer frente, contexto este que induziu profundas alterações na geografia política da África.

Essas admoestações se articulam com a contestação da existência de parcelas “fúteis” de espaço geográfico. No final das contas, é notório que o espólio europeu associa-se a sítios cuja razão de ser foi a incumbência em lastrear ações intervencionistas e de vigilância.

Neste sentido, compondo nos dias que correm o grosso dos espaços carentes de autodeterminação, seria forçoso admitir o dado nada casual de que tais rugosidades se destacam por uma valoração notadamente locacional.

Tendo por eixo esse cotejamento, qualquer visualização rápida dos mapas expõe que as derradeiras possessões europeias na África compartilham da ventura comum de serem fragmentos de um antigo arcabouço bélico e logístico que antanho, era bem mais complexo, amplo e influente.

Todavia, no frigidar da política internacional, isso não significa que os remanescentes das redes de apoio imperiais tenham perdido esta prerrogativa originária. Tampouco, que as potências tutelares tenham deixado de lado aspirações hegemônicas no teatro global de poder e africano em particular, na prática, articulados entre si.

Exemplificadamente: durante a Guerra das Malvinas (1982), Ascensão funcionou como arrimo da ofensiva área contra a Argentina e Santa Helena, como suporte da força tarefa naval inglesa na retomada do arquipélago, assim como das ilhas Geórgia do Sul e das Sandwich, no entorno do Oceano Glacial Antártico, reivindicadas por Buenos Aires.

Tecnicamente, cabe também alertar que a totalidade da África está no raio de ação do BOT do Atlântico. Quanto à França, o país conta com as vantagens oferecidas pelas ilhas sob seu comando para monitorar o Canal de Moçambique e as águas do Índico Leste. No caso das *Plazas* encarrapitadas na fímbria costeira do Magreb, as cidadelas ratificam empenho espanhol em gerir o passo de Gibraltar, e para tanto, mantendo uma presença na África.

Com esses argumentos à mão poderíamos, a rigor, tecer duas leituras sobre como GEOATLAS processa a representação dos territórios dependentes, tópico que se relaciona diretamente com um quesito fundamental: a agressão colonialista em África assim como os rebatimentos desta para os dias atuais.

Deste modo, as apreciações estariam, em primeiro lugar, direcionadas para, a partir dos *fac-símiles* das assim consideradas Áfricas “Setentrional” e “Meridional” (Figuras 5a e 5b), avaliarmos o ajustamento destes mapas quanto às repercussões potencialmente colocadas pelas últimas possessões do colonialismo europeu para a África.

Em segundo lugar, assomando à pontuação anterior, sinalizar para possíveis alternativas cartográficas pontificadas por esse temário. Com base nesta diretiva, alinharíamos então apartes quanto à carga de informação presente nos mapas da publicação.

Foi visto, conquanto as áreas não-soberanas estejam nominadas quanto à titularidade europeia, tais espaços têm um desempenho reconhecidamente marcado pelas flexões das relações internacionais, por nexos históricos e da economia global, parâmetros que de um modo ou de outro, desconstroem visões que as catalogam enquanto meros espaços “residuais” de um colonialismo falido e moribundo.

E por que não aludir: na forma como as dependências estão representadas em GEOATLAS, o material forçosamente reforça juízos com esse entretom. Numa ótica abrangente, as variáveis que se acercam das áreas sob administração forânea solicitam, por definição, visualização cartográfica mais apurada. Afinal de contas, *o fato de estes domínios estarem na África, não os qualifica como sendo politicamente africanos.*

Senão vejamos: um encarte pormenorizado das *Plazas de Soberania* e da circunvizinhança contribuiria para aclarar, por exemplo, sobre as crispações que singularizam os domínios litorâneos espanhóis.

Providência semelhante também seria apropriada para Mayotte, ilhéus adjacentes e trecho Norte do Canal de Moçambique, assim como para Reunião e a zona do Índico Centro-Occidental. Quanto ao BOT, um encarte de localização esclarecendo a equidistância das ilhas deste conjunto relativamente à África, assim como do continente americano seria de tudo proveitoso.

Ademais, a vocação geopolítica destes territórios, a influência destes para os contextos africanos e globais, seus méritos enquanto bases de alto-mar, na logística para o comércio transoceânico, como guarda avançada militar e baliza para a delimitação de diversas ZEE, anunciariam oportunas opções cartográficas.

Porém, há que se polemizar que a adição de anexos aos mapas principais da seleção não dissipa totalmente as lacunas de informação. Conviria acentuar que um rol de facetas sócioespaciais apenas é vislumbado com acuidade desde que calçadas o concurso de metodologias diferenciadas, como as da cartografia dinâmica.

Esta, referindo-se a uma formatação interativa das informações espaciais, fundamenta a apresentação de representações dinâmicas, estampando processos temporais e espaciais, abrindo caminhos para um exame fenomênico do movimento.

Isto porque em linhas gerais, o trabalho cartográfico que se prenda unicamente nas formas, padrões e fatos passíveis de intelecção imediata, termina por redundar num *decalque de aparências* <sup>49</sup>. Urgindo, pois captar *processos*, as representações dinâmicas têm se distinguido pela proficiência em *expor os dinamismos* que animam e impregnam o espaço geográfico (*apud* MARTINELLI, 2011: 89-90 e 2007).

Para esclarecer esse ponto, acompanhemos um breviário das assimetrias econômicas do Sudeste do Índico. As estatísticas mostram que Reunião possui em valores nominais, Produto Nacional Bruto (PNB) equivalente ao de Moçambique e levemente superior ao de Madagascar, países vizinhos com área, recursos e população muito superiores. Por seu turno, Mayotte concentra PNB quase duas vezes maior do que o Arquipélago das Comoros.

A explicação para essas discrepâncias repousa nos programas administrativos instituídos pela França para alavancar economicamente seus *départements* tropicais e porque não, para obter aquiescência para perpetuar sua presença.

Outras medidas que acentuam a adesão à autoridade francesa - como a oferta de serviços de padrão metropolitano nas áreas da saúde, seguridade social e educação - catalisam diferenciais irrefutáveis comparativamente com as nações das cercanias. O PNB per capita de Mayotte supera sete vezes e meia a média comorense e o de Reunião, quase seis vezes à dos malgaches <sup>50</sup>.

Pois então, eis aqui uma classe de conteúdos perfeitamente aptos a serem representados fazendo-se uso da metodologia das anamorfoses cartográficas. Consistindo de mapas esquemáticos que abdicam de escalas com correspondências isométricas, neste tipo de representação cartográfica as áreas sofrem deformações matematicamente calculadas, diretamente proporcionais a um determinado critério instrumentalizado pelo *map maker* (Cf. MARTINELLI, 2011: 127-134 e 2007).

Diante disso, teríamos uma ilha de Reunião hipertrofiada, compatível com a magnitude econômica deste território, competindo de igual para igual com países como Moçambique e Madagascar. Mayotte, agigantada com o dobro da superfície das suas congêneres nas Comoros, expressaria também de modo eloquente as assimetrias presentes na região, desnudando o poderio do hegemonismo francês.

Em suma, a anamorfose econômica dos países do Índico lançaria luz em desníveis sociais e econômicos que os mapas dedicados exclusivamente à representação do espaço estão habitualmente impossibilitados de patentear, constituindo, pois argumento inequívoco a pleitear a inclusão de cartografias diferenciadas nas compilações geográficas escolares respeitantes à África.

Fechando os testemunhos sobre GEOATLAS, teceríamos algumas glosas a respeito dos mapas temáticos. Quanto às cartas referentes às fronteiras coloniais (Vide Figura 14), um olhar mais aguçado esbarraria de imediato com duas impropriedades.

A primeira remete à noção de fronteiras e a segunda, à progressão das independências africanas, ilustrada cronologicamente por três encartes, referentes aos anos de 1914, 1956 e 1964. Aditivamente, pautaríamos mais dois outros considerandos, reportando às resenhas explicativas que acompanham tais mapas. Pois bem, sigamos a ordem sequente de observações.

Abordando a questão dos limites políticos, seria correto antecipar que inúmeras ilações inexatas e enganosas orientam as avaliações sobre as fronteiras no continente africano. Resultado direto da grande desinformação sobre a evolução política da África, proliferam mitologias como as que imputam aos africanos o próprio desconhecimento de linhas fronteiriças.

Encontrando audiência num imaginário que atribui à Europa todo e qualquer atributo inventivo e/ou organizacional (mesmo quando dignificados com a banalidade), a essa sentença se relaciona outra peça ficcional: a de que as fronteiras africanas não passariam de epifenômeno da famosa Conferência de Berlim (1884-85), na qual o continente teria sido retalhado de antemão.

A este respeito, sublinhe-se a imagem paradigmática da Conferência de Berlim celebrizada em muitas vinhetas e gravuras do século XIX, retratando, por exemplo, delegações das potências com réguas nas mãos demarcando esferas de influência num grande mapa.

Mas essa é somente mais uma das noções fantasiosas cultivadas sobre as fronteiras africanas. Incorreção difundida inclusive pelos livros didáticos de história e de geografia, em Berlim, a bem da verdade, não foram definidas regras fixas, nem de comum acordo.

Na realidade, o grande trunfo do encontro foi a popularização da ideia colonial junto à opinião pública, vitaminando a *Corrida para a África*, paulatinamente acompanhada da demarcação de limites nos espaços submetidos ao colonialismo (Cf. DÖPCKE, 1999: 81-85).

Outrossim, importaria do mesmo modo aquilatar que no continente, os europeus não disseminaram quaisquer rudimentos sobre a noção de fronteira. Comprovadamente as sociedades africanas locais estabeleceram linhas fronteiriças numa diversidade de contextos e situações <sup>51</sup>.

No continente, o poder tradicional, no mais das vezes, sempre se prontificou em clarificar a respeito dos espaços sob sua alçada, uma preocupação imperiosa para o funcionamento da ordem política autóctone (EVANS-PRITCHARD *et* FORTES, 1977: 8).

Retrospectivamente, além da existência de múltiplos sistemas de orientação e de rica variedade de peças cartográficas, o passado africano possui farta documentação sobre o traçado de linhas demarcatórias.

A confirmar tal asserção, existem inclusive consideráveis evidências da influência da cartografia tradicional africana no mapeamento realizado pelos exploradores e cartógrafos europeus nos séculos XIX e XX.

Ironicamente, estas informações contribuíram para o aprimoramento de um desenho do continente que em última análise, foi arregimentado para dominar e dividir a África entre os colonialistas (WOODWARD *et* LEWIS, 1998: 38-48).

E mais: contrariando o discurso de senso comum, além da Europa não ter difundido concepções inéditas sobre postulados fronteiriços, as antigas fronteiras tradicionais traçadas ao longo da secular ou mesmo milenar história do continente terminaram ressemantizadas pelo colonialismo.

Seguidamente os europeus cooptaram as divisas existentes para que - combinadas aos novos traçados criados pelas administrações coloniais - a titularidade dos seus domínios fosse assegurada. Esse aspecto da geografia política colonial, que não tem recebido a atenção que merece nos estudos acadêmicos, é essencial para a compreensão do mapa de África criado pelos colonialistas (Cf. AUSTEN, 2001; DÖPCKE, 1999).

Confirmando este parecer, pode-se arguir que as fronteiras de formações políticas tradicionais como as do Reino Mossi, Ruanda, Burundi, Zanzibar, Leshoto, Suazilândia, Daomey, Marrocos e Etiópia, foram cooptadas sem reservas pelos novos mandatários ocidentais.

Outra ocorrência comum foi a absorção de entidades políticas anteriores ao colonialismo enquanto circunscrições regionais nos espaços reorganizados pelos europeus. Esse foi o destino do Reino Bunioro, incorporado como divisão administrativa no interior das fronteiras do Protetorado de Uganda; do Império Bamoun, integrado como comarca no Protetorado do Kamerun; e do território da Confederação Ashanti, transformado em distrito administrativo da Colônia Britânica da Costa do Ouro <sup>52</sup>.

Noutro espectro, molduras territoriais tradicionais do continente, reconhecidas de longa data na paisagem africana, foram determinantes para formatar o contorno das divisões coloniais criadas pelos europeus.

Que o digam o Fezzan, Cirenaica e Tripolitânia, compartimentos territoriais de remota antiguidade, que contribuíram para esboçar as fronteiras da Líbia; a Alta Núbia, rincão que já nos tempos faraônicos correspondia a uma área dotada de identidade regional, foi referência para separar os confins do Sudão do Egito; quanto ao velho *Rif* e a cumeada montanhosa que o circunda, acoplaram-se sem rebarbas às lindes do extinto Marrocos Espanhol.

Pode-se perceber, a discussão sobre as fronteiras africanas é bem mais complexa do que genericamente se supõe. Neste sentido, o mapa das “fronteiras coloniais”, fazendo *tabula rasa* da geografia tradicional do continente (e com isso, reforçando a seriação de estereótipos que desqualificam o passado africano), poderia ao menos esquivar-se deste polêmico debate denominando a carta em questão como “África Colonial”, “Divisão

Colonial” ou “Partilha da África”, fórmulas rotineiras na imensa maioria dos manuais histórico-geográficos (Cf. DUBY, 2011: 219; KINDER *et* HILGEMANN, 1975: 120).

Mas o problema é que esse não constitui o único deslize do referido mapa. As cartas cronológicas das independências africanas ostentam outras incongruências. O mapa de 1914 mostra duas nações independentes na África: a Etiópia e a Libéria, esta última despertando justificadas dúvidas quanto ao alcance de sua autonomia real. Isto porque no que seria factualmente indiscutível, durante décadas a fio, a Libéria foi muito mais um protetorado dos EUA do que um Estado soberano.

Entenda-se: o nome do país deriva de *Liberty*, liberdade em inglês; o da capital, Monróvia, é uma homenagem ao Presidente James *Monroe*; a primeira constituição liberiana foi redigida em Harvard; a bandeira liberiana é praticamente cópia da norte-americana e a moeda oficial é o *dólar* liberiano. Arrematando, em 1925 um acordo chegou a colocar o país sob inspeção financeira e militar dos Estados Unidos (WALDMAN *et alli*, 2007: 217 e 222).

Acirrando a controvérsia, o mapa seguinte, relativo a 1956, incorre em duas outras falhas, ambas muito graves. Iniciando pela que é menos conhecida pelo público, nessa carta a Eritreia aparece como nação independente, quando na realidade estava sob jugo etíope desde 1952

A controvertida anexação abexim deste país - tecnicamente legitimada por GEOATLAS - foi o estopim de sangrenta guerra de resistência encabeçada pela população local que perdurou por quase quatro décadas (Vide FERNANDES, 1986). Este conflito findou apenas em 1991, quando após referendo supervisionado pela ONU, os eritreus tornam-se um povo soberano.

Quanto à incorreção que seria percebida com maior facilidade por eventual leitor do mapa de 1956, esta se refere à África do Sul. Enveredando por erros cronológicos - e não fosse suficiente, em interpretações políticas extremamente problemáticas - chega a ser surpreendente que tais falhas tenham sido recorrentemente reeditadas por GEOATLAS.

Visando subsidiar a acareação, enfatize-se que no plano da geografia, da história e das relações internacionais, são três as datas icônicas - 1909, 1961 e 1994 - que ancoram a trajetória da África do Sul.

No ano de 1909 refere-se à unção do *South Africa Act*, que oficializou a criação da *União Sul-Africana*, Domínio Britânico reunindo a Província do Cabo e as ex-repúblicas bôeres<sup>53</sup> do Natal, Orange e Transvaal numa única jurisdição.

Tal estatuto finda em 1961, quando se contrapondo ao repúdio internacional ao *Apartheid*, o governo de minoria branca, hegemônico por membros da comunidade bôer, rompe todos os vínculos com a Inglaterra e com a *Commonwealth* (Comunidade Britânica de Nações), rebatizando o país como *República Sul-Africana*.

Por fim, em 1994, com o dobro de finados do *Apartheid*, a União Sul-Africana é substituída pela *República da África do Sul*, marcada pela ascensão dos independentistas sob a liderança de Nelson Mandela, origem do hodierno *political status quo* do país.

Ora, com o significado dessas efemérides em mãos, indagaríamos: qual foi o critério para a África do Sul ser classificada como país independente (*notar bem, no mapa referente a 1956*), em GEOATLAS? E na eventualidade dos titulares da coletânea entenderem que o *South Africa Act* (*firmado, repetimos, em 1909*), confirmou a autonomia dessa nação, porque então esse dado foi honorabilizado no mapa de 1956 e não no de 1914?

E ademais, porque 1914? Qual o significado desta data, assim como as demais da cronologia proposta para GEOATLAS em termos do retrospecto histórico da África do Sul? Sem contar que 1956 para a história da África do Sul simplesmente não coaduna com qualquer evento significativo, como justificar que esse Estado, ainda mantido sob as rédeas do *Apartheid*, faça presença no mapa de 1964 como país africano independente?

E aproveitando o ensejo, porque a cronologia cartográfica independentista é congelada - no formato editorial de GEOATLAS - em 1964? Qual seria a justificativa para essa data?

Mas o que mais fere um ajuizado africanista contemporâneo é a omissão quanto ao fim do *Apartheid*. Sem maiores rodeios pode-se assegurar que de todas as mobilizações e debates internacionais sobre direitos humanos, a referente ao regime de separação de raças foi a que mais movimentou as instâncias deliberativas da ONU e a opinião pública mundial (*apud* RODRIGUES, 2009:88).

Então uma indagação pairaria no ar: Porque GEOATLAS não ajuizou esta data na sua justa e exata medida?

Seria igualmente probo insistir que para o continente, a data-chave não é 1964. No lugar desta, seria permitido sugerir duas datações efetivamente canônicas: 1960, entronizada como *Ano da África* devido ao expressivo número de países recém-independentes (dezessete países africanos tornaram-se independentes neste ano), e 1994, ano em que o regime do *Apartheid* é extinto. Entretanto GEOATLAS não faz justiça a nenhum destes dois ingentes marcos históricos africanos.

Existem óbices adicionais envolvendo a opção preferencial por 1964. Dignificar esse ano como marco cronológico tem por demérito obscurecer fatos de capital importância. Dentre estes poderíamos elencar a independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, nações que se libertaram do colonial-fascismo português em 1975 e com as quais o Brasil desfruta laços de todo tipo.

Quanto ao teor historiográfico de África, GEOATLAS também ignora a conquista da autodeterminação nacional por parte da Eritreia, Namíbia, Zimbábue, Djibouti, Maurício, Seychelles, Comoros, Leshoto, Suazilândia, Botswana, Saara Ocidental e Sudão do Sul, todas posteriores a 1964. E particularmente, oblitera o significado basilar do fim do *Apartheid* para todos os povos do continente e porque não dizer, do mundo.

A essas dubiedades se somariam às ultimadas pela resenha. No primeiro parágrafo, pode-se ler sem titubeios: “A partir do século XV *os europeus dominaram as áreas costeiras da África*” (SIMIELLI, 2013: 68, *grifos nossos*).

Apesar de afirmações com esta índole transitarem livremente pela maioria dos livros didáticos, e recidivamente, que os mapas históricos também incidem neste equívoco elementar, acentuando mal-entendidos ao estamparem desmedidos trechos da costa africana retratando-os como áreas sob autoridade dos impérios coloniais, cumpriria asseverar que a informação não procede, sendo absolutamente incorreta.

Esclareçamos: no século XIX, após quatrocentos anos de “possessão territorial”, os europeus exerciam - com exceção dos arquipélagos oceânicos e retalhos da borda costeira - não mais que uma limitadíssima soberania litorânea, raramente ultrapassando os muros de fortalezas e feitorias. Na realidade, derrotando sucessivas *razzias* visando submetê-los, os povos africanos mantiveram o continente, numa perspectiva europeia, como uma vasta *terrae ignota*.

Durante mais de quatrocentos anos as tentativas dos europeus em conquistar a África foram atormentadas por toda sorte de adversidades. Uma mostra dessa dificuldade são as ilhas Canárias. Próximas da Espanha e com apenas 7.500 km<sup>2</sup>, ainda assim demandaram quase cem anos de combates incessantes para serem conquistadas (1402-1495).

Outras partes do continente, mesmo quando ocupadas, estorvaram os ocidentais com uma insurgência intermitente, abafada somente com o concurso de exaustivas campanhas militares. Mesmo no litoral, entre um fortim e outro subsistiam imensos espaços sob controle nativo.

Ao bem da verdade, somente no Século XIX, com o aprimoramento das armas de fogo - fuzis de repetição, metralhadoras, artilharia, morteiros e granadas - é que a Europa consegue zerar a oposição ao seu avanço, submetendo inteiramente o continente sob seu tacão (*apud* MENDY, 1994: 37-67).

Outra ambiguidade irrompe no último parágrafo, que repisa o decantado veredicto que reputa à “artificialidade” das fronteiras, a origem das desavenças espicaçadas que teriam mergulhado a África na trilha dos ódios tribais insuperáveis. Cotejando: “muitos dos conflitos que ainda persistem na África, *são consequência da formação colonial dos seus territórios*” (SIMIELLI, 2013: 68, *grifos nossos*).

Entrementes, a esse respeito existe uma coleção de objeções. Culpabilizar o traçado fronteiro pela irrupção da instabilidade política na África pós-colonial - lado a lado com a impropriedade de ser espúria a própria noção de “homogeneidade étnica” como fiadora do equilíbrio político e social - é uma afirmação carente de sentido, que não condiz com a realidade histórica e antropológica.

Numa breve sentença, retenha-se que as guerras internas no continente *não têm se desdobrado na reformulação das divisas*. No que poderia ser surpreendente, o país onde o fenômeno incide com gravidade *au concour*, a Somália, é habitado por uma só etnia: os *Somali*, sendo notavelmente homogênea nos planos linguístico, religioso e cultural <sup>54</sup>.

Todavia, desde a queda do governo Siad Barre no ano de 1991 e a subsequente eclosão da Guerra Civil Somali, o governo central deixou virtualmente de existir na maior parte do país. A Somália viu-se fragmentada em várias autoproclamadas entidades políticas que se regem por si mesmas, que convivem com espaços sob a batuta de facções e onipresentes *war lords*, que os governam como bem entendem.

Assim sendo, o Governo Federal de Transição Somali (GFTS), que em princípio exerce poder de Estado numa fração de território e em partes da capital, a cidade de Mogadíscio, o que lhe vale a possibilidade de representar a Somália na ONU, coexiste com dois Estados independentes *de facto*: a Somalilândia ao Norte e a Puntlândia, no extremo Leste, refletindo um espedaçamento do Estado Somali que persiste até o presente momento.

Porém, curiosamente, num sopesamento que escapa ao campo de visão de quase todos os comentaristas, e inclusive da publicação GEOATLAS, o único continente que tem efetivamente revisto suas fronteiras com base na etnicidade é a Europa e não a África (Cf. DÖPCKE, 1999: 81-85).

Apenas para exemplificar: a antiga União Soviética gerou quinze países independentes, a Tchecoslováquia, dois, a ex-Iugoslávia, outros seis. Acontece que o mapa político da África pós-colonial é fundamentalmente o mesmo, ainda que tenham se passado mais de seis décadas do início da descolonização.

Outra nota singular é que inobstante a África ser corriqueiramente retratada como um mosaico de Estados reunindo tribos hostis entre si, não deixa de ser interessante que mesmo quando irrompem novos países no mapa político do continente, caso do Sudão do Sul e da Eritreia, estes são pluriétnicos do mesmo modo.

Neste prisma, atente-se que numa contraposição aos posicionamentos que estipulam países monoétnicos como sendo a contrapartida mais eficaz para os “antagonismos tribais”, assinale-se que muitas etnias africanas estão dispersas em vários países e ocupando territórios não-contíguos, inviabilizando Estados etnicamente homogêneos.

Assim, ao contrário do que é percebido - e a despeito os óbices que residiriam na diversidade étnica do continente -, as fronteiras africanas têm demonstrado acentuada perenidade. Isso ocorre tanto em face da gestação de novas identidades nacionais, quanto por um consenso pós-colonial contrário à balcanização do continente, a começar pela OUA, que desde sua fundação agiu em favor da inviolabilidade dos traçados herdados da era colonial.

No mais, vale recordar que em boa parte dos Estados tradicionais da África coexistiam muitas etnias, e que nem por isso foram sacudidos por “conflitos tribais”. Nessa linha de entendimento estão incluídas formações políticas que persistiram por séculos, em lapsos de tempo muito mais extensos do que o da maioria dos Estados europeus modernos.

É o que comprova a cronologia histórica do continente: o Reino do Congo acumulava pelo menos três séculos de história por ocasião da chegada dos portugueses em 1482. O Império do Ghana prolongou-se por nove séculos. O Mali, por mais de três. Para completar, a Etiópia é simplesmente uma formação estatal das mais antigas do mundo (Cf. WALDMAN, 2017e, 2000; WALDMAN *et alli*, 2007).

Assim, antes de decretar a diversidade étnica como um problema em si, o busílis talvez resida na capacitação ou não das estruturas políticas “mais avançadas” - implantadas pelo Ocidente na África, mormente para dar vazão a projetos políticos de extração neocolonial - em assumirem plenamente a pluralidade, um debate imiscuído no centro das antinomias da modernidade (WALDMAN *et alli*, 2007: 123-124).

Por fim, quanto aos três mapas temáticos seguintes, mais do que apegar-nos a apensos pontuais, seria mais produtivo consumir uma crítica de fundo. Discorremos ao longo desse texto sobre os consideráveis efeitos negativos proporcionados pelas estereotipias justapostas à imagem do continente.

Também conforme analisado, embora sob contínua reelaboração, o imaginário europeu que por séculos estigmatizou a África e seus povos nunca abdicou de um núcleo duro de negatividade, procurando legitimar por intermédio desta construção ideológica uma posição subalterna para o continente.

Não admira então que sucedendo à desqualificação originalmente arquitetada pelo ideário colonial, a soberania dos povos africanos no pós-guerra tenha incitado novas leituras estereotipadas da África. O continente torna-se o apanágio da pobreza, da anarquia, do subdesenvolvimento, das doenças, de guerras tribais insuperáveis, dos golpes de estado, da desnutrição crônica, do analfabetismo, dos refugiados, da corrupção, da seca e da ausência de perspectivas.

Num mundo desigualmente unificado pela globalização, a África é novamente convocada a integrar uma periferia de flagelos, opressões e subserviências, sublimadas pela miragem de uma sociedade global regrada por aspirações pretensamente comuns. Nesta digressão regurgitante de distorções e preconceitos, definida em muitos *papers* e ensaios como afro-pessimismo, o futuro não reservaria nenhuma esperança para o continente.

Nesse painel, no qual os povos africanos estão condenados *a priori* à estagnação e submersos num caleidoscópio de tormentos, um vetor ideológico decreta que tal sucessão de infelicidades nada mais demonstra do que a suprema incapacidade da África em caminhar com suas próprias pernas. Faltaria arremedar: *África portentosa, África mãe de monstros*.

Diante desse quadro, anseios umbilicalmente atados a uma ótica de dominação retomam a propensão em colocar o continente novamente sob sua tirania. Trabalhando para confirmar a submissão da África ao Ocidente, nas suas últimas consequências essa corrente de opinião não hesita em pleitear o *kaput* da descolonização.

Candidamente batizada de *reabilitacionismo*, nos anos 1990 não poucos adeptos desta extravagante tendência propugnavam - despudoradamente em nome de desinteressadas “finalidades humanitárias” - a recondução da África para o domínio europeu. Certamente para salvá-la, quem sabe, dos próprios africanos (Cf. BLANCHARD *et* LEMAIRE, 1996: 48-49).

Trata-se de uma proposição que em seu apoio conta com um *zeitgeist* cujo pano de fundo é a desordem da ordem global. Reflita-se que atualmente as identidades políticas dos Estados modernos, asseguradas com base em “discursos de perigo” e da “evangelização do medo”, têm na produção de diferenças contrastivas quanto a espaços como a África, um reforço na sustentação ideológica para ações de ingerência e de intervencionismo militar (a respeito dessa teorização, consultar NOGUEIRA *et* MESSARI, 2005: 216-218).

Tratando-se de uma figuração discursiva conservadora que tem perigosamente calcado os discursos de chancelarias dos países centrais e inclusive, de muitos teóricos das Relações Internacionais, refutar este *pot-pourri* de ideias afrontosas, nefastas e truculentas tem na confratação com o real seu mais afável linimento, habilitado a zerar fabulações pouco condizentes com uma era que se crê científica, purgando obsessões neocolonialistas mal disfarçadas.

É assim que a partir de uma resiliência que fulgura como verdadeira quintessência dos africanos, fatos alvissareiros desvelam rumos e realidades exatamente opostos às visões que desacreditam a África (WALDMAN, 2017d e 2014).

Como se sabe, os números não mentem. Logo, seria factível enumerar alguns dos dados coletados pela contabilidade dos analistas em economia internacional. Um deles é o de que projeções macroeconômicas antecipam que a África crescerá numa taxa média anual de 7% nas próximas duas décadas. Observa-se uma escalada predestinada a superar os indicadores da China, país prócer do crescimento acelerado.

Mais: no mundo, entre 2011 e 2015, sete países africanos figuram na lista dos dez com maior destaque econômico. Em 2011, mais de um terço dos países do continente cresceram pelo menos 6%. Já Moçambique, Gana, Nigéria, Ruanda e Etiópia tiveram 7% de expansão econômica.

Levantamentos do decênio 2001-2010 mostram Angola no topo do *ranking* global da economia: 11,1% de expansão por ano em média, índice superior ao da China, que foi de 10,5% (WALDMAN, 2017d, 2014, 2012c e 2012d; IPEA-WB, 2012).

Crescendo com base em taxas indiscutivelmente alvissareiras, a África está deixando para trás o continente asiático, rivalizando com uma porção do globo onde se localizam economias dinâmicas e/ou emergentes como a China, Tailândia, Malásia, Qatar, Israel, Singapura, Japão, Vietnã, Índia, Formosa, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Turquia, Indonésia e Coreia do Sul (WALDMAN, 2017d).

Paralelamente, existem pistas que permitem entender que o novo alento que atíça a economia continental não é privilégio de seletos grupo de nações como a África do Sul, Angola e Gana.

No que constitui exemplo das potencialidades africanas, cinco países com notáveis taxas de expansão econômica - Ruanda, Serra Leoa, Etiópia, Moçambique e o Mali - foram atormentados em passado recente por graves conflagrações políticas internas.

Tais índices e predicados constituem desdobramento direto da estabilidade política e da paz, que hoje vigora majoritariamente no continente. Ao mesmo tempo, a implementação de reformas favoreceu a decolagem econômica, respaldando uma corrente de otimismo que na atualidade percorre todo o continente.

Este cenário é favorecido pela prodigiosa cornucópia de riquezas naturais da África. Atas da 17ª Cúpula da União Africana, realizada em 2011 em Malabo (Guiné Equatorial), documentam inventário adereçado de fabulosas ordens de grandeza. O capital ecológico da África equivale a 16% das florestas e 40% da biodiversidade do Planeta.

Nesta vertente, seria oportuno frisar que três dos dez países megadiversos são africanos: RDC, Madagascar e África do Sul. Outros, embora não integrando a listagem, possuem um capital natural de primeira linha.

Para citarmos o caso específico de um único país africano, Angola, por exemplo, e a despeito de levantamentos ainda inconclusos, é pátria de 5.000 espécies de plantas (das quais 1.260 são endêmicas), 275 espécies de mamíferos e 872 espécies catalogadas de avifauna (WALDMAN, 2012i).

Para os recursos minerais, a pujança é mirabolante. Neste quesito o continente é uma verdadeira arca do tesouro. A geologia confirma que um terço dos recursos minerais do Planeta estão sob tutela do subsolo africano. Nada menos que 66% dos diamantes, 57,5% do ouro, 45% do cobalto, 23% do antimônio e do fosfato e 17,5 % do manganês (Vide WALDMAN, 2017d e 2014; MALABO, 2011; FERNANDES, 2009: 22; CARVALHO, 1963: 203-208).

Num contexto de crise energética, a África é senhora de mais da metade do potencial planetário de energia, expresso em matrizes de todos os tipos: combustíveis fósseis, gradiente térmico dos oceanos, biomassa, hidroeletricidade, fontes geotermiais, energia dos ventos, das ondas e do Sol.

Na vertente dos recursos paisagísticos, o sucesso do turismo fala por si mesmo. A África foi o único continente com crescimento de entradas internacionais durante o ano da crise de 2009, tendência que se consolidou claramente em 2010. Neste ano, na ponta do lápis, a indústria sem fumaça cresceu 8%, recepcionando de braços abertos 31 milhões de turistas (WALDMAN, 2017d e 2012d).

*En passant*, atente-se que no tocante aos hidrocarbonetos, a projeção crescente da produção petrolífera africana, em especial a que se consolida nos países do Golfo da Guiné, faz do continente um rival a toda prova dos produtores tradicionais do Oriente Médio, tendendo a deixá-los para trás antes do final da década.

A exploração do ouro negro no Golfo da Guiné, escorada em reservas comprovadas de 60 bilhões de barris de petróleo, oferece ao mercado um óleo com baixos teores de enxofre, uma apreciada *commodity*<sup>55</sup> numa época assoberbada com a ameaça das mudanças climáticas.

O petróleo africano tende assim a usufruir o melhor dos esforços do mundo dos negócios, desempenho favorecido pela estabilização do horizonte político continental (WALDMAN, 2012c).

O mundo, pois toma conhecimento destes dados e levantamentos deste porte numa conjuntura marcada pela escassez global de matérias primas e elevação do preço das *commodities* no mercado mundial, conjuntura que contribui para reverter as chamadas trocas comerciais negativas celebrizadas pelo economista argentino Raul Prebisch, favorecendo muitas economias africanas.

De outra feita, note-se que o continente, além de não materializar um depositário de mazelas, tem galhardamente colecionado sucessos em todas as áreas. No plano cultural, escritores e poetas africanos são incensados em todo o mundo. A Nigéria com a sua *Nollywood* (acrônimo de *Nigéria* e *Hollywood*), se tornou o segundo polo cinematográfico global.

Avanços das políticas de igualdade de gênero são exemplares. Angola é recordista mundial em proporção de mulheres empresárias. Outra nação africana, Ruanda, elegeu em 2008 pela primeira vez na história mundial um parlamento com maioria feminina.

A África também tem, passo a passo, superado suas dissensões internas. Distanciando-se da conturbada era pós-colonial, em 2012 os africanos participaram de oito pleitos presidenciais. As urnas foram também consultadas para referendar dezessete processos de indicação parlamentar (WALDMAN, 2012d, 2012h, 2010b e 2009b).

Portanto, existem motivos de sobra para concluir que os quatro emissários do Apocalipse - a guerra, a fome, a peste e a morte - além de não estarem credenciados a representar a África, não cavalgam nas suas plagas. Claro está que o continente apresenta problemas que aguardam solução.

Isto posto, ignorar os avanços ocorridos nas últimas décadas constitui equívoco grave. *Acima de tudo porque a África é um continente em movimento*. Ela avança como um trem na noite, em meio a uma paisagem que poucos conseguem discernir, seguindo trilhos próprios, de modo determinado e incessante, diferentes dos critérios cartesianos de desenvolvimento estipulados pelo mundo ocidental (*apud* MUNANGA, 1997: 299).

Diante disso, para os que ainda teimam em sustentar visões depreciativas da África restaria retificar urgentemente seus pontos de vista. Na tematização proposta por este texto, o óbvio se imporia sem maiores delongas.

Apresentar o continente numa compilação cartográfica escolar exibindo mapas como *AIDS no Mundo e a Epidemia na África* (Figura 15), *Riqueza Natural e Miséria Humana* (Figura 16) e *Geopolítica: Permanências ou Mudanças - Hostilidades à Vida Humana* (Figura 17), notoriamente não contempla a conjuntura vivida pela África atual e de forma alguma, as transformações assistidas pelos seus povos desde a retirada ou expulsão dos agressores estrangeiros.

Designadamente, seria, pois cabível sugerir diversos apensos cartográficos abordando temas firmados na vivência contemporânea da África, atinente aos movimentos que a sociedade africana tem firmado nas últimas décadas, que atenderiam a um conhecimento da realidade do continente, nos seus avanços e dilemas, assentados na espacialidade continental e na relação mantida com o mundo e com a diáspora africana.

A conferir, dentre um amplo leque de temas, poderíamos elencar: mapas atualizados das novas fronteiras da exploração de hidrocarbonetos e a relação com os mercados consumidores do Hemisfério Norte; mapa das questões socioambientais prioritárias do continente; mapa linguístico da África; mapa das grandes metrópoles africanas; mapa das migrações internas e externas do continente; da produção cultural contemporânea da África (música, cinema, literatura); das crispações geopolíticas do continente, etc.

Proposições e reservas mínimas atinentes a um continente que é simultaneamente uno, complexo e diverso, notas igualmente indispensáveis a um trabalho de revisão e de formatação de novos mapas temáticos da África.

## VI - CARTOGRAFIA DE ÁFRICA: CONVITE A UM REPENSAR ESPECIAL

Deve-se ao grande antropólogo norte-americano Clifford Geertz uma enfática locução afirmativa do caráter social do pensamento.

Em sua respeitável obra *A Interpretação das Culturas*, seguindo na direção do âmago da questão, proclama num só fôlego: “O pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, social em suas formas, social em suas aplicações” (Cf. GEERTZ, 1989: 225).

Dentre as implicações deste paradigma defendido pelo antropólogo, uma rápida radiografia denuncia a existência de uma encruzilhada. De um lado, pesam as formas que ofertam um caráter inercial ao pensamento humano. De outro, as que operam no sentido de sua transformação.

A forma excludente como a África tem sido pautada nos materiais didáticos inspirou mais de uma posição a respeito do problema. No texto que se seguiu, a predisposição foi analisar a cartografia escolar com base num ponto de vista afrocentrado, implicando, como ficou claro, na mudança radical do axioma tradicional em avaliar a África.

Neste prisma, parágrafo por parágrafo esta obra procurou ordenar uma narrativa escorada no conceito de *África sujeito*, excluindo por definição a diretiva da *África objeto*, nexos que com justiça foi tempos atrás, timbrado com o epíteto de “visão periférica” (Cf. LEITE, 1992).

Eis então que numa conjuntura na qual - ao menos numa perspectiva histórica - as relações do Brasil com os países africanos e a valorização da herança afrodescendente evidenciam certo avanço, observamos a situação paradoxal que vigora no mapa de África em sala de aula.

Levando-se em consideração as articulações que buscam diuturnamente reengajar o país com o universo negro-africano, a constatação é espantosa. De modo patente, a cartografia escolar de África parece disposta a aferrar-se a um *non sense* lastreado por omissões, incongruências e estereótipos, deturpações às quais se somam reflexões vazias de contemporaneidade.

Claramente delineia-se uma cantiga hostil ao real, legitimadora da desqualificação, indutora do preconceito e da malversação do passado e do futuro dos africanos, posturas que em uníssono, trabalham em descompasso flagrante com novas posturas pedagógicas.

De modo inequívoco, este quadro reclama mudanças urgentes. Singularmente, uma correção de rumo teria na aplicação concreta da Lei nº. 10.639 sua pedra angular. Aniversariando o décimo terceiro ano de legislatura, o decreto, em sua disposição em prol de uma educação não-eurocentrada, destaca o timbre da herança oferecida pelos africanos e afrodescendentes na construção da identidade brasileira.

Nesta visada, entenda-se que é insuficiente programar cursos de capacitação. *Tout court*, a apreensão da herança negro-africana, assim como seu amálgama com as políticas de ação afirmativa e de consolidação da cidadania, *somente será efetiva alterando-se a grade curricular dos sistemas de ensino*. Hermeneuticamente:

“Alargar e mudar o currículo escolar se torna então essencial, não apenas em nome de uma cultura mais vasta para todo mundo, *mas sim para dar conhecimento legítimo àqueles que até então eram excluídos*” (MUNANGA, 2006: 30, grifos nossos).

Sendo este o fio condutor, a reivindicação não poderia ser outra que não a mudança dos paradigmas que tem norteado a compreensão da África e dos seus povos. Num acautelamento assaz propício, observe-se que enquanto predominar a pregação da negatividade do continente será inútil introduzir *conteúdos* sobre África em sala de aula. Dantes, gozaria de total precedência *elucidar qual conteúdo é afinal disponibilizado no ambiente escolar*.

De uma verga como essa, emergiriam aportes metodológicos de novo tipo, augurando aposentar a *África objeto* em favor da *África sujeito*; cambiar a *exterioridade* das avaliações pela *interioridade*; rechaçar o deleite da *contemplação passiva*, dando lugar à *imersão participativa*; deslocar o *preconceito*, fazendo-o ceder diante do *reconhecimento da diferença e da alteridade*.

Essa janela de oportunidades para retratar diferentemente a África, concerne a um leque de desafios. Note-se que o continente, conotado pelas complexidades intrínsecas ao seu perfil civilizatório, exige a articulação de conceitos e métodos oriundos de diversos campos do saber, um diálogo interdisciplinar no qual a capilaridade entre diferentes esferas do conhecimento maximiza análises e interpretações <sup>56</sup>.

Neste senso, faz-se necessário aditar que as reflexões trabalhadas pelo campo africanista descartam quaisquer dúvidas quanto ao mister interdisciplinar. Na voz dos especialistas, a África vivencia dinamismos que incorporam taxonomias incompatíveis com circunscrições disciplinares demasiado rígidas, exigindo flexibilidade para assimilar contribuições das várias especialidades (*passim* UNESCO, 2010).

Dentre as linhas de força, em paralelo à vinculação que nutre incansavelmente o cálido matrimônio entre espaço geográfico e tempo histórico (Cf. SANTOS, 1978a: 105-106), um painel ajustando saberes acumulados pelas relações internacionais, ciências ambientais, ciência política, economia, linguística, sociologia, artes plásticas, filosofia e antropologia, dentre muitas outras disciplinas, são imprescindíveis para a compreensão da África, das suas populações e culturas (WALDMAN, 2014; WALDMAN *et alli*, 2007: 15-17, MUNANGA, 2006: 37-38, ANJOS, 1989: 14; CARVALHO, 1963).

No contexto vivido pelo Brasil, esforços como os sugeridos sinalizam para a resignificação do continente. A África tem confirmado uma pauta subjetiva de rumos, aspirações e projetos. Porquanto expressão de práticas reais, seu entendimento não prescinde dos valores que respaldam seu modo de ser. Categoricamente, conhecer e fazer conhecer a realidade africana solicita priorizar sua concretude, sua idiossincrasia cultural, sua personalidade histórica e geográfica.

Nesse pormenor lembremos a advertência do geógrafo Manuel Correia de Andrade. Num momento em que o afro-pessimismo campeava na opinião pública, disse ele: “Os brasileiros devem ter uma atitude modesta diante da população e dos problemas africanos, *porque, se têm muito que dar, em compensação tem muito que aprender*” (ANDRADE, 1989: 75, *grifos nossos*).

Essa perspectiva - que optamos designar como *repensar especial* - é um caminho longo, mas com realizações no curto prazo. A predisposição em observar a África a partir dos seus próprios valores e práticas, é uma aproximação diferenciada, reveladora da sua fisionomia e da sua trajetória.

A partir deste ângulo, um amplo repertório protocola desde apuros quanto à toponímia e o potencial do continente, até o multilateralismo e sua inserção na globalização, variáveis essenciais para repensar a cartografia escolar de África. Demanda reforçada pelas raízes africanas que notabilizam o Brasil, neste prisma a geografia do continente se torna uma disciplina fundamental para a formação cidadã do povo brasileiro (*apud* ANJOS, 2009: 8).

Arrematando, muitas das pontuações alinhavadas ao longo deste ensaio transparecem por si mesmas na dimensão planetária do continente. A imagem fotográfica da África, captada a partir do espaço sideral, revela um continente proeminente, ocupando vasta extensão da Terra (Figura 26).

Rodeada por imensas massas oceânicas, a África forma nitidamente uma unidade, que apenas desaparece da nossa retina em função de fronteiras e outras barreiras imaginárias que os humanos teimam em erguer uns contra os outros.



**FIGURA 26 - O Planeta Terra com a África em destaque: Fotografia da NASA conhecida como Blue Marble (“mármore azul”, ou bolinha de gude em inglês), captada pela Nave Apolo XVII em 07-12-1972 a uma distância de 55.000 km.**

Explicitamente, a África se impõe por sua vastidão, pela heterogeneidade dos seus dados naturais, pelo caráter compacto que somente ela, no tocante às terras emersas do globo, pode oferecer à visão. Imensa, coesa e bordejada por limites sinuosos, o continente expressa uma majestade arrebatadora, dispensando quaisquer palavras a evocá-la.

Parece difícil aceitar que um continente como este, berço da espécie humana, não propicie inspiração para um *repensar especial*. Seria o mínimo a se esperar de um espaço onde a aventura humana teve seu início, plena de promessas e esperanças. É deste modo que advogamos, para fechar este ensaio, a fala do historiador congolês Elikia M'BOKOLO, que num sentenciamento memorável destacou:

“Contra o desencanto, ao observarmos o movimento real das sociedades africanas, cabe proclamar hoje, como noutros tempos o declarou François Rabelais: *A África sempre traz alguma coisa nova*” (2011: 710, *grifos nossos*).

Aguardemos, pois novidades para o Mapa de África em Sala de Aula!

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS & PAPERS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Atualizado e ampliado por Giovanni Fornero. 4ª edição, 3ª reimpressão. México (DF): Fondo de Cultura Econômica. 2010;

ADEDEJI, Adebayo. *Estratégias comparadas de descolonização econômica*. In: História Geral da África. Volume VIII: África desde 1935, Capítulo 14, pp. 471-516. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

ALMEIDA, Rosângela Doin de (organização). *Cartografia Escolar*. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2007;

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil e a África* (Coleção Repensando a Geografia). São Paulo (SP): Editora Contexto. 1989;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília (DF): Mapas Editora & Consultoria. 2009;

\_\_\_\_\_. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, n°. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

ARAÚJO, Emanuel (Org.). *Textos de Negros e sobre Negros*. São Paulo (SP): Imprensa Oficial do Estado e Museu Afro-Brasil. 2011;

ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. Capítulo 24: *O Pan-africanismo e a Integração Regional*. In: História Geral da África, Volume VIII: África desde 1935, Capítulo 24, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

AUSTEN, Ralph A. *Mapping Africa: Problems of Regional Definition and Colonial National Boundaries*. Paper adaptado para workshop organizado por Centros de Estudos para a América Latina, Oriente Médio, Extremo Oriente, Ásia Meridional e Europa Oriental/Rússia/Estudos Eurasianos e pelo Comitê de Estudos Africanos da Universidade de Chicago, 18 a 29 de Junho de 2001. 2001;

BALANDIER, Georges. *África Ambigua*. Buenos Aires (Argentina): Sur. 1964;

BARBER, Peter et HARPER, Tom. *Magnificent Maps: Power, Propaganda and Art*. Londres (Reino Unido): The British Library. 2010;

BARBOSA, Alexandre de Freitas (organização) et alli. *O Brasil Real: A desigualdade para além dos indicadores*. 1ª edição. São Paulo (SP): Outras Expressões. 2012;

BASTIDE, Roger. *As Américas Negras - As civilizações africanas no Novo Mundo*. 3ª edição. São Paulo (SP): Coedição Difusão Européia do Livro (DIFEL) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1974;

BELTRÁN, Luís. *O Africanismo Brasileiro - incluindo uma bibliografia africanista brasileira*. Revista África, nº. 8, bis. São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP). 1986;

BESENYÖ, János. *Western-Sahara under the Spanish empire*. Academic and Applied Research in Military Science (AARMS), Vol. 9, No. 2, pp. 195-215. Budapest (Hungria): AARMS. 2010;

BESENYÖ, János. *Western Sahara*. Pécs (Hungria): Publikon Publishers. 2009;

BLANCHARD, Pascal et LEMAIRE, Sandrine. *L'Afrique - Um Continente, Des Nations*. Toulouse (França): Editions Milan. 1996;

BOAHEN, Albert Ada. *A África sob Dominação - O Desafio Colonial*. In: Revista Correio da UNESCO, nº. 7, Julho de 1984, pp. 14-16. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1984;

BOARD, C. *Os Mapas como Modelos*. In: Modelos Físicos e de Informação em Geografia. Richard J. Chorley e Peter Haggett (Coordenação). São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1975;

BRETON, Roland J. L. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CAMERON, Verney Lovett. *Atravez da Africa - Viagem de Zanzibar a Bengella*. Lisboa (Portugal): Livraria Editora de Mattos Moreira & Cia. 1880;

CARNEIRO, Edison. *Importância Nacional do Negro*. In: Textos de Negros e sobre Negros (Organização: Emanuel Araújo), pp. 82-89. Transcrição de texto primeiramente publicado

em Espírito Novo, nº. 1, Rio de Janeiro (RJ), 1934. São Paulo (SP): Imprensa Oficial do Estado e Museu Afro-Brasil. 2011;

CARVALHO, Delgado de. *África: Geografia Social, Econômica e Política*. Conselho Nacional de Geografia, edição da Divisão Cultural. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1963;

CEA - CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. *História de Angola*, Porto (Portugal): Edições Afrontamento (com base em edição original argelina). 1965;

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Porto (Portugal): Cadernos para o Diálogo, nº. 2. 1971;

CHORLEY, Richard J. et HAGETT, Peter. *Modelos Físicos e de Informação em Geografia*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1975.

COLLINSON, Diané. *50 Grandes Filósofos*. Tradução do original em língua inglesa *Fifty Major Philosophers* por Maurício Waldman e Bia Costa. São Paulo (SP): Contexto. 2004;

CONNAH, Graham. *África Desconhecida: Uma introdução à sua arqueologia*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 2013;

COSGROVE, Denis. *Geography and Vision Seeing, Imagining and Representing the World*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2008;

COSTA, Candida Soares da. *Percepções de alunos e Professores sobre a discriminação racial no livro didático*. Mimeo. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Texto disponível on line: <

<http://200.144.182.150/neinb/files/PERCEP%C3%87%C3%95ES%20DE%20ALUNOS%20E%20PROFESSORES%20SOBRE%20A%20DISCRIMINA%C3%87%C3%83O%20RAC.pdf> >.

Acesso: 23-12-2012. 2007;

COSTA E SILVA, Alberto da. *O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX*. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), Volume 8, nº. 21. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 1994;

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África*. 2ª edição, revisada e ampliada. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 2012;

CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre e São Paulo (RS-SP): co-edição Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

DÖPCKE, Wolfgang. *A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Brasília (DF): Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, nº. 1, pp. 77-109. 1999;

EDNEY, Matthew H. *Cartography without 'progress': reinterpreting the nature and historical development of mapmaking*. University of Toronto Press (Canadá): Cartographica, Volume 30, nº. 2-3, pp.54-68. 1993;

ESPADA, Valéria Maria Guimarães. *União Africana: um estudo sobre a mediação de conflitos*. Monografia. Belo Horizonte (MG): Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). 2009;

FALOLA, Toyin. *Nacionalizar a África, Culturalizar o Ocidente e Reformular as Humanidades na África*. In: Revista Afro-Ásia, nº. 36, pp. 9-38. Salvador (BA): Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2007;

FEITOSA, Lourdes Conde; FUNARI, Pedro Paulo et ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. *As Veias Negras do Brasil: Conexões brasileiras com a África*. Bauru (SP): Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2012;

FERNANDES, Ari Cândido. *Eritréia: Uma esquecida guerra de libertação africana*. São Paulo (SP): EDICON. 1986;

FERNANDES, Joel Aló. *Integração para o Desenvolvimento da África: a Fusão de Blocos Econômicos*. (Coleção Relações Internacionais e Globalização, nº. 23). Ijuí (RS): Editora Inijuí. 2009;

FIORIN, José Luiz et PETTER, Margarida (Organizadores). *África no Brasil: A formação da língua portuguesa*. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2008;

FONTETTE, François de. *O Racismo*. Lisboa (Portugal): Livraria Bertrand. 1976;

FORTES, Meyer et EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa (Portugal): Fundação Galouste Gulbenkian. 1977;

GARBIN, Estevão Pastori, SANTIL, Fernando Luiz de Paula et BRAVO, João Vitor Meza. *Semiótica e a Teoria da Visualização Cartográfica: Considerações na Análise do Projeto*

*Cartográfico*. Boletim de Ciências Geodésicas, Outubro/Dezembro, 2012, Volume 18, nº. 4, pp. 624-642. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná (UFP). 2012;

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos Editora (LTC). 1989;

HAINAUT, Louis. *Interdisciplinarity in General Education*. UNESCO: Division of Educational Sciences. Contents and Methods for Education. 1986;

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado - Processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Rio de Janeiro (RJ): Revan. 2010;

HORTA, José da Silva. *Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: As representações*. Atas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa (Portugal), Linopazes. 1995;

HRBEK, Ivan. Capítulo 1: *A África no contexto da história mundial*. Vol. III: África do século VII ao XI. Capítulo 1. In: História Geral da África, pp. 1-37. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva. 1997;

JOHNSTONE, Frederick, LEGASSIK, Martin, WOLPW, Harold et MORRIS, Mike. *Apartheid et Capitalisme: Le système économique de l'Afrique du Sud*. Paris (França): Francois Maspero. 1979;

LEITE, Fábio. *A questão da palavra em sociedades negro-africanas*. In: SANTOS, Juana E. dos (Org.). Democracia e diversidade humana: desafio contemporâneo. Salvador (Bahia): Edições SECNEB: Secretaria da Educação do Estado da Bahia. 1992;

LE VINE, Victor T. *Politics in Francophone Africa*. Boulder (Colorado, EUA): Lynne Rienner Publishers. 2004;

LEWIS, M. Paul (Coordenação). *Ethnologue: Languages of the World*. 16ª edição. Dallas (EUA): Summer Institute of Linguistics. 2009;

LIDDELL, Henry George et SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford (Reino Unido): Perseus Digital Library. 1940;

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo (SP): Selo Negro. 2004;

MACEDO, José Rivair (Organizador). *Desvendando a História da África*. Porto Alegre (RS): Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2008;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (Até o século XVIII) e Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA) e São Paulo (SP): Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Casa das Áfricas. 2012;

MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo Gaúcho: Resistência e Trabalho*. Coleção Tudo é História, nº. 93. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1984;

MARESCA, Sylvain. *O Silêncio das Imagens*. In: Como Pensam as Imagens (Organização: Etienne Samain), pp. 37-41. Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2012;

MARTINELLI, Marcello. *Mapas da Geografia e Cartografia Temática*. 6ª edição, ampliada e atualizada. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2011;

\_\_\_\_\_. *A Sistematização da Cartografia Temática*. In: ALMEIDA (obra citada), pp. 193-200. 2007;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega. 1959;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Coleção Kacu Martel, nº. 9. Bissau (República da Guiné-Bissau): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). 1994;

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Intenções e Concretudes*. Texto apresentado na V Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - IPRI, Rio de Janeiro (RJ). 28-29 de Outubro de 2010a;

\_\_\_\_\_. *África no Sistema Internacional*. Texto apresentado em Conferência no I Curso para Diplomatas Africanos - IPRI. Rio de Janeiro (RJ), 05 a 30-06-2010. 2010b;

\_\_\_\_\_. *Processos de Integração e Grupos de Interesse Diferenciados: UA, CEDEAO, ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOCAPAS. Paper* apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, páginas 253-270. Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI)/ Instituto Rio Branco (IRBr)/ Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

\_\_\_\_\_. *O Século XIX como fator de decifração das relações Brasil-África*. Lisboa (Portugal): Revista Studia, nº. 52. 1994;

\_\_\_\_\_. *La Contribution de L'Afrique Bantoue à la Formation de la Société Brésilienne: Une tentative de redéfinition méthodologique*. Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 1974;

MUNANGA, Kabengele. *Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização*. In: Vozes (Além) da África (Org.: Ignácio G. Delgado [et alli], pp. 19-43. Juiz de Fora (MG): Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006;

\_\_\_\_\_. *Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos*. In: A Dimensão Atlântica da África. Coletânea da II Reunião Internacional de História da África, pp. 297-300. São Paulo (SP): CEA-USP/SDG-Marinha/CAPEs. 1997;

\_\_\_\_\_. *Povos e Civilizações Africanos*. In: Introdução aos Estudos da África Contemporânea, texto mimeo. Brasília e São Paulo (DF-SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). 1984;

MUNANGA, Kabengele et GOMES, Nilma Lino. *Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos*. São Paulo (SP): coedição Editora Global e Ação Educativa. 2004;

NOGUEIRA, Joao Pontes et MESSARI, Nizar. *Teorias das Relações Internacionais: Correntes e debates*. 1ª edição, 7ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier Editora Ltda. 2005;

NORONHA, Isabel. *A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo*. Rio de Janeiro (RJ): História, Ciência e Saúde-Manguinhos, volume 6, nº. 3, Rio de Janeiro, Novembro de 1999/Febrero de 2000. Texto disponível on line: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000400009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000400009&lng=pt&nrm=iso) >. Acesso em: 26-03-2017. 2000;

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática*. In: Estudos Afro-Asiáticos, volume 25, n°. 3, pp. 421-461. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Cândido Mendes. Texto disponível *on line*: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf> >. Acesso em: 28-07-2017. 2003;

OLIVEIRA, Cêurio de. *Vocabulário Inglês/Português de Geociências*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1995;

\_\_\_\_\_. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação IBGE. 1983;

OLIVEIRA, Livia de. *Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa*. Série Teses e Monografias, nº. 32. (São Paulo): IGEOG/USP. 1978;

PAIVA, Bruno de. *France: National Involvement in the Indian Ocean Region*. Indian Ocean Research Programme. Perth (Australia): Future Directions International Research International. 2011;

PAIXÃO, Marcelo [et ali]. *Um balanço das ações afirmativas para afrodescendentes no sistema de ensino brasileiro*. Direitos Humanos no Brasil 2010 (Organização: Tatiana Merlino e Maria Luisa Mendonça), pp. 187-197. São Paulo (SP): Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 2010;

PAULME-SCHAEFFNER, Denise. *As Civilizações Africanas*. (Coleção Saber). Lisboa (Portugal); Publicações Europa-América. 1977;

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. 2010;

RAISZ, Erwin. *Cartografia Geral*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Científica. 1969;

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são Relações Internacionais*. Coleção Primeiros Passos, nº. 296, 2ª edição. São Paulo (SP): Editora Brasilense. 2009;

SAMAIN, Etienne. *As Imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens*. In: Como Pensam as Imagens (Organização: Etienne Samain), pp. 21-36. Campinas (SP): Editora da Universidade estadual de Campinas (UNICAMP). 2012a;

\_\_\_\_\_. *Como Pensam as Imagens* (Organização: Etienne Samain). Campinas (SP): Editora da UNICAMP. 2012b;

SANTOS, Milton. *Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro*. In: Textos de Negros e sobre Negros (Organização: Emanuel Araújo), pp. 169-172. Transcrição de conferência primeiramente publicada no jornal Folha de S. Paulo, Caderno Mais - Brasil 501 d.C., 07-05-2000. São Paulo (SP): Imprensa Oficial do Estado e Museu Afro-Brasil. 2011;

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4ª edição. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova - Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1978a;

\_\_\_\_\_. *Espaço e Dominação*. In: Seleção de Textos, nº 4, pp. 3-19. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local São Paulo. 1978b;

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil Atlântico - Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Coleção Relações Internacionais, Série Parcerias Estratégicas com o Brasil. Belo Horizonte (MG): Fino Traço Editora. 2012;

SEEMANN, Jörn. *Mercator e os Geógrafos: em busca de uma "projeção" do mundo*. In: Revista de Geografia da Universidade Federal do Cariri (UFC), ano 2, nº. 3, pp. 7-18. Juazeiro do Norte (CE): Universidade Federal do Cariri. 2003;

SOARES SANTOS, Juliana. *A Integração Regional na África Austral: A SADC na ótica dos interesses sul-africanos*. Dissertação de Mestrado, Prof. Dr. Mário Antonio Eufrásio (Orientador). Universidade de São Paulo (USP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). 1999;

TREVIZAN, Zizi. *O leitor e o diálogo dos signos*. Coleção texto, som e imagem, Volume 2, 2ª edição. São Paulo (SP): Clíper Editora. 2002;

TWADDLE, Michael, RABEARIMANANA Lucile et KIMAMBO Isaria N. Capítulo 9: A África Oriental. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, pp. 261-294. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

WALDMAN, Maurício. *Espaço, Africanidade e Tradição: A Topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala griot sobre Sundjata Keita, Imperador do Mali, Senhor do Umbigo do Mundo*. África & Africanidades: Coleção Acadêmica 1. E-book postado na Plataforma Kobo. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/africanidade\\_espaco\\_e\\_tradicao.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidade_espaco_e_tradicao.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017e;

\_\_\_\_\_. *Cartografias do Racismo: Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº. 1. E-book postado na Plataforma Kobo. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/cartografias\\_do\\_racismo\\_01.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_01.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016a;

\_\_\_\_\_. *Cartografias do Racismo: Arquétipos, Fantasmata e Espelhos*. Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº. 2. E-book postado na Plataforma Kobo. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/cartografias\\_do\\_racismo\\_02.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_02.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016b;

\_\_\_\_\_. *Hegemonia Ocidental: Processo Histórico e Social*. Coleção Texto de apoio da Coleção Educação Popular, nº. 3. E-book postado na Plataforma Kobo. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/educacao\\_popular\\_01.pdf](http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_01.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016c;

\_\_\_\_\_. *O Fabuloso Reino dos Mansas do Mali*. Coleção Texto de apoio da Coleção Educação Popular, nº. 1. E-book postado na Plataforma Kobo. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_24.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_24.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016d;

\_\_\_\_\_. *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Relatório de pesquisa de Pós Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) & Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São Paulo (SP): USP-FAPESP. 2014;

\_\_\_\_\_. *O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial*. In: Edição especial África Única e Plural - *Mélanges* em homenagem ao

Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão (Org.: Kabengele Munanga). Revista África, Volume 20/2, pp. 223-235. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_23.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_23.pdf) >. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2012a;

\_\_\_\_\_. *Onde fica o Império Almorávida? Leituras divergentes na representação espacial do passado africano pela cartografia escolar*. In: Revista Élisée: Revista de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Volume 1, pp. 45-60. Porangatu (GO): UEG. Fac-simile: < [http://www.mw.pro.br/mw/imperio\\_dos\\_almoravidas.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/imperio_dos_almoravidas.pdf) >. Acesso em: 27-10-2012. 2012b;

\_\_\_\_\_. *Bastões Espanhóis no Marrocos: Pequenos, Estratégicos e Disputados*. In: Revista de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Volume 1, pp. 1-10, 2012. Porangatu (GO): UEG. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/cartografia\\_07.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografia_07.pdf) >. Acesso em: 22-08-2017. 2012c;

\_\_\_\_\_. *Lições da Mãe África: Uma Performance Desconhecida do Ambientalismo Africano*. In: Revista Acadêmica África e Africanidades, Fevereiro de 2010, nº. 8. pp. 1-2. Facsimile: < [http://www.mw.pro.br/mw/eco\\_licoas\\_da\\_mae\\_africa.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/eco_licoas_da_mae_africa.pdf) >. Acesso: 11-09-2017. 2010a;

\_\_\_\_\_. *O Imaginário de África na Cartografia de Guilherme Blaeu*. Artigo digital disponibilizado a partir de Novembro de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto. Título disponível em Formato PDF *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/cartografia\\_05.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografia_05.pdf) >. Acesso em: 27-10-2012. 2009a;

\_\_\_\_\_. *Arquétipos, Fantasmagorias e Espelhos*. In: Revista Geousp nº. 23, Volume 1, pp. 44-63. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*: < [http://www.mw.pro.br/mw/antrop\\_arquetipos\\_fantasmagorias\\_e\\_espelhos.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/antrop_arquetipos_fantasmagorias_e_espelhos.pdf) >. Acesso em: 27-10-2012. 2008;

\_\_\_\_\_. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, Volume 6. São Paulo (SP): Editora Senac. 2006;

\_\_\_\_\_. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. In: Revista Geousp nº. 14, pp. 45-64. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*: < [http://www.mw.pro.br/mw/antrop\\_imaginario\\_espaco\\_e\\_discriminacao\\_racial.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/antrop_imaginario_espaco_e_discriminacao_racial.pdf) >. Acesso em: 27-10-2012. 2003;

\_\_\_\_\_. *Africanidade, Espaço e Tradição: a topologia do imaginário africano tradicional na fala griot de Sundjata Keita do Mali*. Texto considerado relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS - França). Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP): Revista África, Volume 20/21, pp. 219-268. Universidade de São Paulo (SP): CEA-USP. 2000;

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Imaginário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP): Departamento de Antropologia. 1997;

\_\_\_\_\_. *Espaço e Modo de Produção Asiático*. In: Boletim Paulista de Geografia, nº. 72. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local São Paulo. 1994;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007;

WOODWARD, Davis *et* LEWIS, G. Malcom. *The History of Cartography, Volume Two, Book Three - Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian and Pacific Societies*. Chicago e Londres: University of Chicago Press. 1998.

## ARTIGOS

AFRICA NEWS - Afro News. *Mayotte island (Comoros) deepens French dependence*. Texto disponível *on line*: < <http://www.afrol.com/articles/15854> >. Acesso: 14-01-2012. 2012;

BORGES, Priscila. *Instituto cobra cumprimento de lei para educação étnico-racial no STF*. Artigo eletrônico disponibilizado pelo iG Brasília em 15-02-2013 e pelo Bureau Polcomune, edição nº. 496, 25-07-2017. 2013;

BERTOL Frederico. *Reis leões: As economias que mais crescem no mundo estão na África*. Correio Internacional, 02-02-2011. 2011;

BROADBENT, Luke. *The Disputed Autonomous Cities of Ceuta and Melilla*. El Pais, 16-06-2010. Texto disponível *on line*: < <http://www.suite101.com/content/the-disputed-autonomous-cities-of-ceuta-and-melilla-a250056#ixzz1XApe1O9n> >. Acesso: 23-09-2017. 2010;

CAMPBELL, Gwyn. *Revisitando as Origens Malgaches*. Revista Tempo, revista do

Departamento de história da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ): UFF. Texto disponível *on line* em: < [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg20-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg20-2.pdf) >. Acesso em: 14-09- 2017. 2005;

CÓZAR, Álvaro de. *Europa se borra del mapa*. Reportagem publicada pelo jornal El País, edição de 20 de Março de 2010. Madrid (Espanha): El País. Texto disponível *on line*: < [http://elpais.com/diario/2010/03/20/internacional/1269039609\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2010/03/20/internacional/1269039609_850215.html) >. Acesso em: 09-09-2017. 2010;

FRED, Ezech. *Recognizing the place of informal sector workers*. Artigo eletrônico publicado por Nigerian Pilot, Novembro de 2015. Texto disponível *on line* em: < <http://nigerianpilot.com/recognizing-the-place-of-informal-sector-workers/> >. 2015;

FREITAS, Guilherme. *Entrevistas com Alberto da Costa e Silva e Kwame Anthony Appiah*. Jornal O Globo, edição de 05-01-2013, Caderno Prosa, Visões da África, pp. 2-3. 2013;

KRON, Josh. *Southern Sudan Nears a Decision on one Matter: Its New Name*. Jornal The New York Times, edição de 23 de Janeiro de 2011. Texto disponível *on line*: [http://www.nytimes.com/2011/01/24/world/africa/24sudan.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2011/01/24/world/africa/24sudan.html?_r=1) >. Acesso em: 21-11-2016. 2011;

LEWIS, Martin W. *Mayotte: the EU's and France's Troubled New Exclave*. GeoCurrents - The Peoples, Places & Languages Shaping Current Events. Texto disponível *on line*: < <http://www.geocurrents.info/economic-geography/mayotte-the-eu%E2%80%99s%E2%80%94and-france%E2%80%99s%E2%80%94troubled-new-exclave> >. Acesso: 13-05-2012. 2011a;

\_\_\_\_\_. *Contested French Islands and Sea-Space in the Western Indian Ocean*. GeoCurrents - The Peoples, Places & Languages Shaping Current Events. Texto disponível *on line*: < <http://geocurrents.info/geopolitics/contested-french-islands-and-sea-space-in-the-western-indian-ocean> >. Acesso: 13-08-2017. 2011b;

LOBO, Flávio. *Mais Desigualdade: Estudos mostram que a distância entre negros e brancos tende a aumentar*. A adoção de ações afirmativas eficazes é urgente. Revista Carta Capital, nº. 175, edição de 08-02-2002. 2002;

ONWE, Onyemaechi Joseph. *Role of the Informal Sector in Development of the Nigerian Economy: Output and Employment Approach*. In: Journal of Economics and Development Studies, 1 (1), June 2013, pp. 60-74. Nova York (EUA): American Research Institute for Policy Development. 2013;

OTERO, Eugenio Marinãs. *Lãs Plazas Menores de Soberania Espanõla em África*. Militar, Revista de Cultura Militar, nº. 12, pp. 141-168. Madrid (Espanha): UCM, Servicio de Publicaciones. 1998;

VIEIRA, Isabela. *IBGE indica que 11,2 milhões de brasileiros passavam fome em 2009 - Insegurança alimentar é mais grave para negros*. Agência Brasil. 29-11-2010. 2010;

WALDMAN, Maurício. *Milton Santos: Notas sobre o Racismo Estrutural Brasileiro*. Artigo digital primeiramente disponibilizado na home-page do Instituto Portal Afro em 10-04-2016. Texto masterizado em 2017 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_07.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_07.pdf) >. Acesso: 05-09-2017. 2017a;

\_\_\_\_\_. *Mapa e Representação da Realidade*. Texto originalmente publicado em Geografia para o Ensino Fundamental (Editora Didática Suplegraf, São Paulo, 1999). Texto masterizado em 2017 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet: < [http://mw.pro.br/mw/cartografia\\_01.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografia_01.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017b;

\_\_\_\_\_. *Mapa Regional de África: Subsídio indispensável para a compreensão do continente*. Artigo eletrônico primeiramente disponibilizado no site da Cortez Editora aos 25-05-2013, integrando as comemorações do Dia da África. Texto masterizado em 2017 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_03.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_03.pdf) >. Acesso: 15-09-2017. 2017c;

\_\_\_\_\_. *Repensando a Economia Africana*. Artigo eletrônico primeiramente disponibilizado no site da Cortez Editora aos 25 de Maio de 2015, integrando as comemorações do Dia da África. Texto masterizado em 2017 pela Editora Kotev para fins de acesso livre na Internet: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_04.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf) >. Acesso: 07-10-2017. 2017d;

\_\_\_\_\_. *Novos Rumos da Economia Africana*. In: Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, pp. 22-23. São Paulo (SP): Revista Brasil Angola Magazine. Texto disponível *on line*: < [http://www.mw.pro.br/mw/novos\\_rumos\\_economia\\_africana.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/novos_rumos_economia_africana.pdf) >. Acesso em: 27-07-2017. 2012d;

\_\_\_\_\_. *África Presente, África em Movimento*. In: Bureau Polcomune - Notícias sobre Política e Comunidade Negra, Junho de 2012 e Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, páginas 11-12. São Paulo (SP). Texto disponível *on line*: < [http://www.mw.pro.br/mw/mw\\_Rio20\\_africa\\_presente.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/mw_Rio20_africa_presente.pdf) >. Acesso em: 27-09-2017. 2012e;

\_\_\_\_\_. *Revisitando o Uidá: Novos Projetos para o Brasil e a África*. Artigo eletrônico disponibilizado na home Page da Cortez Editora a partir de Novembro de 2012. São Paulo (SP): Cortez Editora. Texto disponível *on line*:

< [http://www.mw.pro.br/mw/2012\\_Artigo\\_Cortez\\_Uida\\_Site.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/2012_Artigo_Cortez_Uida_Site.pdf) >. Acesso em: 16-05-2016. 2012g;

\_\_\_\_\_. *Biodiversidade Angolana: Legado a ser preservado*. In: Revista Brasil Angola Magazine, nº. 4, Maio de 2012, página 29. São Paulo (SP): Revista Brasil Angola Magazine. Texto disponível *on line*: < [http://www.mw.pro.br/mw/mw\\_biodiversidade\\_angolana.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/mw_biodiversidade_angolana.pdf) >. Acesso em: 05-07-2017. 2012i;

\_\_\_\_\_. *Angola: A Ecologia Política das Águas Doces*. In: Revista Brasil Angola Magazine, nº. 6, Agosto-Setembro de 2012, pp. 13-14. São Paulo (SP): Revista Brasil Angola Magazine. Texto disponível *on line*:

< [http://www.mw.pro.br/mw/2012\\_angola\\_ecologia\\_politica.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/2012_angola_ecologia_politica.pdf) >. Acesso em: 27-10-2012. 2012j;

\_\_\_\_\_. *Geografia e Memória: A Persistência do Sudão como Marco Espacial Identitário*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Maio de 2011 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto, Universidade de São Paulo (USP). Texto disponível *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/cartografia\\_06.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografia_06.pdf) >. Acesso em: 26-08-2017. 2011;

\_\_\_\_\_. *Cartografia de África: Toponímia, Africanidade e Imaginário*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Maio de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. São Paulo (SP): Geocarto, Universidade de São Paulo (USP). Texto disponível *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/cartografia\\_10.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografia_10.pdf) >. Acesso em: 01-09-2017. 2010b;

\_\_\_\_\_. *Mundo Afro-Brasileiro* Boletim AGB Informa, nº. 82, pp. 10-11. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local São Paulo. Texto disponível *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_32.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_32.pdf) >. Acesso em: 09-08-2017. 2003.

## CARTOGRAFIA

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem*. Brasília (DF): Centro de Cartografia Aplicada e Informação da Universidade de Brasília - Mapas Editora & Consultoria. 2007;

ANTONIOU, Antonis, KLANTEN; Robert, EHMANN, Sven et HELLIGE, Hendrik. *A Map of the World according to ilustrators & storytellers*. Berlin (Alemanha): Die Gestalten Verlag GmbH & Co. 2013;

*Atlas de Poche*. Kartographie Praha (Praga, Tchechoslováquia, 1971), 12<sup>a</sup> edição. Paris (França): Librairie Générale Française. 1981;

*Atlas Jeune Afrique*. Paris (França): Editions Jeune Afrique. 1973;

BONIFACE, Pascal, VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009.

*Collins World Atlas - reference edition*. Londres (Reino Unido): HarperCollins Publishers. 2010;

COMRIE, Bernard; MATTHEWS, Stephen et POLINSKY, Maria. *The Atlas of Languages - The origin and Development of Languages Throughout the World*. Revised edition. Londres (Reino Unido): Quarto Publishing. 2010;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011;

*Earth Portfolio Maps*. Hunters Hill (Austrália): Millennium House Publisher. 2012.

*Encyclopédie Géographique*. Garzanti Editeur, 1964. Paris (França): Editions Stock, 1981;

KINDER Hermann et HILGEMANN Werner. *Atlas Histórico Mundial*. Colección Fundamentos, 2. Madri (Espanha): Ediciones Istmo, 1975;

*Mitchell's Scholl Atlas: comprising the maps and tables designed to accompany Mitchell's School and family geography*. Filadélfia (Estados Unidos): H. Cowperthwait & Company. 1857;

SIMIELLI, Maria Elena. *GeoAtlas*, 34<sup>a</sup> edição (Edição atualizada e ampliada), 1<sup>a</sup> impressão. São Paulo (SP): Editora Ática. 2012;

\_\_\_\_\_. *GeoAtlas*, 33<sup>a</sup> edição (Edição atualizada), 5<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo (SP): Editora Ática. 2011;

\_\_\_\_\_. *GeoAtlas Básico*, 8<sup>a</sup> edição. São Paulo (SP): Editora Ática. 1995;

\_\_\_\_\_. *GeoAtlas*, 14ª edição. São Paulo (SP): Editora Ática. 1994;

*The Signet-Hammond World Atlas*. Coleção The Desk Reference Library. Chicago (Estados Unidos): New American Library - Times Mirror. 1978;

*World Atlas*. São Francisco, Chicago e Nova York (Estados Unidos): Rand Mc Nally & Company. 1972.

## OBRAS RARAS

D'ALMEIDA, Padre Manoel. *História Geral de Ethiopia Alta ou Preste ioam e do que nella obraram os padres de Companhia de Iesus, composta na mesma Ethiopia*. Coimbra, Portugal, Officina de Manoel Dias, 1660;

FARIA E SOUSA, Manuel de. *Africa Portuguesa, por su autor Manuela de Faria, y sousa, Cavaleiro da ordem de Cristo, y de la Casa Real*. A costa d'Antonio Craesbeek de Mello, impressor de sua alteza, Lisboa, Portugal, 1681;

MÜNSTER, Sebastian. *Cosmographia*. Cosmographie universalis Lib. VI. In quibus iuxta certioris fidei scriptorum traditionem describuntur, Omnium habitabilis orbis partium situs, propriaeq, dotes. Regionum Topographicae effigies. Terrae ingenia, quibus sit ut tam diferentes & varias specie res, & animatas, & inanimatas, ferat. Animalium peregrinorum naturae & picturae. Nobilicrum ciuitatum icones & descriptiones. Regum & principum genealogiae. Item omnium gentium mores, leges, religio, mutationes: atos memorabilium in hunc usque annum 1554, gestarum rerum Historia. Autore Sebast. Munster. 1554;

ORTELIUS, Abraham. *Theatrum orbis terrarum*; opus nunc denuo ab ipso Auctore recognitum, multisquè locis castigatum, & quamplurimis nouis Tabulis atquè Commentariis auctum. [Antuerpiae: Ex Officina plantiniana, 1595]. 1595;

\_\_\_\_\_. *Epitome du theatre du monde, d'Abraham Ortelius: auquel se represente, tant par figures que charecteres, la vraye sutiatiion, nature, & propriété de la terre universelle*. Reueu, corrigé & augmenté de plusieurs Cartes, pour la troisieme fois. A Anvers, De l'Imprimerie de Christofle Plantin, pour Philippe Galle, M. D. LXXXVIII. Antuérpia, 1588;

\_\_\_\_\_. *Theatrum orbis terrarum*. Opus nunc tertio ab ipso Auctore recognitum, multisquè locis castigatum, & quamplurimis nouis Tabulis atquè Comentarijs auctum. s.l.p. s.c.p. 1584.

VEIGA, Padre Manuel de. *Relacam Geral do Estado da Chiristandade de Ethiopia*. Lisboa, Portugal, Impressão de Matheus Pinheiro, 1628;

RAMUSIO, Giovanni Battista. *Il viaggio di Giovan Leone e le navigazioni di Alvise da Ca da Mosto, di Pietro di Cintra, di Annone, di un piloto portoghese e di Vasco di Gama*. Venezia, Co'tipi di Luigi Plet. 1837;

SANTOS, Padre Frei João dos. *Ethiopia Oriental e varia historia de cousas notaveis do Oriente*. Impresso no Convento de São Domingos, Evora, Portugal, 1609.

## MATERIAIS TÉCNICOS

WALDMAN, Maurício. *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-Base 2010*. Levantamento técnico de subsídio para a pesquisa O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais (Pós-Doutorado FFLCH-USP com financiamento FAPESP). Documento divulgado preliminarmente junto ao XVIII Curso de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP), em Abril de 2013. Documento disponível *on line* em: < [http://www.mw.pro.br/mw/serie\\_professor\\_mourao\\_04.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_04.pdf) >. Acesso em: 23-06-2017. 2013;

## CONFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. Consciência negra e transformação da realidade. Câmara dos Deputados, 49ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa. Série Separatas de Discursos, Pareceres e Projetos, nº. 59/94. Brasília (DF): Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações. 1994;

SANTOS, Milton. *As Cidades Mutiladas*. Conferência proferida no Simpósio “O Preconceito”, realizado na capital paulista sob os auspícios da Secretaria de Justiça e da Defesa dos Direitos Humanos. Transcrição na íntegra publicada em *O Preconceito*, pp. 133-145. São Paulo (SP): Imprensa Oficial do Estado (IMESP). 1997;

WALDMAN, Maurício. *Genocídio de Ruanda: Contexto, Percepções e Controvérsias*. Universidade de São Paulo (USP): USP-Diversitas - Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos. 2012H;

\_\_\_\_\_. *A Redescoberta da África*. Conferência proferida no encerramento do IX Curso de Difusão Cultural: Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo (USP): Centro de Estudos Africanos da USP. Transcrição disponível *on line*:

< [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_18.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_18.pdf) >. Acesso em: 09-09-2017. 2009b.

## COLÓQUIOS

*Colóquio Geopolítica & Cartografia da Diáspora: África América Brasil*. Geopolítica e Cartografia da Diáspora, Volumes I e II. Palestras e Conferências do Evento. Realização do Projeto Geoafro e do CIGA-UNB, apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNB e CAPES-MEC. Material videográfico em dois CDs. Coordenação Tecno-científica: Professor Doutor Rafael Sanzio dos Anjos. Brasília, 2012;

## DOCUMENTOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS

IPEA-WB. *Ponte sobre o Atlântico: O Brasil e África, Parceria Sul-Sul para o Crescimento*. Brasília (DF): Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e World Bank (WB, Banco Mundial). 2012;

CNI-WORLD BANK. *Conhecimento e Inovação para a Competitividade*. RODRIGUES, Alberto, DAHLMAN, Carl et SALMI, Jamil. Brasília (DF): Confederação Nacional da Indústria (CNI) e World Bank (WB, Banco Mundial). 2008;

Lei nº. 10.639, de nove de Janeiro de 2003. Documento disponível *on line* em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm) >. Acesso em: 23-07-2017. 2003;

Lei nº. 11.645, de 10 de Março de 2008. Documento disponível *on line* em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) >. Acesso em: 17-09-2017. 2008;

*Malabo*. Report on the Joint African Union Commission (AUC) – United Nations Environment Programme (UNEP) - United Nations Economic Commission for Africa (UNECA) - African Development Bank (AfDB). *Round Table on Rio+20*. Malabo (Guiné Equatorial): 17th African Union Ordinary Session of the Assembly. 30 June - 1 July 2011;

*OUA: Lagos Plan of action for the economic development of Africa*, Adis Abeba (Etiópia): Organização da Unidade Africana. 1980;

*OUA: CM/Resolution 464 (XXVI): Resolution on the Division of Africa into Five Regions.* Organization of African Unity, Council of Ministers. Twenty-Sixth Ordinary Session, Addis Ababa, Ethiopia, 23 February - 1 March 1976;

*UN: Resolution 816-May 1961: United Nations Regional Cartographic Conference for Africa.* United Nations Economic and Social Commission. 1961.

## FILMOGRAFIA

LONGORIA, Alvaro (Direção) et BARDEM, Javier. *Hijos de las Nubes - La Ultima Colonia*. 78 minutos. Espanha/EUA. 2012.

## WEBGRAFIA

### CLKER - FREE CLIPART

World Map clip art

< <http://www.clker.com/clipart-2143.html> >. Acesso: 03-09-2017

### HISTORY: ST. HELENA HOMEPAGE

< <http://www.sthelenase/history/cron.txt> >. Acesso: 31-08-2017

### IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

< <http://www.ibge.gov.br/> >. Acesso: 27-06-2017

### INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”

< <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/> >. Acesso: 21-05-2016

### NASA - NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION

< [http://www.nasa.gov/vision/earth/features/blue\\_marble.html](http://www.nasa.gov/vision/earth/features/blue_marble.html) >. Acesso: 08-04-2017

### PINTEREST - Visual discovery, collection and storage tool

< <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 27-09-2017

### UNSC - United Nations Statistical Commission

< <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm> >. Acesso: 07-08-2017

< <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#africa> >. Acesso: 01-09-2017

## WEB DE INGENIEROS MILITARES DE ESPAÑA

Islas y Peñones en el Norte de África

< <http://www.zapadores.es/arma/11NdelA/penones/islotes.htm> >. Acesso: 11-04-2017

**WESTERN SAHARA ON LINE**

Country Recognitions of the Saharawi Arab Democratic Republic

< <http://www.wsahara.net/recognitions.html> >. Acesso: 11-09-2017

1 **O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África**, de Maurício Waldman, ISBN: 1230001931761, é um texto que primeiramente foi disponibilizado na Plataforma Kobo pela **Editora Kotev (Kotev ©)** em Setembro de 2017. Em Abril de 2018, este mesmo material foi transformado em texto de acesso livre na Internet em Formato PDF. **O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África** é uma obra baseada em ensaio elaborado pelo autor em 2013 no transcorrer da terceira pesquisa de Pós-Doutorado do autor, desenvolvida na área de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP, 2013-2014). **O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África** foi primeiramente divulgado enquanto texto de subsídio para a Conferência *Geografia e Geopolítica da África*, proferida no XVIII Curso de Difusão Cultural - Introdução aos Estudos de África, junto ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP), em Março de 2013. A presente edição de **O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África** foi revisada e ampliada sob os auspícios da **Editora Kotev (Kotev ©)**, publicadora digital de São Paulo, masterizada em Formato PDF, agregando normatizações editoriais, cautelas de estilo, novas notas de rodapé e imagens inéditas. No mais, acata as regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa. Esta publicação contou com a Assistência de Editoração e Tratamento Digital de Imagem do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: [francesco\\_antonio@hotmail.com](mailto:francesco_antonio@hotmail.com), Home-Page: [www.harddesignweb.com.br](http://www.harddesignweb.com.br). Retenha-se que **O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e igualmente, divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev (Kotev©)**. A citação de **O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África Africana** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor, texto e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África*. África & Africanidades: Coleção Acadêmica nº. 2. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

2 **MAURÍCIO WALDMAN** é professor universitário, pesquisador acadêmico, editor, jornalista, consultor e antropólogo africanista, com Graduação em Sociologia (USP, 1982), Mestrado em Antropologia (USP, 1997), Doutorado em Geografia (USP, 2006), Pós-Doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós-Doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). Dois dos títulos das pesquisas do autor, Mestrado em Antropologia (USP, 1997) e Pós-Doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013), constituem trabalhos com área de concentração em África. Waldman foi colaborador de Chico Mendes (1988),

integrou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI, 1988-1990) e atuou como membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo (AGB-SP, 2002-2003). No campo do conhecimento africanista, atuou como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Waldman foi consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira, também desenvolvendo palestras e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Dentre outros veículos de mídia impressa, os textos de Waldman foram regularmente publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista Contemporantes (Curitiba) e Portal Instituto Afro (São Paulo). É autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, volume 20/21, pp. 219-268), *paper* considerado internacionalmente relevante pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), o mais influente centro de investigações mantido pelo governo da França (Confira Ficha Catalográfica: < [http://mw.pro.br/mw/cat.inist.fra\\_2017\\_kotev.pdf](http://mw.pro.br/mw/cat.inist.fra_2017_kotev.pdf) >). Maurício Waldman é coautor de *Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

#### **Mais Informação:**

**Portal do Professor Maurício Waldman:** [www.mw.pro.br](http://www.mw.pro.br)

**Maurício Waldman - Textos Masterizados:** <http://mwtextos.com.br/>

**Currículo Lattes-CNPq:** <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

**Verbete Wikipedia (BrE):** [http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio\\_Waldman](http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman)

**Contato Email:** [mw@mw.pro.br](mailto:mw@mw.pro.br)

3 Em 10 de Março de 2008, a Lei nº. 11.645 ampliou a ação da Lei nº. 10.639 ao incluir, no contexto da temática obrigatória da grade curricular, a temática da “história e cultura indígena” nos currículos escolares.

4 Atente-se que *estereotipia* procede de *στερεός* (*stereos*), “firme”, “concreto” “sólido” e de *τύπος* (*typos*), “impressão”. Consequentemente, estereotipia configura contexto pelo qual conceitos imaginários conquistam *concreticidade*. Ou seja: passam a integrar o modelo de percepção das pessoas, auferindo com isso inserção na materialidade social, independentemente de existirem ou não (LIDDELL *et* SCOTT, 1940; ABBAGNANO, 2010: 204).

5 As três edições do atlas de Ortelius citadas neste parágrafo constam do acervo de obras raras da Biblioteca Mário de Andrade, na capital paulista, estando disponíveis para consulta por parte de interessados.

6 Sinteticamente, as cartas constituem a representação dos aspectos naturais e artificiais da Terra, destinadas a fins práticos da atividade humana. No Brasil, o termo

é usualmente empregado como sinônimo de mapa (*apud* OLIVEIRA, 1983: 86).

7 Tradicionalmente se entende como África Negra a parte do continente ao Sul do Saara, eventualmente abarcando os países sob influência direta deste deserto. Esta parte do continente estaria em antinomia à chamada “África Branca”, expressão que comumente enquadra os países da África do Norte, que, a bem da verdade, tendo-se em vista os intercâmbios históricos, geográficos e culturais de todo tipo mantidos com o *hinterland* africano, não podem ser compreendidos em separado do conjunto da África.

8 A dicotomia entre a chamada “África Branca” e a “África Negra”, foi uma estereotipia permanente na cartografia europeia. Na edição de bolso em língua francesa do Atlas de Abraham ORTELIUS, considerado a primeira coleção moderna de mapas, a publicação não hesita em expor um parecer nitidamente melhorativo, classificando a África do Norte como sendo “a melhor parte da África” (1588: 94).

9 No Antigo Testamento, Cam, um dos filhos de Noé - considerado ancestral bíblico das populações africanas - teria zombado do pai, recaindo sobre ele o estigma da escravidão (Gênesis, 9: 23-27). *Por outro lado, ressalve-se que não consta nenhuma indicação bíblica de que Cam fosse negro.* Na realidade, Cam, na Bíblia, refere-se a um antepassado comum a povos muito diferentes entre si, desde povos identificados com a orla africana do Mar Vermelho até populações entendidas como levantinas e/ou mesopotâmicas (Cf. Gênesis, 10: 6-20).

10 Esta postura, acintosa e perene como poucas, transparece também na condicionalidade com que, por exemplo, o cientista político norte-americano Samuel HUNTINGTON lança dúvidas sobre a *possibilidade* de existir uma civilização africana (1997: 53), prédica bem representativa do incômodo gerado por esta caracterização na mentalidade acadêmica tradicional.

11 Termo com raiz no grego oikouménē (do léxico *οἰκουμένη*, forma conjugada do particípio do verbo *οἰκέω*: habitar), a terminologia esteve primeiramente circunscrita ao mundo greco-romano, designando espaço habitado, mundo conhecido e/ou civilizado. Enquanto jargão usual na geografia, a palavra encarnou o conceito de espaço territorializado pelas comunidades humanas, e neste consórcio, progressivamente confundido com os limites do Planeta.

12 A última edição em alemão, datada de 1628, vem à luz 74 anos após a edição original. No que evidencia o largo prestígio do trabalho de Sebastian Münster, a obra foi traduzida e publicada em idiomas tão diferentes quanto o latim, francês, italiano, inglês e checo.

13 Durante séculos, o Cabo Bojador foi observado pelos europeus como divisor entre a *Nigritia* (qual seja, a África Negra) e as terras mouras do Norte da África. A crescente identificação das populações negro-africanas como provimento preferencial do tráfico, acabou estipulando o Bojador como referência demarcatória clássica. Assim, a *Bula Romanus Pontifex*, emitida pelo Papa Nicolau V em 1455, concedia, por exemplo, o direito das potências cristãs escravizarem todas as populações *ao sul do Cabo Bojador* (WALDMAN *et alli*, 2007: 97).

14 Antropologicamente, o povo Guanche provavelmente se filiava aos berberes do continente. Foi o primeiro de uma série pouco memorável de grupos humanos alvo de genocídio na afirmação da hegemonia europeia África e no mundo. O extermínio dos Guanches constituiu balão de ensaio da conquista da América, baseada na destruição das etnias locais, imposição do cristianismo e domínio político europeu.

15 Embora naturais da Itália, ambos os navegantes exploraram o litoral da África Ocidental sob bandeira lusitana.

16 Região formada pelos rios Senegal e Gâmbia.

17 Faria pleno sentido registrar que os mapas europeus perpetuaram o registro de reinos fabulosos sob o comando de reis e dinastias que jamais existiram, como o famoso Império de Prestes João, citado em *Cosmographia* e que continuou a ser objeto de menções por cartógrafos e por documentos oficiais durante séculos (dentre várias obras de antanho, confira-se FARIA E SOUSA, 1681; D'ALMEIDA, 1660; VEIGA, 1628; SANTOS, 1609).

18 Filho de negociante, Guilherme Blaeu (1571-1638) cresceu em ambiente cercado de relatos sobre países longínquos. Estudou matemática e foi aluno do famoso astrônomo Tycho Brahe. Em 1633 tornou-se cartógrafo da Companhia das Índias Ocidentais, cargo que desfrutava de grande notoriedade.

19 Este termo é originário do árabe *Al-Magrib* (المغرب), que significa *ocidente*. O Magreb corresponde à vasta porção norte-ocidental da África, fundamentalmente a faixa litorânea dos atuais Marrocos, Argélia e Tunísia, geograficamente separada do continente europeu pelo Estreito de Gibraltar.

20 No medalhão, a cidade do Cairo está grafada como *Alcair*, uma forma corrompida do árabe القاهرة, *Al-Qāhirah*, significando “O Vencedor” ou “O Conquistador”.

21 Por *core área*, terminologia usual em geopolítica e geografia política, homônima a *pivot area* e também *área núcleo*, se entende um espaço dinâmico que polariza um amplo entorno geográfico ou uma periferia espacial imediata.

22 No ponto de vista da geopolítica, rubrique-se que o Egito está a cavaleiro de toda a bacia hidrográfica do Nilo. Por extensão, é a porta de entrada para o interior do continente africano. O país, e isto desde a antiguidade, é passagem obrigatória dos fluxos comerciais que conectam o Oceano Índico, através do Mar Vermelho, ao Mediterrâneo, constituindo, pois, elo natural de ligação entre Ásia, África e Europa. Por sinal, o Egito é o único país africano com fronteira terrestre com a Ásia. A este papel transcontinental, acrescente-se o fato das terras egípcias estarem situadas bem no centro do mundo árabo-islâmico, atando a África Setentrional de língua árabe e adjacências aos países do Oriente Médio.

23 Ainda que seja imputada ao ambiente africano uma imagem de “natureza virgem” ou então, de um “bastião da naturalidade”, factualmente, o que diversas pesquisas históricas, antropológicas e biogeográficas comprovam é a existência de espaços intensamente antropizados, resultantes de alterações ambientais ocorridas desde tempos imemoriais num continente que assistiu ao surgimento da própria Humanidade (Cf. CONNAH, 2013; WALDMAN 2012a, 2006 e 1997).

24 De longe os europeus tinham conhecimento de que os magrebinos frequentavam as extensões ao Sul do Saara. O famoso Atlas Catalão (1375), obra da Baixa Idade Média confeccionada pelo cartógrafo judeu Jehuda Cresques, registra nesta parte da África, bem antes do Mapa de Blaeu, a imagem de um mercador berbere, que no caso, interage imageticamente com o imperador do Mali (Ver a respeito, WALDMAN, 2016d).

25 Neste ensaio, o termo *texto* refere-se tanto às manifestações escritas quanto as imagéticas, sendo seu pressuposto uma trama relacional que envolve o *texto* enquanto tal, o *leitor* e o *autor*. Nesta vertente, uma leitura completa “pressupõe o diálogo efetivo do leitor (um sujeito contextualizado historicamente) com o autor (também uma entidade histórica) e o modelo textual, inserido em uma dada situação cultural. Concebidos, então, com o mesmo grau de relevância, autor, texto e leitor passam a ser reconhecidos como os ingredientes básicos da constituição completa do sentido” (TREVIZAN, 2002: 36).

26 Num apenso literário faria sentido citar o poeta francês Charles Baudelaire, que em *As Flores do Mal* proclama que “A mais bela das artimanhas do diabo é a de vos persuadir de que ele não existe”.

27 Embora no linguajar coloquial brasileiro a expressão “crítica” reverbere incomodamente, a boa filosofia nos lembra de que não há nada de censurável no termo. Para Immanuel Kant, *kritik* designa o processo pelo qual a razão empreende o conhecimento de si mesma, das suas faculdades com referência a todos os conhecimentos aos quais pode aspirar independentemente da experiência, um tribunal que acede às pretensões legítimas, mas condenando as que não possuem fundamento (*apud* ABBAGNANO, 2010: 263). É válido também ressaltar que a tarefa da renovação da ciência, ao implicar na revisão das formas de pensar da sociedade, não pode prescindir da perspectiva crítica: “não há nenhuma possibilidade de se fazer progredir uma ciência sem grande parcela de esforço crítico. E não há esforço crítico sem risco” (SANTOS, 1978a: 8).

28 Relação completa dos colaboradores, dentre os quais figuram especialistas de diferentes campos do conhecimento e de temáticas geográficas, consta na edição de referência de GEOATLAS assumida como matriz para a análise consignada neste livro (SIMIELLI, 2013:1). Seria permissível considerar que a despeito de muitos destes profissionais não serem aficionados em África, dispunham, guardadas as devidas circunstâncias, de conhecimento cartográfico básico para sopesar a publicação.

29 Última edição disponível deste Atlas, que entrou em circulação no ano de 2013. Desde 2013, mesmo ano da divulgação do ensaio original do que viria a se tornar este livro, não consta nenhuma reedição de GEOATLAS. Também não são conhecidas iniciativas editoriais visando a reformulação deste material (*sic*).

30 Palavra com origem no léxico grego, significando caráter, crenças e/ou ideais estruturantes da identidade de comunidades, nações e povos. Origem da palavra *ética*, ou seja, aquilo que pertence ao *ethos*.

31 Veja-se que no planisfério confeccionado pelo cartógrafo veneziano Jerônimo Marini (1512), a Europa está posicionada para o Sul, decorrência da influência dos postulados da cartografia arabo-muçulmana, para os quais Meca ocupa o prestigiado sítio setentrional - “superior” - do mapa, conveniência que hierarquiza o ecúmeno de forma exatamente oposta ao modelo que vulgarizado pela Europa (Cf. WALDMAN, 2017b, 1999 e 1997).

32 Ainda, a Terra, numa perspectiva geofísica, ao possuir superfície irregular e sendo levemente achatada nos polos, na realidade consiste num geoide, ou melhor, um elipsóide de revolução em razão de sua forma ser também resultante do movimento de rotação.

33 Mapa confeccionado pelo geógrafo flamengo Gerhard Kremer (1512-1594), também conhecido na forma latinizada de Gerhard Mercator, considerado pai da cartografia moderna. Este mapa utiliza uma projeção homônima, de largo uso nas navegações marítimas.

34 A denominação *Gall-Peters* foi cunhada pelo cartógrafo estadunidense Arthur Robinson num texto distribuído em 1986 junto à Associação Cartográfica Americana. Combina os sobrenomes de James *Gall* (1808-1895), idealizador da projeção e de Arno *Peters* (1916-2002), que a popularizou em mapa extensivamente divulgado nos anos 1970.

35 Acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em português.

36 Acrônimos de *United Nations Children's Fund*: Fundo das Nações Unidas para a Infância em português.

37 Esboçada primeiramente pelo astrônomo escocês James Gall em 1855, a data contradiz cronologicamente a originalidade que Peters advogou para a carta (Cf. SEEMANN, 2003: 13-14).

38 A *Organização da Unidade Africana* (OUA) foi fundada em 25 de Maio de 1963 em Adis Abeba, capital da Etiópia, reunindo os países africanos independentes, tanto ao norte quanto ao sul do Saara. A partir de dois de julho de 2002, a *União Africana* (UA) sucedeu a antiga OUA. A nova organização, tal como sua predecessora, explicita o consenso de que o continente como um todo, particularidades à parte, usufrui herança e destino comuns.

39 Na temática da presença europeia no continente africano, as ilhas Canárias (domínio espanhol) e a ilha da Madeira (domínio português), referem-se a territórios que séculos de presença ocidental e a transformação absoluta das características geográficas e étnicas destes espaços os transformaram em extensões do poder político europeu no continente africano. Há um papel geopolítico proeminente em especial para as Canárias, tema que será discutido em *Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África*, livro do mesmo autor a ser lançado pela Editora Kotev.

40 Resguarde-se que sob a lente das relações mantidas pelos Estados com o espaço, não se julga desprezível nem sequer uma mínima fração de território. É o que torna plausível a existência de “Estados Anões”: Liechtenstein, San Marino, Andorra e Mônaco, cujos espaços, se esforçam por conservar.

41 Impostação primordial, a palavra *região* - subscritava o geógrafo francês Etienne Juillard - provém do latim *regis*, espaço governado por uma realeza.

42 Africanidade é um conceito que se refere à fisionomia cultural comum do continente, reivindicada enquanto civilização singular, ou então, para frisar a nomenclatura mais atual, por si só Africanidade, que se circunscreveria unicamente à África Subsaariana, à *África dita Negra*, espaço que constitui o âmago por excelência desta investidura civilizatória (Cf. MUNANGA, 1984: 30).

43 Na salutar observação de Sylvain MARESCA, *legenda* em latim significa *o que deve ser lido* (2012: 37).

44 Circulam compêndios e manuais ratificando o Sudão, Mauritânia e o Saara Ocidental como pertencentes à África do Norte.

45 Contudo, empresas mineradoras estrangeiras e navios pesqueiros da União Europeia operam no Saara Ocidental mediante autorização e com o beneplácito do governo marroquino.

46 Inconformado com a ausência de progresso nas negociações, em 2004 James Baker entregou o cargo junto à ONU.

47 Pesquisas revelam que a navegação tradicional das águas do Índico tinha conhecimento da ilha, vez por outra visitada por marinheiros para coletar água, obter alimento fresco ou utilizá-la como local de repouso. Contudo, a posse da ilha nunca foi reclamada por qualquer força política regional.

48 Com a constituição do Reino Unido em 1707, neste texto as denominações Grã-Bretanha e Inglaterra, e patronímicos como britânico e inglês, são utilizados como sinônimos.

49 Sobre este ponto, recordemos a advertência de Milton SANTOS: “Infelizmente, muitos geógrafos se contentam em descrever, e a maioria das teorias espaciais são estáticas e fazem com muita facilidade abstração do homem. Contribuem, assim para imobilizar o mundo, ao invés de transformá-lo” (1978b: 19).

50 Mas, advirta-se que a inclusão de Mayotte e Reunião num lugar ao Sol junto aos países centrais não se coloca de modo algum. A renda média de ambas as ilhas permanece estacionada em aproximadamente um sétimo dos “seus iguais” da República Francesa metropolitana. Do que se deduz que permanecem pobres na confrontação com um padrão verdadeiramente afluente. Em poucas palavras: a generosidade demonstrada pelos colonizadores em posicionar os dois departamentos do Índico em pé de igualdade com a França tem lá suas limitações (Cf. AFRICA NEWS, 2012; LEWIS, 2011a e 2011b).

51 Não só na África, mas em todo o mundo tradicional, as linhas demarcatórias, articuladas às pulsões da natureza e mantendo reciprocidade com heterogêneos cadenciamentos sociológicos, intuía um caráter pulsante, qualitativo e

segmentário (*passim* WALDMAN, 2006 e 1997). Com base nessas premissas, grupos ditos “primitivos” - como os Maasai da África Oriental e os Khoikhoi dos desertos e regiões semiáridas do Sul do continente - ocupavam territórios claramente delimitados. Paralelamente, existiam divisas criadas a partir de critérios eminentemente políticos, alheios aos marcadores naturais. É o que se constata para o Sokoto, os reinos Yoruba e muitas outras formações políticas pré-coloniais da África (Cf. DÖPCKE, 1999: 79-80).

52 Com a independência, o país adotou nova denominação oficial: República de Gana (Atentar que *Gana*, grafada sem “h”, não tem nenhuma’ relação com o Império do *Ghana*, localizado no coração da África Ocidental).

53 *Bôer* ou *Africâner* é o etnônimo que designa colonizadores de origem basicamente holandesa e seus descendentes, assentados na Província do Cabo durante a dominação dos Países Baixos. Posteriormente povoaram diversas áreas da África do Sul através de jornadas conhecidas como *treks*. Radicados há séculos no país, isso permite que muitos comentaristas se refiram ao grupo como “tribo branca”. Os *boers* estiveram à frente do comando político da União Sul-Africana e subsequentemente, na República Sul-Africana.

54 A Somália é coerentemente, um das raras nações africanas cuja denominação decorre de um etnônimo. Outros casos seriam o Botswana (país dos *Tswanas*), Suazilândia (País dos *Swazis*) e o Lesotho (país dos *Sothos*).

55 O jargão econômico reconhece como *commodities* produtos *in natura*, oriundos da agricultura, da pecuária ou da extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de qualidade. Confira-se que a definição também pode incluir insumos que como proventos de água doce em seu *stricto sensu*, que apenas ocasionalmente são indexados ao conceito. Advirta-se que a palavra inglesa *commodity* - em contestação ao que é dito inclusive por muitos economistas - não procede de *common*, que significa comum, vulgar ou banal neste idioma. A palavra *commodity* entrou em uso coloquial na Grã-Bretanha no século XV, derivando da corruptela do francês *commodité*, cuja tradução é comodidade, conveniência. Por sua vez, o termo francês procede do latim *commoditas*, que significa adequação, conveniência ou vantagem.

56 “Toda divisão e subdivisão das Ciências tem somente uma importância prática e provisória. Não é sistematicamente necessária e definitiva: *ou seja*, ela depende de situações externas nas quais cumpre o trabalho científico e a fase atual de desenvolvimento das disciplinas em particular. Os progressos mais decisivos tem amiúde origem num esclarecimento de problemas que encontram suas fronteiras em setores até agora tratados separadamente” (Ludwig Von Mises, *Kleines Lehrbuch des Positivismus*, Pequeno Manual do Positivismo, 1939, volume 7, in ABBAGNANO, 2010: 169).

**SAIBA MAIS SOBRE A GEOGRAFIA DA ÁFRICA**

# **MAPA REGIONAL DE ÁFRICA:**

**SUBSÍDIO INDISPENSÁVEL PARA A  
COMPREENSÃO DO CONTINENTE**

Maurício Waldman



**EDITORA KOTEV  
AFRICANIDADES 3**

**[http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_03.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_03.pdf)**

**SAIBA MAIS SOBRE A ECONOMIA AFRICANA**



# **REPENSANDO A ECONOMIA AFRICANA**

**Maurício Waldman**



**EDITORA KOTEV  
AFRICANIDADES 4**

**[http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_04.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf)**

**SAIBA MAIS SOBRE ÁFRICA EM SALA DE AULA**

# **A REDESCOBERTA DA ÁFRICA**



**Transcrição de Conferência proferida por Maurício Waldman  
no Centro de Estudos Africanos da USP, 25-06-2009**



**EDITORA KOTEV  
AFRICANIDADES 18**

**[http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_18.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_18.pdf)**

**EBOOK DO MESMO AUTOR COM FOCO EM ÁFRICA & AFRICANIDADES**

**MAURÍCIO WALDMAN**



## **ESPAÇO, AFRICANIDADE E TRADIÇÃO**

**O imaginário espacial tradicional africano na fala griot sobre  
Sundjata Keita, Imperador do Mali, Senhor do Umbigo do Mundo**



**EDITORA KOTEV**

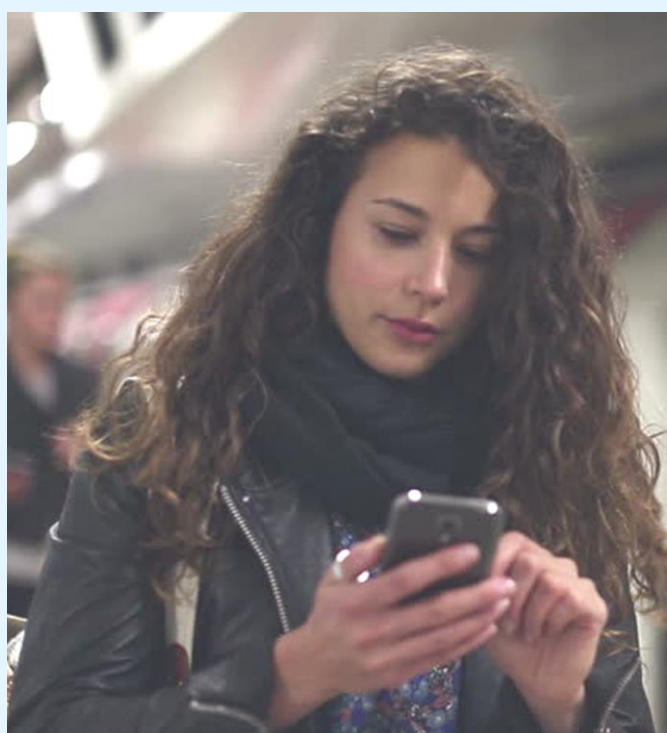
**ÁFRICA & AFRICANIDADES: Coleção Acadêmica 1**

**[http://mw.pro.br/mw/africanidade\\_espaco\\_e\\_tradicao.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidade_espaco_e_tradicao.pdf)**

## CONHEÇA A SÉRIE AFRICANIDADES



<http://mwtextos.com.br/serie-africanidades/>



### EDITORA KOTEV

Sintonizada com  
o Futuro Digital

**EDITORA KOTEV**  
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

Os debates sobre **ÁFRICA & AFRICANIDADES** são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página: <http://kotev.com.br/>  
Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo: [atendimento@kotev.com.br](mailto:atendimento@kotev.com.br)